

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

TAIRON VILLI NEVES DA SILVA

A POÉTICA DA HISTÓRIA EM HAYDEN WHITE: CONSTRUÇÕES DA
NARRATIVA HISTÓRICA E SUAS POSSIBILIDADES LITERÁRIAS

CURITIBA

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

TAIRON VILLI NEVES DA SILVA

A POÉTICA DA HISTÓRIA EM HAYDEN WHITE: CONSTRUÇÕES DA
NARRATIVA HISTÓRICA E SUAS POSSIBILIDADES LITERÁRIAS

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em História - Setor de
Ciências Humanas - da Universidade Federal
do Paraná, como requisito para obtenção do
título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Clóvis Gruner

CURITIBA

2018

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE
BIBLIOTECAS/UFPR-BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS
COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR
Bibliotecária: Rita de Cássia Alves de Souza – CRB9/816

Villi, Tairon

A poética da história em Hayden White: construções da narrativa
histórica e suas possibilidades literárias / Tairon Villi. – Curitiba, 2018.

154 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná. Setor de
Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História.

Orientador: Prof. Dr. Clóvis Gruner.

1. White, Hayden V., 1928- 2. Historiografia. 3. Literatura e história.

I. Título. II. Universidade Federal do Paraná.

CDD 907.9

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **TAIRON VILLI NEVES DA SILVA**, intitulada: **A POÉTICA DA HISTÓRIA EM HAYDEN WHITE: CONSTRUÇÕES DA NARRATIVA HISTÓRICA E SUAS POSSIBILIDADES LITERÁRIAS**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovação no rito de defesa. A outorga do título de Mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 31 de Agosto de 2018.


CLÓVIS MENDES GRUNER(UFPR)
(Presidente da Banca Examinadora)
MARILENE WEINHARDT(UFPR)
ARTHUR LIMA DE ÁVILA(UFRGS)

*“Daria um filme:
Uma negra e uma criança nos braços
Solitária na floresta de concreto e aço
Veja! Olhe outra vez o rosto na multidão
A multidão é um monstro sem rosto e coração
Hey, São Paulo, terra de arranha-céu
A garoa rasga a carne é a Torre de Babel
Família brasileira: dois contra o mundo
Mãe solteira de um promissor vagabundo
Luz, câmara e ação! Gravando a cena vai
Um bastardo, mais um filho pardo sem pai”*

À minha mãe, maior exemplo de amor, dedicação e luta que conheci.

Ensinou-me a ser sonhador, e que é isso que nos mantém vivos.

*“É necessário sempre acreditar que o sonho é possível
Que o céu é o limite e você, truta, é imbatível
Que o tempo ruim vai passar, é só uma fase
E o sofrimento alimenta mais a sua coragem”*

RESUMO

Na segunda metade do século XX, houve um processo de efervescência nas ciências humanas, o *linguistic turn*, e desse período resultaram várias inquietações acerca das epistemes disciplinares, afluíram os questionamentos sobre o caráter e a estrutura narrativa que constituía o discurso dessas áreas do conhecimento. No campo da história não foi diferente, e nesse contexto destaca-se o papel de Hayden White, que impulsionou a discussão sobre narratividade da história. Em *Meta-História* (1973), *Trópicos do Discurso* (1978) e *The Content of the Form* (1987), White discute a forma pela qual o discurso histórico é estabelecido e as limitações e possibilidades que tal forma oferece. E, a partir dessas teses, as indagações e objetivos da presente pesquisa pairam sobre um ponto específico – porém, amplo e fundamental – da discussão: a poética da história. White desenvolve a teoria dos tropos, e identifica os elementos notadamente literários na elaboração do discurso historiográfico, e assim, a atitude poética do historiador na construção da narrativa histórica, e, por fim, procura delinear a relação existente entre história e ficção. E é sobre essa poética no fazer historiográfico, indicada por White, que se propõe esse trabalho.

Palavras-chave: Hayden White; história e literatura; historiografia; poética da história; teoria da história.

ABSTRACT

In the second half of the twentieth century, there was a process of effervescence in the human sciences, the linguistic turn, and from that period resulted in several concerns about the disciplinary epistemes, questions about the character and narrative structure that constituted the discourse of these areas of knowledge. In the field of history it was no different, and in this context stands out the role of Hayden White, who propelled the discussion about narrativity of history. In *Meta-History* (1973), *Tropics of Discourse* (1978) and *The Contention of the Form* (1987), White discusses the way in which historical discourse is established and the limitations and possibilities that such a discourse offers. And, from these theses, the inquiries and objectives of the present research rest on a specific but broad and fundamental point of the discussion: the poetics of history. White develops the theory of tropes, and identifies the notably literary elements in the elaboration of historiographical discourse, and thus, the poetic attitude of the historian in the construction of historical narrative, and, finally, seeks to delineate the relation between history and fiction. And it is about this poetics in the historiographic making, indicated by White, that this work is proposed.

Key words: Hayden White; history and literature; historiography; poetic of history; theory of history.

Sumário

1. Introdução	8
2. Hayden White e a poética da história	14
2.1. Contexto e linhas gerais	14
2.2. Meta-História – Trópicos do Discurso – Conteúdo da Forma	22
2.3. Elementos históricos na literatura e nas artes visuais	36
2.3.1. Erich Auerbach	36
2.3.2. Ernst Gombrich	39
2.4. Notas sobre White e a crítica literária	45
2.5. Notas sobre as diferenças e semelhanças	50
3. A narrativa histórica	54
3.1. Diálogos e conexões	54
3.1.1. Paul Veyne	54
3.1.2. Michel de Certeau	60
3.1.3. Paul Ricoeur	63
3.2. Como Hayden White não escreveu Meta-história	70
3.3. Diálogos contemporâneos	75
3.3.1. Chris Lorenz	75
3.3.2. Frank Ankersmit	78
3.3.3. Dominick LaCapra – historiografia e representação do trauma	81
3.4. Desdobramentos	89
3.4.1. David Harlan e o debate nos Estados Unidos	89
3.4.2. Linda Hutcheon e a metaficção historiográfica	93
3.5. Recepção de Hayden White no Brasil	97
4. Implicações políticas e ideológicas das escolhas narrativas	107
4.1. O fardo e a interpretação política	109
4.2. Considerações intempestivas	131
5. Considerações finais	142
6. Referências	149
6.1. Fontes	149
6.2. Referências bibliográficas	149
6.3. Dissertações sobre Hayden White	154

1. Introdução

A poética da história, a partir das teses formuladas por Hayden White, há muitos anos é tema de discussões na academia, e configura o ponto central do presente trabalho. Há muito que as aproximações entre história e literatura me causam inquietações, e investigar a proximidade e distância entre elas me motivou a realizar esta pesquisa. Utilizei como fonte três obras de Hayden White: *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*, *Trópicos do Discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*, *The Content of the Form*, publicados originalmente em 1973, 1978, e 1987, respectivamente. White impulsiona a discussão contemporânea sobre a narratividade do discurso histórico, e por este motivo foi escolhido como autor de referência para o trabalho. As obras elencadas formam uma tríade basilar na qual estão apresentados os principais pontos da teoria do autor a respeito do tema. Embora ele tenha dado continuidade a essa discussão posteriormente, o recorte da pesquisa foi estabelecido visando o que entendo como o primeiro arco da discussão que ele propõe acerca da literariedade da história.

A conexão entre história e literatura se estabelece, fundamentalmente, no tocando à narrativa. Em 1979, o historiador Lawrence Stone publicou um contundente ensaio chamado *The Revival of Narrative*, que em português foi traduzido como *O Ressurgimento da Narrativa*, no qual o autor, que vem da tradição da história social, aponta sintomas do esgotamento dos paradigmas historiográficos vigentes. Esse esgotamento representava que as tentativas de uma história científica – ou seja, que pretende fundar a partir de fontes objetivas a construção e validação de hipóteses previamente explicitadas – não haviam alcançado os resultados e sucessos prometidos. A solução, então, era o retorno à uma história amparada mais na narrativa que na empiria. “O movimento para a narrativa pelos ‘novos historiadores’ marca o fim de uma era: o fim da tentativa de produzir uma explicação científica coerente da mudança no passado” (STONE, 1991: 41).

O teórico e crítico literário Luiz Costa Lima – que teve importante participação no processo de entrada das ideias de Hayden White na academia brasileira –, no livro *A Aguarrás do Tempo* (1989), se dedica longamente à investigação das questões acerca da intersecção entre a ficção e narrativa com

a história. Partindo dos pressupostos oferecidos por intelectuais como Arthur Danto, William Dray, Carl Hempel e o próprio White, Lima nos permite entender a narrativa como uma estruturação verbal de encadeamento de eventos e a explicação dos mecanismo e relações que tencionam esses eventos. Lima extrai de Danto a seguinte conclusão: “A narrativa é um procedimento expressivo que visa explicar uma mudança sucedida entre dois pontos terminais. A explicação que ela busca ensejar se localiza *no meio* dos referidos pontos terminais” (LIMA, 1989: 46-47. Grifo do autor). E acrescenta, “a explicação então consiste no preenchimento do meio entre os pontos finais e temporais de uma mudança” (DANTO *apud.* LIMA, 1989: 47). E a respeito desse preenchimento explicativo dos processos entre dois eventos, dois pontos terminais, o autor destaca o posicionamento de Danto em que este esclarece que mais importante que explicar que algo aconteceu, é indicar a importância desse acontecimento, seja como resultado de processos anteriores, ou ainda como fator que desencadearia uma outra série de eventos consequentes. “A questão de uma sentença narrativa não é mostrar por que algo aconteceu, mas mostrar qual era sua significação” (DANTO *apud.* LIMA, 1989: 54).

Costa Lima ainda apresenta a discussão sobre a aproximação do historiador com o ficcionista, trazendo para seu texto as teses de Raymond Aron e Paul Veyne. O autor destaca os argumentos de Aron que demonstram a subjetividade dos historiadores na seleção, organização e interpretação das fontes, deixando claro que os documentos não são autônomos. E a análise dos motivos que explicam os eventos dependem substancialmente da consciência individual de cada historiador. Para Lima, Aron derruba as distinções entre as tarefas do historiador e do ficcionista (LIMA, 1989: 27). Há ainda destaque para os apontamentos de Paul Veyne, onde Lima ressalta que “a história é um relato (*récit*), cujo potencial de explicação e compreensão são inerentes ao próprio relato”, e ainda, “a história é narração, não há narrativa sem enredo e, sem enredo, tampouco há o fato histórico” (1989: 34). Tais alegações são trazidas a partir das considerações de Veyne sobre a construção do fato histórico a partir da narrativa histórica enquanto trama.

Quais são, portanto, os fatos que são dignos de suscitar o interesse do historiador? Tudo depende da intriga escolhida; em si mesmo, um fato nem é interessante, nem o contrário. [...] Na

história como no teatro, mostrar tudo é impossível, não porque fosse necessária uma demasia de páginas, mas porque não existe o fato histórico elementar, o átomo do evento (VEYNE 1998: 42-43).

É também contundente a afirmação de Costa Lima em entender que a ficcionalidade ou historicidade dos fatos não existem neles mesmos, mas sim, são conferidas externamente a partir da maneira que são constituídas ou por quem são enredados. Segundo ele, “nenhum fato é histórico ou ficcional; ele assim se torna quando é selecionado por um historiador ou por ficcionista” (LIMA, 1989: 109)

E assim, percebe-se a narrativa como ponto fundamental da elaboração do discurso histórico a partir do enredamento dos fatos e sua própria construção, atribuindo sentidos e significados. Além da narrativa, outro dispositivo notadamente literário ao qual os historiadores utilizam para engendrar suas explicações que se pretendem realistas sobre o passado é a ficção. E sobre essa questão, ao discutir as proposições de Kermode sobre o tema, Costa Lima entende que “mais do que construções, as ficções são construções seminais, respostas básicas à necessidade humana de descobrir um sentido para a sua história”, para ele, a ficção funciona como uma tela colocada “entre nós e o mundo, tela pela qual o ‘momento imaginário’ da ficção concorda e coincide com o mundo”. Como desdobramento dessa posição, Lima infere que “assim entendida, a ficção abrange todo artefato mental que produz sentido”. E a ficção, em concordância com a urgência humanamente primária de dar sentido à sua presença no mundo, necessita de um meio pelo qual se organize, e o mecanismo formulador indispensável para a fixação de sentido é a construção de enredo (LIMA, 1989: 73).

Costa Lima identifica que a mobilidade das ficções lhes permite serem sempre capazes de estabelecer uma relação dialógica com a realidade que a tornam significativa (1989: 77). Assim, a ficção firma um diálogo com a realidade sensível e objetiva da própria vida, atribuindo sentido e significado e dando organicidade ao tempo e as suas mudanças. De forma semelhante, Paul Ricoeur esclarece que “o tempo torna-se humano na medida em que é articulado de um modo narrativo, e que a narrativa atinge seu pleno significado quando se torna uma condição da existência temporal” (RICOEUR, 1994: 85).

Quando se discute a associação da história com a literatura, se tem em mente, para a definição desta, o modelo de narrativas verbais estruturadas em prosa e que são orientadas e elaboradas a partir de eventos que não necessariamente tenham uma correspondência objetiva com a realidade sensível. Dito de outro modo, são narrativas que se baseiam, ou podem se basear, em motivações e eventos existentes apenas na imaginação do autor. Enquanto a história seria um tipo de narrativa também em prosa, contudo, seus eventos descritos carecem da necessária comprovação documental, principalmente pelas implicações éticas e políticas imbricadas a ela. Entretanto, como acredita Costa Lima, “literatura seria apenas uma convenção impossível de caber em um conceito, e que haveria sempre de repetir ser carente, vazio e de fronteiras intermináveis” e salienta que a concepção do termo literatura “nunca teve um sentido unívoco” (LIMA, 2006: 347-348). Assim, tomamos para o exame e comparação com a história o modelo simplista acima apresentado, algo semelhante ao que White chamou de “ficções de representação factual” (WHITE, 2014: 137).

Neste trabalho, busco estabelecer um diálogo entre White e outros autores importantes para a discussão da narratividade da história, entre eles: Paul Veyne, que foi um dos pioneiros na discussão contemporânea que viria depois abalar profundamente a epistemologia da disciplina histórica com seus questionamentos, em *Como se escreve a história* (1970), que embora tenha sido publicado antes mesmo de *Meta-história*, de Hayden White, as suas formulações acerca da narrativa histórica foram aprimoradas mais tarde com o trabalho do americano; Michel de Certeau que realizou um trabalho semelhante sobre a operação da escrita da história e pensou a historiografia enquanto fabricação do historiador (CERTEAU, 1982); e o filósofo Paul Ricoeur que se dedicou a pensar as categorias e inter-relações do tempo e da narrativa (RICOEUR, 1994).

Procuro também apresentar autores que estimularam e embasaram a produção e desenvolvimento do pensamento de White, entre eles Ernst Gombrich, Erich Auerbach, Northrop Frye e Kenneth Burke. O primeiro e o segundo buscaram a história nas artes visuais e na literatura, ao passo que isso levou White a investigar a arte e a literatura na história. Já Frye,

juntamente com K. Bruke, foi quem forneceu sedimento para a atuação de White no campo da crítica e teoria literária, e de quem o autor extraiu as concepções sobre os tropos (WHITE, 2008).

Além da relação dialógica entre as teses de White e os intelectuais franceses supracitados, também apresento breves pontos dos debates travados com alguns dos mais intensos críticos e comentadores da obra de sua obra. Chis Lorenz, Dominick LaCapra e Frank Ankersmit deram importantes contribuição para o refinamento das propostas de White a partir de suas críticas, e de igual forma deram continuidade à discussão sobre o caráter narrativo da história. Também destaco o pontiagudo artigo de David Harlan, que foi preponderante na discussão da historiografia norte-americana, no qual aborda a entrada da crítica literária nos estudos históricos e como isso atingiu o corpo de produção historiográfica americano e suas consequências (HARLAN, 1989). E pensando na crítica desses autores como desdobramentos e inflexões derivados das indagações e propostas de White, apontamos também, a tese de Linda Hutcheon, que define o conceito de “metaficção historiográfica”, sendo uma das mais importantes continuações atribuídas à proposições e aproximações que White estabeleceu entre história e literatura.

Há também a apresentação da trajetória, um tanto complicada e tortuosa, da entrada das formulações de White no campo de debate acadêmico brasileiro. Além dos comentários sobre como White “não escreveu” o *Meta-história*, a partir de sua contribuição ao colóquio de 40 anos da publicação, realizado no Brasil, em 2013, que posteriormente foi organizado em forma de livro por Julio Benviglio e Verónica Tozzi.

Pensar em uma mudança na concepção do discurso historiográfico, procurando entender melhor sua própria estrutura, representa um abalo no modelo tradicional de como a disciplina é compreendida e realizada. E isso desencadeia uma série de implicações éticas e políticas – inerentes à própria disciplina. Abordei algumas dessas implicações, que foram, por sua vez, já destacadas por Friedrich Nietzsche, em *Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida*, publicado em 1874, que por sua vez foram basilares para a construção da teoria tropológica, e que White discute de maneira bastante consistente em *O fardo da história*, publicado em

1966. Esse texto trata das imprecisões e insucessos da disciplina histórica em auxiliar na resolução de problemas do tempo presente, justamente devido ao seu processo de disciplinarização, que mais tarde o autor dedicou especial atenção em *The Politics of Historical Interpretation: Discipline and De-Sublimation*, artigo que compõe o livro *The Content of the Form* (1987) – ainda sem tradução para o português – e ressalta a importância e de se discutir os modelos discursivos e narrativos da história em sua relação de tensão passado-presente e as consequências diretas que isso trazem, especialmente em termos éticos e políticos, a partir do entendimento da história como conceito que localiza e orienta as comunidades na escala do tempo e lhes oferece sentido e significado.

Por fim, saliento que, apesar da simpatia ao tema, este trabalho não tem por objetivo ser uma apologia da história, tampouco demonstrar sua utilidade e abrangência, visto que o pensamento de White já é conhecido nas ciências humanas – embora com interpretações divergentes e, por vezes, até mesmo equivocadas –, isto é, as asserções sobre a narratividade da história foram, de certa forma, assimiladas por diversos pensadores, principalmente nos campos da história e da literatura. O objetivo aqui é apenas pensar a questão específica da poética. É também importante destacar que me abstive de entrar em debates etimológicos acerca das definições de mimesis e poiésis, e o entendimento adotado, na realização da pesquisa, paira sobre a concepção básica de mimesis enquanto imitação, representação, reapresentação, em última análise, cópia. Já poiésis é compreendido como seu oposto, sendo a ação criadora, modeladora, o ato de fabricar, produzir, elaborar. Em tempo, não abordei o mérito das críticas endereçadas às teorias de White, nem o debate em torno delas, por levar em consideração que outros autores já dedicaram pesquisas a este assunto¹.

¹ Cf. MARQUEZ, R. O. Teoria da História: Hayden White e seus críticos. Dissertação. Mestrado em História. Universidade de Brasília. Brasília, 2008.

2. Hayden White e a poética da história

2.1. Contexto e linhas gerais

A partir, principalmente, da década de 1960, no campo das Ciências Humanas, intensificou-se o debate acerca dos limites, abrangência e intersecção das disciplinas que compunham essa área do conhecimento (História, Sociologia, Filosofia, Psicologia, etc.). Com a crise da narrativa dos grandes paradigmas totalizantes em suas tentativas de explicar as sociedades e comportamentos – o mundo de maneira geral – dentro de discursos rígidos, no sentido de querer alocar dentro de si todas explicações e justificativas das transições e expressões humanas, a discussão sobre os pressupostos que definem e norteiam as disciplinas dedicadas a pensar a sociedade foi acentuada sobremaneira, proliferando, assim, ideias e conceitos que visavam repensar a estrutura, epistemologia e o discurso próprio de cada uma dessas matérias.

A insuficiência das teorias marxistas ortodoxas em explicar os fenômenos sociais sem ter que deformá-los no momento de aparar as arestas da massa amorfa que os compreende para comprimí-los dentro da caixa teórica estipulada; o esgarçamento do estruturalismo com o espraiamento tão grande de seus temas que sofreu acusação de pulverização da história (DOSSE, 1992); as duas grandes guerras e o evento limite da compreensão e capacidade narrativa da modernidade, o Holocausto, que pôs em cheque as teorias vigentes sobre representação do passado (FRIEDLANDER, 1992); as sucessivas crises do capitalismo; e a intensificação do totalitarismo no regime soviético, acentuaram o debate na segunda metade do século XX em torno das Humanidades, levando à chamada “crise das narrativas” (LYOTARD, 1998).

A modernidade, para além do sentido usual dado ao termo referindo-se a determinada temporalidade com práticas específicas, é muito mais complexa do que apenas um recorte temporal. Podemos definir a modernidade como um constructo social filosófico histórico político que tem seus pilares no idealismo hegeliano, considerando que, conforme o panorama apresentado por Koselleck em *Crítica e Crise*, Habermas identificou que Hegel foi quem melhor sintetizou a ideia de modernidade (KOSELLECK, 1999).

A tônica do homem moderno, por sua vez, é o *centramento* da razão. É a capacidade de ler a si mesmo, ler o mundo que o cerca, ler a si dentro desse mundo e tentar organizar a sociedade racionalmente a partir de sua própria razão. É um esforço intencional para ordenar a sociedade segundo seus próprios parâmetros de racionalidade. A ascensão do homem moderno está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento do capitalismo e, por consequência, do ideário burguês. Durante o século XIX esse ideal burguês atingiu o seu ponto de maior fulgor, e em seguida, conforme se aproximava o *fin de siècle*, as transições e transformações que se anunciavam no horizonte próximo, como desdobramento do próprio processo de desenvolvimento tecnológico acelerado, trouxeram o seu apagamento. A entrada do século XX e suas sucessivas e prolongadas guerras colocaram em xeque o ordenamento social realizado a partir da racionalidade moderna. Nicolau Sevcenko ilustra esse movimento de ascensão e queda com a alegoria do *loop* da montanha russa, onde a sociedade ocidental experimentou uma subida crescente do século XVI até meados do século XIX, alcançando um ponto vertiginoso dentro da concepção vigente de progresso, que na sequência foi sobrepujado pelo mergulho desenfreado e desorientador no abismo da guerra com proporções nunca antes imaginadas (SEVCENKO, 2001).

O sucesso e expansão do discurso moderno se deve à capacidade de organizar a si mesmo de modo a invisibilizar suas contradições internas. Porém essa invisibilização nunca é permanente, havendo diversos momentos e/ou movimentos de crise da construção social moderna em que essas contradições são expostas à luz. Esse desvelamento das contradições internas invisibilizadas é chamado de pós-modernidade, que expõe as contradições internas antes invisibilizadas, de modo que conceito pós-modernidade seria a identificação do movimento de rotação da modernidade em torno do próprio eixo. É também importante ressaltar que a pós-modernidade não é uma categoria estanque, assim como a própria modernidade não o é, e tampouco condicionada a balizas temporais, ainda que determinados eventos não devem ser ignorados (KOSELLECK, 1999). A década de 1970, no campo epistemológico das ciências humanas, por exemplo, teve peso preponderante nesse

desnudamento das contradições da modernidade, ou melhor, no processo de *descentramento* da racionalidade moderna².

Durante o século XX, vários eventos colocaram a modernidade em xeque, não por serem externos a ela, mas sim por serem integrantes da própria modernidade, elementos que estavam latentes e agora viriam à tona. Os regimes totalitários, chamados de exceção, não colocaram em xeque a democracia liberal burguesa, pois, na verdade eles fazem parte do próprio esgotamento desse modelo, e aparece como uma variação, ou desdobramento do mesmo. Tal pensamento fica explícito quando se observa a forma de tratamento oferecida aos regimes nazifascistas: estados de exceção. Exceção, ou seja, como se a regra fosse a democracia liberal burguesa, como se ela fosse a ordem natural das coisas e não uma formulação social racional e intencional do homem moderno. Giorgio Agamben explica, ainda, que o estado de exceção não representa o oposto da democracia liberal, ao contrário, este sistema comporta dentro de si aquele, de maneira que existe uma inter-relação de tensão entre essas linhas que estão entrelaçadas (AGAMBEN, 2004).

Jean-François Lyotard, em *A condição pós-moderna*, identificou o como pós-moderno o processo que “designa o estado da cultura após as transformações que afetaram as regras dos jogos da ciência, da literatura e das artes a partir do final do século XIX” (LYOTARD, 1998: xv). E no mesmo trabalho, originalmente publicado em 1979, o cenário pós-moderno é definido como “essencialmente informático e informacional. Nele expandem-se cada vez mais os estudos e as pesquisas sobre a linguagem, com o objetivo de conhecer a mecânica de sua produção e de estabelecer compatibilidades entre linguagem e máquina informática”. E ainda, “neste cenário, predominam os esforços (científicos, tecnológicos e políticos) no sentido de informatizar a sociedade” (LYOTARD, 1998: viii). Para o autor, a hipótese de trabalho é que há mudanças no estatuto do saber, ao mesmo tempo em que as sociedades entram no período conhecido como pós-industrial e as culturas entram na

² Porém, outros intelectuais já haviam apontado essas contradições veladas em outros momentos da história, que também acarretavam em crises. Marx, Nietzsche, Freud por exemplo, foram pensadores que, em seus escritos, abalaram o sistema filosófico da modernidade com críticas incisivas e jogando ao teto contradições que estavam embaixo do tapete.

chamada pós-modernidade. Lyotard salienta a intensificação nas trocas de saberes e diz:

Em vez de serem difundidos em virtude do seu valor 'formativo' ou de sua importância política, pode-se imaginar que os conhecimentos sejam postos em circulação segundo as mesmas redes de moeda, e que a clivagem pertinente a seu respeito deixa de ser saber/ignorância para se tornar como no caso da moeda, 'conhecimento de pagamento/conhecimento de investimento', ou seja: conhecimentos trocados no quadro da manutenção da vida cotidiana (reconstituição da força de trabalho, 'sobrevivência') versus créditos de conhecimentos com vistas a otimizar as performances de um programa.

Nesse caso, tratar-se-ia tanto da transparência como do liberalismo. Este não impede que nos fluxos de dinheiro uns sirvam para decidir, enquanto outros não sejam bons senão para pagar. Imaginem-se paralelamente fluxos de conhecimentos passando pelos mesmos canais e de mesma natureza, mas dos quais alguns serão reservados aos 'decisores', enquanto outros servirão para pagar a dívida perpétua de cada um relativa ao vínculo social (LYOTARD, 1998: 7).

Tal período é também assinalado pelo questionamento dos saberes (quem define o que é saber?), assim como se questionam as instituições detentoras e legitimadoras do saber. As trocas de informações, quem as detém, a quem elas servem, são questões que ganham peso. Lyotard aponta para a "decomposição dos grandes relatos", diz ele que: "o grande relato perdeu sua credibilidade, seja qual for o modo de unificação que lhe é conferido: relato especulativo, relato de emancipação" (1998: 69). Há uma diluição das fronteiras das ciências, bem como o surgimento de novos campos do conhecimento, que o autor francês apresenta como:

Surge assim a ideia de perspectiva que não é distante. Pelo menos neste ponto, da dos jogos de linguagem. Tem-se aí um processo de deslegitimação cujo motor é a exigência de legitimação. A 'crise' do saber científico, cujos sinais se multiplicam desde o fim do século XIX, não provém de uma proliferação fortuita das ciências, que seria ela mesma o efeito do progresso das técnicas e da expansão do capitalismo. Ela procede da erosão interna do princípio de legitimação do saber. Esta erosão opera no jogo especulativo, e é ela que, ao afrouxar a trama enciclopédica na qual cada ciência devia encontrar seu lugar, deixa-as se emanciparem (LYOTARD, 1998: 71).

Lyotard ainda assevera que:

As delimitações clássicas dos diversos campos científicos passam ao mesmo tempo por um requestionamento: disciplinas desaparecem, invasões se produzem nas fronteiras das ciências, de onde nascem novos campos. A hierarquia especulativa dos conhecimentos dá lugar a uma rede imanente e, por assim dizer, ‘rasa’, de investigações cujas respectivas fronteiras não cessam de se deslocar. As antigas ‘faculdades’ desmembram-se em institutos e fundações de todo tipo, as universidades perdem sua função de legitimação especulativa. Privadas da responsabilidade da pesquisa que o relato especulativo abafa, elas se limitam a transmitir os saberes julgados estabelecidos e asseguram, pela didática, mais a reprodução dos professores que a dos cientistas (LYOTARD, 1998: 71,72).

Uma consideração importante a ser feita é que, a partir das teses de Jean-François Lyotard, é possível inferir que o saber – sua produção e transmissão – depende fundamentalmente da linguagem, e, portanto, está sujeito às regras próprias desse domínio. E, segundo o autor, para a legitimação dos saberes, o recurso dos grandes relatos está excluído. Contudo, não é o caso de buscar nem na dialética do Espírito, nem na emancipação da humanidade a solução para a validação do discurso científico. Pois, se o grande relato se decompõe, “o pequeno relato continua a ser a forma por excelência usada pela invenção imaginativa, e antes de tudo pela ciência” (LYOTARD, 1998. p.111).

O escritor e crítico brasileiro Silviano Santiago, no posfácio de *A condição pós-moderna*, conclui que a pós-modernidade é “aos olhos revolucionários, reformista, aos olhos iluministas ela é uma freguesa contumaz, ou seja, mais uma rebelião anárquica da irracionalidade, e aos olhos verdadeiramente modernos ela é apenas modernizadora”. E Santiago diz ainda que para a própria pós-modernidade, ela é “antitotalitária, isto é, demograficamente fragmentada, e serve para afiar a nossa inteligência para o que é heterogêneo, marginal, marginalizado, cotidiano, a fim de que a razão histórica ali enxergue novos objetos de estudo”, e enfatiza, “perde-se em grandiosidade, ganha-se em tolerância” (LYOTARD, 1998. p.127).

Posto, então, alguns apontamentos necessários sobre a crise das narrativas, gostaria de atentar para o fato de que, embora o senso comum pese

para esse lado, o termo crise não remete apenas ou necessariamente a uma conotação pejorativa, mas pode, também, significar um momento de intensa reflexão e apontar para mudanças, o que, no campo científico, é mais do que saudável, é necessário. Assim, os desdobramentos desse período tanto em relação ao pensamento pós-estruturalista quanto às discussões da pós-modernidade foram e são de grande valia tanto para os estudos históricos quanto para os estudos literários.

Nesse sentido, surgiu na história, com Hayden White, ou melhor, foi trazido novamente para o centro do debate, a questão da literariedade da história. Em 1973, com a publicação de *Meta-História: A imaginação Histórica do século XIX*, foi dado um dos principais e mais fortes impulsos da discussão contemporânea sobre a poética da história e sua aproximação com a literatura. Falo em discussão contemporânea visto que esse tema é alvo de reflexão desde Aristóteles em *Arte e Poética*, deste modo, vale ressaltar que White não foi o percussor da discussão, ele apenas trouxe novamente para a mesa de debate contemporâneo uma questão já muito analisada, porém deixada na gaveta por um longo tempo, por isso o adjetivo contemporâneo acrescido a discussão.

Em *Meta-História*, Hayden White analisa quatro filósofos da história: Hegel, Marx, Nietzsche e Croce; e quatro historiadores: Tocqueville, Michelet, Ranke e Burckhardt. Todos eles de grande destaque para o pensamento europeu do século XIX e para a concepção histórica deste período que formulou o que se entendeu por disciplina histórica durante o século XX e apresentaram ideias que perduram até hoje.

A análise de White sobre os autores que ele considera terem obras magistrais para o pensamento histórico visa responder uma questão que ele encontrou a partir de questionamentos lançados antes por Ernst Gombrich e Erich Auerbach, que na visão de White perscrutaram quais os aspectos históricos da arte e quais os aspectos históricos da literatura, respectivamente, e invertendo a questão Hayden White se propõe a investigar quais os

elementos literários, ou seja, artísticos, da história³. E para responder essa questão o autor lança mão da teoria e crítica literária, buscando principalmente em Northrop Frye e Kenneth Burke o embasamento e o respaldo para as suas proposições. A intenção do autor ao estudar o aspecto literário da história é penetrar no pavimento interior do texto e compreender os encadeamentos narrativos comuns que são colocados como soluções verbais para que os historiadores expliquem objetivamente o que pretendem descrever realisticamente.

Ao estudar o formato narrativo utilizado, e entendendo a narrativa histórica como um artefato literário, White infere que os historiadores seguem modelos tropológicos de escrita nos quais engendram seus discursos, percebendo a história como uma linguagem escrita e, portanto, ligada às normas e convenções verbais e narrativas próprias dessa modalidade textual, a escrita histórica se apresenta como uma produção literária, assim, depende dos mesmos mecanismo comuns a qualquer produção desse gênero. E o modelo tropológico em questão, é o fazer poético do historiador, na visão de White, pois é dessa forma que o historiador traz para o campo do conhecido aquilo que é estranho, e familiariza aquilo que é desconhecido, e esse processo de produção de conhecimento sobre o passado, que, via de regra, é um objeto de estudo virtual - no sentido em que não pode ser recuperado nem reconstruído - é definido por White como sendo os trópicos do discurso. Tal definição enquadra ainda a narrativa histórica em quatro modelos gerais de trópicos (aqui entendidos num sentido muito próximo a figuras de linguagem): sinédoque, metonímia, metáfora e ironia. E para além dessa composição, White elenca ainda modos de argumentação, modos de elaboração de enredo e modos de implicação ideológica que se relacionam entre si formando a trama historiográfica. Ele destaca que as escolhas de cada modo de argumentação, elaboração de enredo e implicação ideológica, bem como o trópico discursivo

³ “[...] as duas obras abordam um problema comum, isto é, a natureza da representação ‘realista’, que é o problema colocado para a moderna historiografia. Nem um nem outro, porém, trata da análise do conceito crucial de representação *histórica*, muito embora ambos tomem o que se poderia denominar ‘senso histórico’ como um aspecto central do ‘realismo’ nas artes. Eu, de certo modo, inverti a formulação deles. Eles perguntam: quais os componentes ‘históricos’ de uma arte ‘realista’? Eu pergunto: quais são os elementos ‘artísticos’ de uma historiografia ‘realista’?” (WHITE, 2008:19. Grifo do autor).

adotado, variam conforme a decisão ou percepção estética de cada historiador (WHITE, 2008).

E esse processo tropológico é tanto um processo cognitivo e historiográfico quanto literário, e por mais que o historiador tente fugir da sombra dos trópicos discursivos, tal tentativa se mostra inútil visto que a tropologia funciona como a medula espinhal do discurso historiográfico, na visão de White, e assim, configura-se a narrativa histórica como um artefato literário, aproximando a história da literatura através do fazer historiográfico que se utiliza dos mesmos recursos e mecanismos textuais para construir seu discurso. Então, mais do que uma produção mimética sobre o conhecimento do passado, é uma produção poética sobre comportamentos, culturas e sociedades através do tempo.

Em linhas bastante resumidas, essas ideias são as principais formulações de Hayden White no tocante a aproximação de literatura com história. No decorrer deste trabalho, abordarei com mais profundidade essas e outras questões da teoria proposta por White.

2.2. Meta-História – Trópicos do Discurso – Conteúdo da Forma

As fontes utilizadas nesta pesquisa gravitam na órbita da produção de Hayden White. A primeira é o livro *Meta-História: A imaginação Histórica do século XIX*⁴, de 1973, no qual, White sistematiza pela primeira vez a teoria dos trópicos discursivos presentes dentro da narrativa histórica, realizando aguçada análise de quatro historiadores (Michelet, Ranke, Tocqueville e Burckhardt) e quatro filósofos da história (Hegel, Marx, Nietzsche e Croce), atentando, especialmente, para a forma em vazaram os seus textos articulando os tropos de metáfora, sinédoque, metonímia e ironia aos modos de elaboração de enredo de romance, comédia, tragédia e sátira. Na esteira dessa discussão aparece o *Trópicos do Discurso: Ensaio sobre a Crítica da Cultura*⁵, de 1978, que reúne ensaios e artigos onde o autor define a constituição do processo tropológico narrativo, acentuando o caráter literário inerente à história. Neste livro, White retoma um de seus mais pontiagudos artigos, *O fardo da história*, que havia sido publicado originalmente em 1966, e que traz as primeiras considerações do autor sobre situação da produção historiográfica e a necessidade de mudanças para atender à necessidade do tempo presente, mudanças essas que, invariavelmente, deveriam passar pela questão da própria narratividade na elaboração do discurso histórico além das consciências de suas implicações éticas e políticas. Completando a série temos *The Content of the Form: Narrative Discourse and Historical Representation*⁶, de 1987, também uma coletânea de ensaios onde White se dedica ao estudo da representação da história no discurso narrativo, a representação da realidade dentro do discurso historiográfico, e problematiza a atribuição de significado que é conferida à obra histórica pela forma em que é constituída, “o conteúdo da forma”, de modo que para o autor o discurso

⁴ WHITE, H. *Meta-História: A imaginação Histórica do século XIX*. Tradução de José Laurêncio de Melo. 2ª Ed. São Paulo: Editora da USP, 2008.

⁵ WHITE, H. *Trópicos do Discurso: Ensaio sobre a Crítica da Cultura*. Tradução de Alípio Correia de Franca Neto. 2ª ed. 1ª reimpr. São Paulo, Editora da USP, 2014.

⁶ WHITE, H. *The Content of the Form: Narrative Discourse and Historical Representation*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 1987.

WHITE, H. *El Contenido de la Forma: narrativa, discurso y representación histórica*. Traducción de Jorge Vigil Rubio. 1ª ed. Paidós, Barcelona, 1992.

narrativo histórico é um aparato para a produção de significado, mais do que apenas um veículo para a transmissão de informações sobre um referente extrínseco.

Estes três trabalhos compõem a base do pensamento defendido por Hayden White acerca da narratividade da história, além de destacarem o que podemos chamar de “primeira fase” do autor, levando em consideração que após esse período White amplia os desdobramentos dessa discussão em sua produção intelectual nas décadas seguintes. É nessa trilogia que o autor apresenta algumas das principais reflexões desenvolvidas por ele ao longo das décadas de 1970 e 1980 (embora alguns textos tenham aparecido antes), por exemplo, o caráter narrativo – e, portanto, literário – da história, a teoria da narratividade topológica, a importância da narrativa dentro do discurso histórico, a poética da história, e as tentativas de penetrar nos níveis profundos da estrutura textual⁷.

Durante a segunda metade do século XX, ocorreu nas ciências humanas um fenômeno e/ou processo denominado de *linguistic turn*, conhecido como “giro linguístico”. Esse giro consistiu numa guinada das ciências humanas (sociologia, antropologia, história, etc.) para as questões da forma com que cada uma dessas áreas produz, estabelece e relaciona-se com seus respectivos discursos. Nesse momento de questionamento sobre “como fazer”, ou, de onde vem o substrato que possibilita a esses campos de estudo um lugar privilegiado na linguagem, foi aberto um diálogo maior com a literatura, a linguística e a semiologia e/ou semiótica. A partir desse período se deu início ao processo de desconstrução de determinados discursos das humanidades e também a busca por uma reestruturação no tocante às formas possíveis de se engendrar esses discursos. Houve também uma interação maior entre essas áreas do conhecimento e o espriamento de temas e abordagens dentro desses estudos, ressaltando pontos de interconexão e interdisciplinaridade. Foi nesse período que se destacaram nomes e ideias de intelectuais – ou ainda, através desses intelectuais ocorreu esse processo de giro linguístico – como Michel Foucault, Roland Barthes, Jacques Derrida, etc.

⁷ Vale ainda ressaltar que a maior parte da produção de White ainda não foi traduzida para o português (como o próprio *The Content of the Form*), e grande parte consiste em artigos, e destes, muitos se encontram na revista *History and Theory*, por exemplo.

No campo da história, especificamente, um nome que teve papel referencial nesse processo foi Hayden White. Seus questionamentos acerca da narratividade da história, da relação passado-presente, e principalmente os apontamentos referentes ao discurso histórico e sua linguagem, lhe puseram num lugar privilegiado – e também atacado e criticado. Pode-se dizer que ele foi um dos responsáveis pelo início da discussão contemporânea sobre o caráter narrativo – portanto, literário – da história, juntamente com Paul Veyne, Michel de Certeau, entre outros. Seu livro *Meta- História – A Imaginação Histórica no Século XIX* foi basilar nessa discussão, sendo o precursor de muitos outros historiadores que viriam a tomar posição em torno desse tema.

E o fato é que, mesmo com toda a importância conferida à Hayden White nesse contexto de uma nova história cultural e da discussão sobre as possibilidades narrativas da história, ele é pouco estudado no Brasil. Um dos motivos que talvez explique a situação pode ser a predominância de escolas historiográficas europeias no país, em detrimento da pluralidade de olhares sobre o pensamento histórico⁸.

É fundamental, portanto, que os questionamentos sobre a narratividade do discurso histórico estejam presentes, também, na historiográfica brasileira. A presente pesquisa justifica-se pela proposta de ampliar o debate acerca das teorias de Hayden White no cenário acadêmico nacional, bem como, elucidar alguns indicativos quanto ao seu trabalho, por exemplo, as questões que gravitam na órbita da aproximação história-literatura, e ainda esclarecer temas como a suposta redução da história a um gênero literário.

Se, “o historicamente real, o passado real, é aquilo a que eu só posso reportar-me através de um artefato que é textual por natureza” (HUNT, 1995: 157), nada mais pertinente que estudar essas estruturas textuais e suas limitações e possibilidades. No trabalho de Lloyd Kramer no qual ele estuda as indicações de Hayden White e Dominick LaCapra, é ainda possível inferir que o universo histórico não existe fora da narrativa, de modo a estarem imbricados o texto e o contexto (KRAMER in HUNT, 1995). Salientando que todas as tentativas de descrever acontecimentos históricos baseiam-se necessariamente em narrativas (1995: 136), o estudo aprofundado dessas

⁸ Dois nomes proeminentes dessas escolas historiográficas referenciais no Brasil, por sua vez, têm pesadas críticas à White, são eles: Roger Chartier e Carlo Ginzburg.

narrativas ligando-se às matérias que se dedicam ao estudo da linguagem textual (literatura, linguística, semiótica) torna-se fundamental.

Tendo essas premissas como pressupostos que norteiam e subsidiam a pesquisa, é válido pontuar – no intuito de justificar o presente trabalho - que o estudo dessas estruturas textuais “podem ampliar a definição daquilo que fazem [os historiadores] e, desse modo, ajudar a transformar a disciplina numa iniciativa mais criativa, autoconsciente e crítica” (1995: 137).

O presente trabalho de pesquisa tem por objeto o estudo da poética da história na obra de Hayden White. White é historiador, teórico, crítico e ensaísta. Nasceu em 1928, no estado do Tennessee (E.U.A.), e iniciou sua produção acadêmica ainda na década de 1950 – Ph.D pela Universidade de Michigan em 1956 – e continua em atividade. Atualmente estava vinculado à Universidade de Stanford e à Universidade da Califórnia. Suas áreas de estudo abrangem temas da teoria da história e historiografia, teoria literária, literatura comparada e afins. Infelizmente, Hayden White, aos 89 anos, faleceu durante a execução desse trabalho, no mês de março do corrente ano.

White ocupa lugar de destaque quando se fala em Pós-Modernidade ou Pós-Estruturalismo, devido ao seu trabalho pioneiro acerca do estudo da narrativa histórica ainda no início da década de 1970. Teve um papel fundamental na retomada da discussão em torno do pensamento histórico na segunda metade do século XX, principalmente na mudança de pensamento sobre a escrita da história e suas possíveis aproximações com a literatura.

Seu trabalho mais importante desse período – e provavelmente mais marcante de sua carreira – foi o livro *Meta-História – A Imaginação Histórica no Século XIX*, no qual ele analisa o pensamento histórico europeu no século XIX na obra de quatro mestres da historiografia, como ele mesmo define: Michelet; Ranke; Tocqueville e Burckhardt. White ainda trabalha com quatro filósofos da história: Hegel, Marx, Nietzsche e Croce (WHITE, 2008: 12).

A partir dos estudos da obra dos referidos pensadores, White desenvolve sua teoria dos tropos, na qual ele identifica uma importante conexão entre história e literatura, à medida que encontra pontos-chave da escrita histórica que são próprios da escrita literária. Ao passo que subordina o estudo das obras historiográficas à análise literária, num viés que busca

elementos internos na construção do discurso histórico e vai além do nível superficial no texto.

Todas as obras de história têm um profundo conteúdo estrutural, em geral poético e de natureza especificamente linguística, que atua como paradigma pré-criticamente aceito do que deveria ser uma explicação caracteristicamente 'histórica'. Esse nível de estrutura profunda torna-se o ponto de partida inevitável para que o historiador pratique um ato essencialmente *poético*, no qual *prefigure* o campo histórico e o constitua como um domínio onde possa exercitar as teorias específicas que usará para explicar “o que *realmente* estava acontecendo nele (KRAMER, *in* HUNT, 1995: 146).

White entende a produção historiográfica como um discurso engendrado a partir da linguagem escrita, assim, está exposto aos julgamentos e análises pertinentes a qualquer produção que se utilize da mesma linguagem para se estabelecer. “Considerarei o labor histórico como o que ele manifestamente é, a saber: uma estrutura verbal na forma de um discurso narrativo em prosa que pretende ser um modelo, ou ícone, de estruturas e processos passados no interesse de *explicar o que eram representando-os*” (WHITE, 2008: 18. Grifo do autor).⁹ Nesta passagem, fica explícito o posicionamento de White em relação à estrutura da narrativa histórica, ou seja, um discurso que se apresenta de maneira textual e, portanto, sujeito aos julgamentos do campo em que os estudo das estruturas textuais se inserem, notadamente a linguística e a literatura.

Quais são os elementos “artísticos” de uma historiografia “realista”? Essa é a pergunta que Hayden White faz, invertendo de certo modo, como ele mesmo propõe, o questionamento já antes feito pelo filólogo Erich Auerbach e pelo historiador da arte Ernst Gombrich. Estes dois versaram sobre a questão da representação da “realidade”: o primeiro analisa as bases da literatura ocidental, e o segundo busca as origens do realismo na representação pictórica ocidental, e o encontra na tentativa de artistas gregos traduzirem em imagens as técnicas narrativas de autores de textos épicos, trágicos e históricos. Partindo dos estudos presentes, e dando prosseguimento à discussão, em *Mimeses*, de Auerbach, e *Arte e Ilusão*, de Gombrich, Hayden White conclui

⁹ Nota: Optei por manter os grifos originais visto demonstrarem a posição de Hayden White em relação à reinterpretação e reapropriação do passado, e a relação dialética passado-presente com a qual o historiador trabalha, bem como questão de o que é o real.

que eles perguntaram: quais são os componentes “históricos” de uma arte “realista”? Ao passo que nem um dos dois se ateve exclusivamente a análise do conceito de representação histórica - como sugere White - o autor viu necessário o questionamento que inicia o parágrafo, e segue a procura de respostas, principalmente, nas obras de dois nomes da teoria e crítica literária, Northrop Frye e Kenneth Burke (WHITE, 2008: 18).

Destarte, o trabalho do historiador aproxima-se do trabalho do autor de literatura convencional, isso implica em preocupações semelhantes a ambos.

A História, portanto, é uma modalidade de literatura, e o historiador um tipo de escritor que não deixa de enfrentar problemas similares aos de qualquer outro criador de textos literários, tais como as questões de estilo, a seleção de modalidades de intriga, a escolha (voluntária ou não) de um padrão de narratividade que dialoga com formas de expressão como o Romance, a Comédia, a Tragédia, a Sátira (BARROS, 2010: 10).

Nesse escopo entra a teoria dos tropos, ou ainda, a tropologia do discurso. E tal teoria foi o prisma pelo qual White observou as obras de Ranke, Michelet, Burckhardt e Tocqueville. Mas o que são tropos? Hayden White, em *Trópicos do Discurso*, responde a essa pergunta fazendo uma recuperação léxico-semântica do termo:

A palavra *trópico*, de tropo, deriva de *tropikos*, *tropos*, que no grego clássico significa ‘mudança de direção’, ‘desvio’, e na *koiné* ‘modo’ ou ‘maneira’. Ingressa nas línguas indo-europeias modernas por meio de *tropus*, que em latim clássico significava ‘metáfora’ ou ‘figura de linguagem’, e no latim tardio, em especial quando aplicada à teoria da música, ‘tom’ ou ‘compasso’. Todos esses sentidos, sedimentados na palavra *trope*, do inglês antigo, encerram a força do conceito expresso no inglês moderno pelo termo *style*, um conceito particularmente apropriado para o exame daquela forma de composição verbal que, a fim de diferenciá-la, de um lado, da demonstração lógica e, de outro, da pura ficção, chamamos pelo nome de *discurso* (WHITE, 2014: 14).

Posto isso, o tropo, na obra de Hayden White, tem denotação tanto como figura de linguagem (metáfora, metonímia, sinédoque, ironia), quanto como estilo, ou ainda, a espinha dorsal na qual o historiador estrutura seu discurso histórico. O autor afirma ainda que o trópico é a sombra que o discurso realista tenta fugir – visto a associação de tropo à linguagem poética.

Contudo, tal tentativa de fuga é inútil, pois o trópico é o processo pelo qual o discurso constitui os objetos que ele pretende descrever realisticamente e analisar objetivamente (WHITE, 2014).

Hayden White, além da linguagem tropológica, em *Meta-História*, aponta outros aspectos literários dentro da narrativa histórica, e identifica três modalidades diferentes que fornecem subsídio para o tom explicativo da narrativa: a explicação por argumentação formal, a explicação por elaboração de enredo e a explicação por implicação ideológica. Em cada uma dessas estratégias, White classifica subgrupos de combinações possíveis que vão formar o estilo da narrativa historiográfica. E, segundo o autor, a adoção de alguma dessas estratégias de explicação é um posicionamento *poético* e o conecta aos tropos da linguagem poética: metáfora, sinédoque, metonímia e ironia.

White elenca as combinações possíveis dentro das estratégias de explicação, e para a explicação de elaboração por enredo a narrativa histórica assume os contornos de romance, comédia, tragédia e sátira. A escolha de algum deles está na percepção estética dos historiadores. Quanto à explicação por argumento formal, White aponta para o formismo, mecanicismo, organicismo e contextualismo como as operações cognitivas particulares dos autores de delinear a narrativa. Em relação à explicação por implicação ideológica, White indica para as seguintes posições: anarquismo, conservantismo, radicalismo e o liberalismo. O autor ainda nos fornece uma tabela que exemplifica seu argumento (WHITE, 2008: 44):

Modo de Elaboração de Enredo	Modo de Argumentação	Modo de Implicação Ideológica
Romance	Formista	Anarquista
Trágico	Mecanicista	Radical
Cômico	Organicista	Conservador
Satírico	Contextualista	Liberal

Ele salienta que não necessariamente há que se fazerem as combinações lineares, visto que os *mestres* que ele se dedica a estudar tem seu brilhantismo justamente quanto à variação que estabelecem na escolha de suas alternativas poéticas para urdir o enredo, a fim de estruturar a narrativa histórica (2008: 44). A intenção de Hayden White em formular essa classificação é penetrar no pavimento interior do texto, indo além da superfície textual - a história contada, identificando os elementos poéticos, portanto literários, da estrutura verbal que constituem a narrativa histórica.

Nessa direção, procura encontrar a estrutura típico-ideal da narrativa histórica para distinguir os elementos próprios do texto histórico ou da filosofia da história. Mais uma vez, após o esquadrinhamento das obras magistrais do pensamento histórico do século XIX, o autor esquematiza um processo pelo qual se enceta a narrativa histórica em sua estrutura típico-ideal: crônica; *estória*¹⁰; modo de elaboração de enredo; modo de argumentação; e modo de implicação ideológica. De modo que o historiador “acha” suas *estórias* na crônica, e então, dos eventos encontrados na crônica ele faz uma trama conferindo significado a esses eventos em determinada ordem de importância e transforma na *estória*, que é urdida em forma de enredo e, conferindo-lhe o caráter explicativo, modo de argumentação e implicação ideológica (CRUZ; ASSIS, 2013: 78).

Essa sequência tem função de trazer compreensão ao registro histórico, na visão de White, e cumpre-se o desiderato de familiarizar o que é não familiar, ou seja, de tornar compreensível o que é estranho, tirar do domínio do exótico e move-lo para o conhecido, e este é um processo de compreensão tropológico (WHITE, 2014: 18). E onde está a poética da história? Está justamente nisso, pois, consiste no processo de tornar conhecido o estranho através da estrutura narrativa verbal histórica, de transformar o evento da crônica em *estória* e explicá-la e torná-la compreensível pelas estratégias explicativas de elaboração de enredo, argumentação e implicação ideológica. Para o autor, a poética da história é o ato criativo do historiador na construção do seu discurso historiográfico.

¹⁰ White trabalha com os conceitos *history* e *story*, de modo que torna preciso pensar nas designações história e estória, e a despeito do sentido usual que se dá a este último termo na língua portuguesa, aqui ele não tem o sentido de “história não verdadeira”, mas sim consiste na trama narrativa construída pelo historiador a partir dos eventos analisados.

O ponto de aproximação entre a história e a literatura, consiste no labor historiográfico de significar o *passado-presente* e fazê-lo compreensível – em última análise, útil – através da narrativa textual. Pois, os eventos contidos numa crônica não manifestam significado apodítico, tampouco elucidam por si próprios a determinado contexto do passado em referência ao presente em que se encontra. O empenho por parte do historiador, em capturar o evento da história, e transformá-lo em *estória*, a urdidura de enredo desse processo, o enredar da história e configurá-la em *estória* de tipo particular e com determinada significação configura a ação poética do historiador. Também nesse aspecto é que se apresenta a semelhança entre o historiador e o autor de literatura ficcional, no tocante ao processo de tornar compreensível o relato textual, ambos estão lidando com a mesma linguagem, e dispõem dos mesmos instrumentos literários para conferir forma e solidez à sua estrutura verbal.

O historiador não detém o passado, tampouco consegue recuperá-lo, o que ele faz é uma reinterpretação, uma refiguração, uma *reimpressão* nos moldes do presente em que ele vive. O passado é construído na relação dialética presente-passado e entre a tensão passado-futuro. A cada presente o passado é refigurado, e adquire novos contornos, assim como a pretendida e objetiva verdade histórica, o passado é um poliedro de mil faces e nunca olhos humanos conseguirão ver todas as suas faces ao mesmo tempo (REIS, 2000).

Tendo em vista que dois ou mais historiadores lidando com a mesma fonte, empregando a mesma metodologia, utilizando o mesmo referencial teórico chegarão a resultados díspares, abre-se um precedente de que o fazer historiográfico tem algo de inventivo, ou melhor, subjetivo. O historiador retira determinado número de informações de uma fonte, de um evento ou de uma crônica, e busca significá-lo no recorte temporal que lhe cabe e no seu dado contexto. E, se essa significação é divergente entre historiadores, mesmo com métodos e fontes semelhantes, tudo indica que a *significação* do historiador é interpretativa, ele recorre ao seu repertório de imagens, seu arcabouço de ideias e tira daí o substrato para preencher as lacunas na sua *estória*. Não seria esse também o processo de um autor de literatura ficcional para ligar os pontos em sua trama? Perceba-se que não nos referimos ao ponto inicial de onde surge a trama ou a *estória*, sendo notadamente na primeira a imaginação do autor (ainda que este possa se utilizar de eventos comprovados

documentalmente para ambientar e/ou elaborar sua obra), e a segunda o *passado vivido*, ou ainda, eventos documentalmente comprovados.

Até mesmo o critério para “diferenciar” a narrativa histórica da narrativa ficcional e/ou convencional é comum às duas. A narrativa histórica tem a seu favor, e como elemento de transferência de credibilidade o *real*, e então distingue-se da narrativa ficcional visto ter um correspondente tátil no universo palpável. A partir disto poderia se inferir que a história se sustenta por uma “vontade de verdade” (FOUCAULT, 2010). Contudo, dentro de uma estrutura textual, o que confere essa correspondência com esse universo palpável são as alegorias que buscam verossimilhança que irão dialogar com esse *real*. Logo, são as “notações insignificantes” da descrição, a colocação do real pelo referente, a representação verossímil que criam o “efeito do real” (BARTHES, 1988). Tais alegorias são comuns a ambas as formas narrativas, e são da mesma forma dispositivos literários, de modo que a história continua presa à narrativa textual, e, portanto, à linguagem literária.

Se a história é disposta em forma de narrativa, utiliza dos mesmos instrumentos para dar forma ao enredo, para explicar e argumentar, e dispõe dos mesmos mecanismos, alegorias e tropos para produzir compreensão ao leitor, então a narrativa histórica é um gênero literário? Hayden White afirma que sim.

Chegamos em um ponto crucial da obra de Hayden White. Em grande parte da crítica direcionada a ele consiste nessa “redução” da história a um gênero literário. Essa é, provavelmente, a crítica mais comum tecida contra White. O fato de White questionar a história e/ou a historiografia a partir da estrutura em que ela se apresenta – a história e sua linguagem, problematizando a escrita da história, bem como os pressupostos que conferiam à história certo peso “científico” e ainda, as relações passado-presente e quão tangível é este passado pelo historiador, criaram certo desconforto em muitos historiadores, que viam na proposta de White um caráter demasiado relativista, ou ainda, reducionista – e nesse ponto a crítica referia-se à teoria dos tropos.

As inquietações e incertezas provocadas por Hayden White atingiram historiadores de destaque como Roger Chartier e Carlo Ginzburg. Para o primeiro, a inquietação derivou, entre outras coisas, “da interrogação sobre as

relações entre a história e sua linguagem, o que impôs um questionamento acerca dos limites existentes entre a história escrita e suas verdades narradas” (MAINENTE; GAGLIARDO, 2010: 68). Já o segundo, move-se contra White postulando que a ideia deste abriria um precedente perigoso com relação ao entendimento da verdade e uso histórico, e analisa o caso do Holocausto para exemplificar seu ponto de vista (2010: 71).

Em relação às acusações da *relativização* causada por White, no que tange as questões referentes à veracidade da história, como também, a tornar a história um gênero literário, podemos encontrar resposta na seguinte afirmação:

No intuito de antecipar algumas das objeções que os historiadores opõem muitas vezes ao argumento que segue, quero admitir desde já que os *eventos históricos* diferem dos *eventos ficcionais* nos modos pelos quais se convencionou caracterizar as suas diferenças desde Aristóteles. Os historiadores preocupam-se de eventos que podem ser atribuídos a situações específicas de tempo e espaço, eventos que são (ou foram) em princípio observáveis ou perceptíveis, ao passo que os escritores imaginativos – poetas, romancistas, dramaturgos – se ocupam tanto desse tipo de eventos quanto dos imaginados, hipotéticos ou inventados (WHITE, 2014: 137).

Aqui se faz necessária menção ao clássico texto de Aristóteles que dá início a discussão sobre poesia e história. Em *Arte Poética*, no capítulo IX, Aristóteles classifica a poesia como um gênero maior e de caráter mais elevado que a história, visto que a poesia fala sobre o que ainda pode acontecer e tem um espectro universal, enquanto que a história fala apenas do que já aconteceu e de casos particulares. Diz Aristóteles que “o historiador e o poeta não se distinguem um do outro, pelo fato de o primeiro escrever em prosa e o segundo em verso (pois, se a obra de Heródoto fora composta em verso, nem por isso deixaria de ser obra de história, figurando ou não o metro nela)”. E o filósofo segue ainda na diferenciação entre poesia e história dizendo ambas “diferem entre si, porque um escreveu o que aconteceu e o outro o que poderia ter acontecido. Por tal motivo a poesia é mais filosófica e de caráter mais elevado que a história, porque a poesia permanece no universal e a história estuda apenas o particular”. E finaliza sentenciando que “o universal é o que tal

categoria de homens diz ou faz em determinadas circunstâncias, segundo o verossímil ou o necessário. Outra não é a finalidade da poesia, embora dê nomes particulares aos indivíduos; o particular é o que Alcibíades fez ou o que lhe aconteceu” (ARISTÓTELES, s/d).

White, por sua vez, continuando em sua justificativa salienta que:

O problema não é a natureza dos tipos de eventos com que se ocupam historiadores e escritores imaginativos. O que nos deveria interessar na discussão da ‘literatura de fato’ ou, como preferi chamar, das ‘ficções da representação factual’, é o grau em que o discurso do historiador e o do escritor imaginativo se sobrepõe, se assemelham, ou se correspondem mutuamente. Embora os historiadores e os escritores de ficção possam interessar-se por tipos diferentes de eventos, tanto as formas dos seus respectivos discursos como os seus objetivos na escrita são amiúde os mesmos. Além disso, a meu ver, pode-se mostrar que as técnicas ou estratégias de que se valem na composição dos seus discursos são substancialmente as mesmas, por diferentes que possam parecer num nível puramente superficial, ou dictional, dos seus textos (WHITE, 2014: 137).

Tendo consciência do debate que seria provocado a partir de seus apontamentos, White se antecipa em esclarecer que a aproximação entre “literatura de fato” e historiografia consiste no momento do estabelecimento do discurso em forma textual, no qual, tanto os escritores quanto os historiadores acionam os mesmos mecanismos literários para o engendramento do texto, para conferir sentido e significado aos fatos narrados, e também para atribuir aspecto realista à narrativa textual.

Em *The Content of the Form*, White continua preocupado com o efeito explicativo das narrativas históricas, ou ainda, com a estética do discurso historiográfico a partir de, e fundamentalmente vinculado com sua base linguística e literária pela qual o discurso histórico toma forma. O livro que, infelizmente, segue ainda sem tradução para o português, é um compilado de artigos e ensaios - assim como *Trópicos do Discurso* - onde o fio condutor que une todos eles é que, de um ou de outro modo, tratam do problema da relação entre discurso narrativo e representação histórica.

Segundo Hayden White, o discurso narrativo, longe de ser um meio neutro para a representação de eventos e processos históricos, é o próprio tema de uma concepção mítica da realidade, um conteúdo conceitual ou pseudo-conceitual que, quando usado para representar eventos reais, confere-lhes uma coerência ilusória e tipos de significados mais característicos do pensamento onírico do que do pensamento desperto (WHITE, 1987). Deste modo, entende-se que a construção histórica é um processo poético no qual o historiador busca não apenas mimetizar os eventos encontrados nas crônicas e nos arquivos, passando-os para uma linguagem discursiva-explicativa que lhes ofereçam coerência e sejam organizados a partir do presente do historiador, mas ainda, e sobretudo, esse processo poético é parte da criação de um universo próprio do historiador. A partir dos eventos encontrados nas crônicas e arquivos – ou seja, existentes para além da consciência do autor – ele visa representar, ou ainda, *refigurar* esse passado que é alcançado apenas virtualmente, mas nunca reproduzido ou refeito. Acentue-se, então, que esse passado, pode-se dizer, poético, existe unicamente no papel. Não porque não tenha existido de fato, mas porque da forma como é apresentado, *refigurado*, e explicado é indissociavelmente resultado do processo de elaboração e construção discursiva do próprio historiador. E essa existência virtual, por sua vez, passa a configurar e modelar não apenas o universo mítico do historiador em questão, mas da sociedade em que esse “artefato literário” discursivo e explicativo sobre o passado se insere. Assim, pode-se relacionar tal compreensão com a perspectiva de Paul Veyne que considera a história como uma “cosmogonia ocidental” (VEYNE, 1998), ou ainda, Joyce Appleby que define a história como o “discurso quintessencial do ocidente”, como lembra o professor José Antonio Vasconcelos (2005: 53).

White reconhece que a concepção tradicional, seja da história, seja da literatura, estabelece o ato poético como força propulsora da escrita literária somente, e não da construção da narrativa histórica. De acordo com essa concepção, foi possível pensar que, enquanto os escritores de ficção inventaram tudo em suas histórias - personalidades, eventos, tramas, motivos, temas, atmosfera, etc. - historiadores não inventaram mais do que certos adornos retóricos ou efeitos poéticos com o objetivo de capturar a atenção de

seus leitores e manter seu interesse na verdadeira história que eles tinham para contar (WHITE, 1987). Contudo, o autor salienta que as teorias pós estruturalistas, do discurso, dissolveram a distinção entre discursos realistas e ficcionais com base na presunção de uma diferença ontológica entre seus respectivos referentes, reais e imaginários, sublinhando sua condição comum de dispositivos semiológicos que produzem significados através da substituição sistemática de objetos significativos pelas entidades extradiscursivas que servem de referência (WHITE, 1987). Dentro dessas considerações desconstrutivistas da teoria literária, o discurso histórico engendrado por meio da narrativa transforma-se num potente instrumento de produção de significados discursivos.

A concepção do discurso histórico como uma narração que produz e confere significados a outros discursos que servem como referentes permite explicar os interesses que apresentam os grupos sociais dominantes em controlar o conteúdo mítico que orientam as formações sociais. A narração histórica, enquanto produtora de conteúdo mítico que integra, organiza e orienta as formações humanas em sociedade, lhes conferindo coesão e unidade, desperta sobremaneira interesses políticos quanto ao domínio dessa força de produção discursiva, pois controlar as definições de um discurso realista é também controlar as definições de compreensão da realidade. O enfraquecimento do universo mítico que orienta a formação cultural de determinada sociedade resulta num abalo a todo o edifício cultural de uma sociedade, porque não apenas um sistema de crença específico é minado, mas a própria condição da possibilidade de uma crença socialmente significativa é corroída. Hayden White identifica nessas tensões éticas e políticas imbricadas no discurso narrativo histórico a fonte do interesse generalizado, em todo o espectro das ciências humanas, sobre a natureza da narrativa, bem como em sua autoridade epistêmica, sua função cultural e seu significado social em geral. E é isso, também, que leva o autor a investigar o conteúdo da forma do discurso narrativo no pensamento histórico (WHITE, 1987).

2.3. Elementos históricos na literatura e nas artes visuais

Para efetuar uma melhor análise e compreensão da obra de Hayden White é necessário observar a produção dos autores com os quais ele dialoga e, principalmente, aqueles que o inspiraram. Se faz necessário, sobretudo, uma breve abordagem sobre as duas investigações que estimularam as teses de White quanto a percepção de elementos artísticos presentes no discurso historiográfico. Como já mencionado, os dois autores que promoveram essa inquietação foram Auerbach e Gombrich, sobre os quais apresento, sinteticamente, as linhas gerais dos trabalhos que foram preponderantes para o desenvolvimento dos conceitos de Hayden White.

2.3.1. Erich Auerbach

Erich Auerbach foi importante filólogo alemão e estudioso de literatura comparada e crítico literário. Seu trabalho mais conhecido é *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*¹¹, uma história da representação na literatura ocidental dos tempos antigos até o século XX.

Em *Mimesis*, de 1946, Erich Auerbach apresenta no primeiro capítulo o estudo comparado da estrutura narrativa e histórica de duas obras basilares na literatura ocidental: *Bíblia* e *Odisseia*. A primeira é um compilado de autores judeus que constituem a base do judaísmo e do cristianismo, também compreendida como o relato histórico da trajetória do povo hebreu (judeus de hoje) datando a sua escrita (a primeira parte chamada de *Velho Testamento* para os cristãos) de cerca de 1.600 A.E.C. até cerca de 450 A.E.C.; a segunda é de autoria atribuída a Homero, poeta grego que teria vivido por volta do século VIII A.E.C., a obra por sua vez narra os feitos heroicos de Ulisses (ou Odisseu) entre outras histórias que compõem os mitos de origem do povo grego, e por consequência, europeu. As duas obras citadas são os pilares da literatura ocidental, e nelas Auerbach busca as origens da representação histórica dentro da narrativa e de que forma isso se relaciona estruturalmente em relação ao

¹¹ AUERBACH, E. *Mimesis: a representação da realidade na literatura*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

texto. O autor toma os dois livros como obras ficcionais, embora procure os elementos de representação histórica em ambos. Entretanto, para Northrop Frye, a literatura ocidental tem sido mais influenciada pela Bíblia do que por qualquer outro livro (FRYE, 1989: 22).

Segundo Auerbach, a narrativa homérica é marcada por interpolações, o texto abre grandes parênteses, mas continua no sendo articulado no tempo verbal do presente, não há segundo plano, todas as ações narradas estão colocadas em primeiro plano. E enquanto as ações e sensações são detalhadamente descritas em Homero, colocando-as em destaque, no texto bíblico (eloísta) acontece justamente o contrário: os personagens e cenários tem imensa profundidade psicológica e planos secundários, e só é narrado aquilo que é fundamental para o desenvolvimento da ação. Não há uma amarração ou ancoragem espaço-temporal bem definida, tampouco qualquer descrição detalhada dos personagens, o que joga sua caracterização gestual e psicológica, assim como sua história e trajetória, numa profunda escuridão. Em Homero não há multiplicidade de camadas psíquicas ou planos, porém, os autores judeus conseguem exprimir das camadas simultâneas da consciência o conflito entre as mesmas (AUERBACH, 2011).

Um dos aspectos apontados por Auerbach no texto homérico é o encantamento sensorial promovido ao leitor com a minuciosa descrição das ações e sensações pelas quais passam os personagens nas cenas, a vida dos heróis em aspectos cotidianos e comuns da realidade visível os aproxima dos leitores. Já o texto bíblico não busca o encantamento sensorial, e se o atinge não é por objetivo, mas acidentalmente. A Bíblia tem intenções religiosas unicamente. Erich Auerbach compreende ambos os relatos como lendas, porém, vê em Homero o simples desejo de entreter o leitor, não se importando com a “verdade histórica” dos acontecimentos. Conquanto a Bíblia com seu objetivo sacro-religioso apresenta o relato como sendo a verdade histórica, e não apenas como uma face dessa verdade, mas sim a única verdade possível. A forma discursiva está ligada, então, aos objetivos que se pretende alcançar com o texto, e a doutrina imposta pela religião não criada posteriormente numa eventual corrupção da essência divina, mas antes está indissolivelmente ligada à forma narrativa e estrutura textual. Os planos secundários e pontos

obscuros da trama sinalizam justamente para esse deus que não aparece, e através da leitura e meditação atenta do crente sobre as escrituras ele poderá encontrar respostas e ensinamentos “escondidos” nas entrelinhas do texto, ou ainda através da revelação divina. Desse modo, fica evidente as pretensões de dominação tanto do texto quanto da religião que se apoia nele (AUERBACH, 2011).

Não se queira objetar que isto é ir demasiado longe, que não é o relato, mas a doutrina religiosa o que apresenta estas pretensões; pois os relatos justamente não são, como os de Homero, mera “realidade” narrada. Neles encarnam doutrina e promessa, indissolivelmente fundidas nestes relatos; precisamente por isso eles têm um caráter recôndito e obscuro, eles contêm um segundo sentido, oculto. [...] Ele [o texto] contém em si ainda tantas alusões acerca da essência de Deus e da atitude do homem piedoso, que o crente se vê motivado a se aprofundar uma outra vez no texto e a procurar em todos os seus pormenores a luz que possa estar oculta. E como, de fato, há no texto tanta coisa obscura e inacabada e como ele sabe que Deus é um Deus oculto, o seu afã interpretativo encontra sempre novo alimento. [...] Se, desta forma, o relato bíblico, a partir do seu próprio conteúdo, é carente de interpretação, a sua pretensão de domínio leva-o ainda mais longe por este caminho. Pois ele não quer fazer-nos esquecer a nossa própria realidade durante algumas horas como Homero, mas quer submetê-la a si; devemos inserir a nossa própria vida no seu mundo, sentirmo-nos membros da sua estrutura histórico-universal (AUERBACH, 2011: 12).

Para Auerbach, a divagação entre os sucessos e fracassos dos personagens formam um “pêndulo” humano que confere humanidade aos personagens bíblicos, coloca eles no campo da realidade, enquanto as personas em Homero continuam no espectro da lenda. A diferenciação da narrativa histórica da literária se dá, então, por meio de recursos estilísticos literários, e segundo Auerbach, é tão difícil escrever história que os historiadores diversas vezes fazem concessões ao uso das técnicas lendárias, ou seja, de mecanismo que de construção da narrativa de lendas (AUERBACH, 2011).

Em Homero a vida acontece apenas na classe senhorial, nada surge de baixo, nenhuma ação promovida pelas classes subalternas, já dentro da

narrativa eloísta não formação de classes, e embora seja uma sociedade patriarcal, esses patriarcas são nômades ou estão dispersos.

O sublime e o trágico são colocados no cotidiano dos personagens bíblicos, o que não acontece, e nem poderia por questões de estilo, dentro da narrativa homérica, de igual modo os conflitos, portanto também os desfechos, são organizados de maneira diferente. A presença e motivação por questões não palpáveis dentro da narrativa judaica torna inseparável o cotidiano do sublime/trágico, algo impensável para os heróis homéricos que precisam de motivos táteis para os conflitos, para a ação. Erich Auerbach conclui dizendo:

Comparamos os dois textos e, de maneira adjunta, os dois estilos que eles encarnam, para obter um ponto de partida para nossos ensaios sobre a representação literária da realidade na cultura europeia. Os dois estilos representam, na sua oposição, tipos básicos: por um lado descrição modeladora, iluminação uniforme, ligação sem interstícios, locução livre, predominância do primeiro plano, univocidade, limitação quanto ao desenvolvimento histórico e quanto ao humanamente problemático; por outro lado, realçamento de certas partes e escurecimento de outras, falta de conexão, efeito sugestivo do tácito, multiplicidade de planos, multivocidade e necessidade de interpretação, pretensão à universalidade histórica, desenvolvimento do historicamente devinto e aprofundamento problemático. [...]pois tal como estes estilos se formaram, acabados, em tempos primordiais, eles exerceram sua influência constitutiva sobre a representação europeia da realidade (2011: 20).

2.3.2. Ernst Gombrich

A inversão promovida por Hayden White ao questionamento de Erich Auerbach também se aplica ao livro *Arte e Ilusão – Um estudo da psicologia da representação pictórica*¹² de Ernst Gombrich, no qual o autor se propõe a buscar os elementos históricos da representação pictórica. Enquanto Gombrich investiga o conteúdo histórico nas artes visuais, White procura os elementos

¹² GOMBRICH, E. H. *Arte e ilusão: um estudo da psicologia da representação pictórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

artísticos na história. Em tal busca é que se concentra a questão da poética, sendo ela o ato criador, a “poiésis” presente no trabalho do historiador ao articular a trama pela qual ele irá apresentar os eventos transformados em historiografia.

A articulação entre White e Gombrich se dá especialmente na introdução e no capítulo quatro do trabalho do segundo autor, onde ficam melhor apresentados os pontos congruentes, apesar de inversos, da pesquisa de ambos. Gombrich inicia o trabalho questionando o porquê de existirem tantas formas de representar a realidade visível, e por que diferentes idades e diferentes países representam o mundo visível de maneiras tão diferentes. Conclui, então, que nem tudo é possível em todos os períodos, no tocante às artes visuais, e incentiva o combate ao preconceito da exatidão fotográfica na representação pictórica, ou seja, uma representação pictórica egípcia não é menos artística que um quadro renascentista de Florença. (GOMBRICH, 1986: 2-15). O autor ressalta a ilusão gerada pela arte, onde pigmentos e segmentos de reta se transformam em representações de outros signos externos, porém indica que é impossível ter a percepção da ilusão e dos borrões de tinta e linhas ao mesmo tempo, ao identificar um, o outro desaparece automaticamente e vice-versa.

Gombrich afirma que para se estudar poesia precisa-se conhecer de prosa e linguagem, e o mesmo vale para arte. “Assim como o estudo da poesia fica incompleto sem algum conhecimento da linguagem e da prosa, o estudo da arte de ser, creio eu, suplementado cada vez mais com uma pesquisa da linguística da imagem visual” (GOMBRICH, 1986: 7). Dito de outro modo, para se estudar um assunto ou tema de determinado gênero, é preciso conhecer também os mecanismos de estruturação da linguagem que configura o objeto de estudo, além da concepção implícita da existência de diálogo entre uma área e outra. Ora, assim, pode-se inferir que a mesma equivalência se enquadra sobremaneira ao estudo da história, visto que, tanto a história quanto a poesia e a prosa, se valem dos mesmos signos para existirem: a linguagem escrita. Então, para que se possa entender em profundidade a historiografia é necessário entender das estruturas narrativas e textuais possível a partir dos mecanismos literários utilizados para a transmissão de uma ideia e/ou

conhecimento, visto que para formular uma trama ficcional ou para apresentar uma narrativa histórica os recursos estilísticos e literários são os mesmos, o suporte para ambos é o mesmo.

Gombrich apresente a importância do estilo, tanto na fala quanto na escrita, na antiguidade greco-romana retomando o termo *stillus*, ao passo que Hayden White faz um percurso semelhante ao explicar a etimologia da palavra tropo, que por sua vez tem, na visão do autor, o correspondente no inglês moderno melhor expressado através do conceito *style*. Segundo Gombrich:

A palavra “estilo” deriva, naturalmente, de *stillus*, o instrumento de escrever dos romanos, que falavam de um ‘estilo apurado’ como as gerações posteriores de “uma pena fluente”. A educação clássica estava centrada no poder de expressão e persuasão do aluno, de modo que os antigos professores de retórica davam muita atenção a todos os aspectos do estilo, no falar e no escrever. Suas discussões proporcionaram um repertório de ideias sobre arte e expressão que teriam influência duradoura sobre a crítica (GOMBRICH, 1986: 8).

Implicitamente, em *Arte e Ilusão*, há um questionamento sobre a arte enquanto mimesis ou poiésis, em que o artista pode ser visto como o “criador” das obras, contudo, o que ele faz é a reprodução mimética daquilo que ele vê, tanto que até hoje, cinco séculos depois do Renascimento florentino ainda há a expectativa da perfeição fotográfica por parte do espectador comum ao observar um quadro. Isso mostra que a força das artes visuais se deu pela mimesis, e não pela poiésis, e a esse respeito fica patente na perspectiva deste trabalho, que o fazer historiográfico, o esforço por parte do historiador de engendrar textualmente as tramas históricas tem muito mais de poético do que de mimético. Não quero aqui aferir quem é mais ou menos artista, primeiro porque não é este o objetivo do trabalho, segundo porque tal avaliação é ridícula. Aponto, contudo, que a elaboração da narrativa histórica, a transformação do evento em fato, a produção de compreensão e atribuição de sentido através do processo tropológico, como sugere White, é, certamente, um trabalho de poiésis, é criação, portanto, o fazer historiográfico é também um fazer artístico (GOMBRICH, 1986: 9).

E em meio às discussões dos avanços nas representações pictóricas, surgiram questionamentos sobre pintar o *que se vê* ou pintar o *que se é*, e

note-se que a dicotomia entre o “o *que se vê*” e “o *que se é*”, claramente pertence ao campo da fenomenologia, que - grosseiramente - é o estudo das coisas enquanto essência e fenômeno, ou seja, as coisas como são de fato e como aparentam ser, respectivamente (GOMBRICH, 1986: 10). E para Gombrich, se os estilos mudaram é porque as intenções mudaram, e o autor ainda exhibe um cartum de Alain na primeira página, o qual expõe ao ridículo a ideia de que estilos do passado refletem literalmente a maneira como viam o mundo. Carlo Ginzburg, em suas linhas sobre iconografia e iconologia em *Mitos, emblemas e sinais*, ressalta que um artista não pinta exatamente aquilo que ele quer, mas aquilo que ele consegue pintar, ou seja, ele expressa-se dentro de suas possibilidades, recursos e habilidades (GINZBURG, 1989). O olhar ocidental se acostumou a esperar que representações fotográficas se assemelhem a fotografias, buscando perfeccionismo, porém tal padrão não necessariamente é natural ao olhar humano, mas antes fomos condicionados a essas expectativas enquanto espectadores de alguma obra, e esse olhar em boa medida é derivado da mudança promovida pelos gregos antigos no campo das representações imagéticas, especificamente nas esculturas, que são os materiais que resistiram ao tempo e chegaram até nós. Gombrich ainda alerta que os sistemas de representação pictórica, seja grego ou egípcio, estariam ligados a uma linha de reprodução de *shematas*, esquemas de representação que atendiam a determinadas intenções (seria ingenuidade crer que todo grego portava um corpo tão atlético e musculoso como nas esculturas, e seria ignorância acreditar que os egípcios viam o mundo e as pessoas da forma em que representavam imageticamente).

O autor expõe que, para Platão, a ficção era entendida como uma mentira, e assim, o filósofo recusava-a, pois, somente a verdade lhe interessava. Contudo, é importante notar – e tal equívoco persiste até hoje – que uma ficção não é uma mentira, haja vista sua intencionalidade, a ficção não é vendida como uma verdade, quem a lê sabe que está lendo uma trama que não necessariamente reproduz eventos fidedignos à realidade sensível. Porém como indica o professor Edson Rosa da Silva: “na origem da palavra *ficção* acha-se *fictus*, particípio passado do verbo *fingere*, que significa em primeiro lugar ‘modelar com barro, dar forma, esculpir, reproduzir’, para tomar em seguida o sentido figurado de ‘criar pela imaginação, fingir, inventar’” (1992:

413). A partir dessa definição quero focar no primeiro significado, onde encontramos as acepções de “dar forma” e “esculpir”, pois há aqui uma clara associação possível de ficção enquanto fazer, e sendo o ato criador a ficção migra do campo mimético e adentra a esfera poética, e ter em mente essa aproximação é fundamental para entender os propósitos desse trabalho, que entende o processo da transformação de eventos passados em fatos, entrelaça-os em uma trama, confere sentido a eles e assim realiza o processo de compreensão tropológico, ficcionando a história, não porque lhe conferiu aspectos imaginários ou falsos, mas porque a modelou, a deu forma, a esculpiu, em última análise, a fez.

Gombrich aponta as possibilidades da pintura grega a partir das narrativas existentes, assim como Ginzburg mais tarde fez em *Ticiano, Ovídio e os códigos da figuração erótica no século XVI*. A utilização de esquemas oriundos das narrativas míticas gregas na representação pictórica promoveu grande impulso e mudanças nos esquemas de representação (GOMBRICH, 1986: 113). A reprodução e aperfeiçoamento de fórmulas da representação pictórica vem na esteira da utilização das narrativas mitológicas como fonte de inspiração para os artistas, e o ponto de virada no que ele chama de “revolução grega” da forma de representar imagetivamente, com certeza, foi a preocupação com o “como”, além da técnica já utilizada pelos egípcios em relação ao “o quê”.

O poeta é, aqui, testemunha ocular. Se lhe perguntarem como pode saber tão exatamente o que de fato aconteceu, ele invocará ainda a autoridade da Musa. Foi ela quem lhe contou aquilo tudo, quem possibilitou à sua visão interior de alcançar para além do abismo do tempo. Não sabemos se os pintores e escultores invocaram sanção semelhante quando se aventuraram pela primeira vez no reino da narrativa mitológica propriamente dita. Mas uma coisa teria necessariamente de acontecer: numa ilustração narrativa, qualquer distinção entre o “como” e o “o quê” é impossível de manter. A pintura da criação não diz apenas, como o faz a Sagrada Escritura, que “no princípio Deus criou o céu e a terra”. Queira ou não queira, o artista pictórico tem de incluir informações involuntárias e não-premeditadas sobre a maneira pela qual Deus agiu e, até, que aspecto Ele e o mundo tinham no primeiro dia da criação. [...] Não é por acaso que os truques da arte ilusionista, perspectiva e modelagem em luz e sombra, estavam ligados, na Antiguidade

Clássica, à composição de cenários de teatro. É aí, no contexto de peças baseadas nas antigas histórias da mitologia, que a reapresentação dos eventos segundo a visão do poeta e sua sensibilidade atinge o clímax e é cada vez mais ajudada pelas ilusões da arte (GOMBRICH, 1986: 115).

Trazendo a linha de raciocínio de Gombrich para a escrita histórica, e sabendo que White se inspirou em sua investigação para buscar os elementos literários, e, portanto, artísticos, presentes na construção da narrativa histórica, pode-se inferir que a preocupação grega em relação ao “como” é semelhante às questões de estilo e discursividade tropológica da narrativa histórica trazidas à baila por White, haja vista sua intenção já mencionada de penetrar no pavimento interior do texto histórico, indo além da história contada - que seria o “o quê” - e examinando a forma como essa história é apresentada, quais elementos lhe conferem sentido, quais escolhas do escritor fornecem compreensão para os leitores, em suma, quais aspectos literários (metafóricos, alegóricos, etc.) foram utilizados, de modo que isso configura a investigação sobre o “como” a narrativa histórica é produzida.

2.4. Notas sobre White e a Crítica Literária

Para responder à questão sobre “quais são os elementos artísticos de uma historiografia realista”, Hayden White busca substrato, principalmente, nos sistemas filosóficos elaborados por Northrop Frye, em *Anatomia da Crítica* (1957), e Kenneth Burke, em *A Grammar of Motives* (1969). No primeiro, White busca as soluções para a distinção entre enredo e estória, enquanto o segundo fornece as bases para a concepção quádrupla tropológica. O autor também considera benéfica para sua investigação a leitura de críticos franceses – aos quais ele classifica como estruturalistas –, Lucien Goldmann, Roland Barthes, Michel Foucault e Jacques Derrida. E White, por sua vez, assinala que enxerga estes últimos como “cativos de estratégias tropológicas de interpretação” (WHITE, 2008: 19), da mesma forma que os críticos do século XIX. White destaca que Foucault, por exemplo, não percebe que as categorias que utiliza para analisar a história das ciências humanas são apenas formalizações dos tropos, o historiador americano se dedica a esse assunto especificamente no artigo *Foucault decodificado: notas do subterrâneo*, publicado originalmente em 1973, na revista *History and Theory*, e posteriormente adicionado ao compilado de ensaios que compõe o livro *Trópicos do Discurso*.

Hayden White considera que a discussão sobre a natureza do “realismo” em literatura se embaralha com a incapacidade de estabelecer de maneira crítica em que consiste uma concepção genuinamente histórica da “realidade” (2008: 19). Segundo o autor, a prática habitual é confrontar o “histórico” ao “mítico”, de modo que o primeiro seria posto como o *empírico*, e o segundo entendido como *conceitual*, em seguida, põe-se entre os dois opostos o campo do “fictício”. Deste modo, a literatura é avaliada como mais ou menos *realista* a partir da exposição de seu conteúdo na relação de proporção entre elementos empíricos e elementos conceituais, ou seja, quanto mais empirista a narrativa se apresente, tanto mais *realista* ela é. White aponta que essa é a tática de Frye, assim como de Auerbach e Gombrich. Frye considerou tal problema no ensaio *Novas direções do passado*¹³, de 1963, no qual trabalha as questões da relação existente entre história, mito e filosofia da história. E já no campo da

¹³ FRYE, N. *Novas direções do passado*. In. *Fábulas de Identidade*. São Paulo: Nova Alexandria, 2000. p.62-78

filosofia, White destaca as averiguações de Gallie, Danto, Mink, e Dray sobre o elemento “fictício” presente na narrativa história, e neles também buscou sedimentar sua análise e repertório.

White se declara formalista em sua análise de *Meta-história*, focando na estrutura narrativa estabelecida pelos historiadores ao qual investiga. O autor destaca:

Meu método é, para dizê-lo numa só palavra, formalista. Não tentarei decidir se a obra de um determinado historiador é uma declaração melhor, ou mais correta, de um determinado conjunto definido de eventos ou de um segmento do processo histórico, do que a descrição deles feita por algum outro historiador; procurarei, de preferência, identificar os componentes estruturais dessas descrições (WHITE, 2008: 19).

Dentro da análise estrutural da narrativa histórica, White identifica na escolha da modalidade de estória escolhida pelo autor como sendo a escolha de explicação por elaboração de enredo. Ao passo que um autor ao estruturar sua narrativa histórica ao modo da tragédia, explica os eventos contidos em sua história de determinada maneira, e de igual modo, a estruturação ao modo da comédia resulta numa explicação de outra maneira. Sendo as escolhas dos autores quanto à elaboração de enredo fundamental para o efeito explicativo que a narrativa histórica proporciona. White considera que “a elaboração de enredo é a via pela qual uma sequência de eventos modelados numa estória gradativamente se revela como sendo uma estória de um tipo determinado” (2008: 23). Para determiná-los, White seguiu a orientação de Northrop Frye, que, em *Anatomia da Crítica*, distingue os modos de elaboração de enredo em: romance, tragédia, comédia e sátira. Considerando ainda que podem haver outras formulações possíveis, como o épico, por exemplo. Contudo, ressalta que todo historiador é forçado a pôr em enredo seu conjunto de estórias que compõe a narrativa, e esse enredo, por sua vez, assume uma forma de estória arquetípica.

White é consciente que ao empregar a taxonomia proposta por Frye poderia atrair a crítica de teóricos da literatura que se opusessem a Frye, ou que tivessem sua própria classificação taxonômica a propor no lugar das que foram utilizadas. E ainda ressalta que não pretende, ao seguir as indicações de Frye, colocar seu sistema de categorização como o melhor ou mais completo

para a classificação dos modos e *mythoi* da literatura, e reconhece também a crítica que se faz à teoria do literato em questão, principalmente quanto a rigidez e limitação de seu modelo quando se trata de gêneros complexos como o romance ou o teatro, embora funcionem bem para o que o autor considera gêneros de “segunda ordem”. Entretanto, considerou tais asserções as mais úteis para seu trabalho, especificamente quanto a análise de formas literária míticas e/ou fabulosas, que servem bastante bem para a investigação das formas de elaboração de enredo encontradas em formas de arte “limitadas”, como a historiografia, onde os historiadores evitam a utilização de recursos líricos que tornem a obra complexa, como um romancista ou um dramaturgo o fariam (WHITE, 2008: 23). Justamente porque os historiadores pretendem não contar suas histórias pela história simplesmente, mas sim, colocam suas histórias em enredo em função de um referencial externo que se pretende explicar objetiva e realisticamente.

Essas quatro formas arquetípicas de história oferecem um meio de caracterizar as diferentes modalidades de impressões explicativas que um historiador pode procurar dentro da elaboração de enredo narrativo. E ainda, ressalta White, cada uma dessas estruturas arquetípicas de enredo tem suas implicações para as operações cognitivas pelas quais o historiador visa explicar o que estava “realmente acontecendo” (WHITE, 2008: 26).

Já para caracterizar o que chama de “campo histórico”, White se valeu das formulações apresentadas por Kenneth Burke. E esse “campo histórico”, no caso, é o espaço definido antes da análise e representação que faz dele o historiador. Segundo Burke, todas as representações literárias da realidade podem ser analisadas em função de uma pêntade de elementos “gramaticais” hipotetizados, são eles: cena, agente, ato, agência e propósito. E a forma como esses elementos são codificados e a ênfase conferida a eles como força causal no “drama” em que estão inseridos revelam o posicionamento velado dos autores implícito em todas as representações da realidade. Por exemplo, observa White, um autor materialista tenderia a pôr destaque no elemento “cena” em relação ao “agente”, “ato”, “agência” e “propósito”. Já um autor idealista, provavelmente colocaria ênfase na força causal da trama no elemento “propósito”, igualando os outros em forças secundárias (WHITE, 2008: 29).

Quanto a teoria dos tropos, que White utiliza para a caracterização de objetos em diferentes tipos do discurso figurado, a inspiração vem também da teoria da linguagem, que identifica quatro tropos básicos para a análise da linguagem poética: metáfora, metonímia, sinédoque e ironia. Entretanto, é importante ressaltar que White não foi o único e muito menos o primeiro a utilizar os tropos para a análise de produtos ou fenômenos sociais. O próprio autor identifica (2008: 46) que os dois principais expoentes da concepção tropológica do discurso não científico (mítico, artístico, onírico) foram os estruturalistas Roman Jakobson e Claude Lévi-Strauss. O antropólogo utiliza a díade metafórico-metonímica como base para sua análise dos sistemas nomeativos nas culturas que ele chama de primitivas, e também como chave para a compreensão dos mitos. Já Roman Jakobson trabalha com as mesmas categorias de metáfora e metonímia, porém, utiliza-as para formular uma teoria linguística da poética. Outro intelectual a se valer da tropologia para sua análise foi Jacques Lacan, que aplica a mesma díade ao problema da caracterização da estrutura linguística dos sonhos na psicanálise.

Para Lévi-Strauss, Jakobson e Lacan, a metáfora e a metonímia são compreendidas como polos do comportamento linguístico, representando, respectivamente, os eixos contínuo (verbal) e descontínuo (nominal) dos atos da fala, explica Hayden White (2008). Na teoria proposta por Jakobson, a sinédoque e a ironia são tratadas como espécies de metonímia, a qual é vista como o tropo fundamental da prosa realista, enquanto os estudos dos tropos poéticos foram dirigidos principalmente para a metáfora. O autor ainda observa que, antes mesmo de Jakobson, Stephen Ullmann realizou a análise da história do realismo no romance em função do seu conteúdo essencialmente metonímico.

White salienta que “por mais fecunda que tenha se revelado a díade metafórico-metonímica para a análise do fenômeno linguístico, seu emprego como arcabouço para caracterizar estilos literários é limitado” (2008: 46). Por isso, o autor prefere a concepção quádrupla dos tropos, convencional desde o Renascimento para distinguir as diversas convenções estilísticas do discurso. Gianbattista Vico, em *A Ciência Nova*, lançou mão da distinção quádrupla dos tropos como base para classificar os estágios da consciência humana desde as

organizações sociais primitivas até a “civilização”, e sem estabelecer oposição entre a consciência poética (mítica) e a consciência prosaica (científica), Vico observou uma continuidade nos estágios de desenvolvimento. White, por sua vez, utilizou os quatro “tropos mestres”, assim como define Kenneth Burke em *A Grammar of Motives*, que, segundo Burke, tal distinção permite identificar os diferentes “estilos de pensamento” que podem aparecer, mais ou menos velados, em qualquer representação da realidade, seja ela notadamente poética ou prosaica.

Portanto, ter à mão como instrumento de análise da linguagem figurada a combinação quádrupla tropológica permite, conclui White, o uso das possibilidades combinatórias de uma classificação dual-binária dos estilos, e impede que se incorra numa concepção essencialmente dualista dos estilos, tal qual a concepção bipolar da linguagem promove. Por exemplo, a concepção binária da díade utilizada por Jakobson o forçou a dividir a história da literatura do século XIX entre uma tradição romântico-poético-metafórico de um lado, e uma tradição realístico-prosaica-metonímica de outro. De modo que White destaca que “ambas as tradições podem ser vistas como elementos de uma única convenção do discurso em que todas as estratégias tropológicas de uso linguístico estão presentes, mas presentes em diferentes graus e em diversos escritores e pensadores” (2008: 47)

2.5. Notas sobre as diferenças e semelhanças

A fim de clarificar as relações de comparação e aproximação da história com a literatura, acredito que seja útil lançar alguns breves comentários sobre a questão a partir das considerações do semiólogo Walter Mignolo, que em *Lógica das Diferenças e Política das Semelhanças da Literatura que parece História ou Antropologia, e vice-versa*¹⁴, se propõe a analisar as aproximações entre a história e literatura e as suas inter-relações possíveis. É importante destacar que essas aproximações podem representar tanto as semelhanças quanto as diferenças. Logo de início, destaca que suas intenções não são valorativas, mas sim explicativas, e remetendo-se a Hayden White cita-o para justificar que algumas abordagens do autor americano - quando compara história, literatura e ficção - se devem antes por relações de ordem da política, ou seja, escolhas, que marca as semelhanças, do que por relações de ordem lógica, que analisa as diferenças. Mignolo ressalta que não visa privilegiar a lógica das diferenças sobre a política das semelhanças, e explica que seu objetivo é entender que as diferenças e semelhanças são construídas a partir dos pressupostos que fundam e dos objetivos que guiam tanto a produção discursiva quanto sua análise, e não necessariamente em propriedades naturais que devem ser descobertas na literatura, história, antropologia, ficção, etc. Assim, o autor procura apenas entender as semelhanças e as diferenças entre determinadas práticas discursivas historiográficas, literárias e antropológicas, porém não pretende decidir quais são melhores, ou o que deve ser feito em lugar do que se faz.

Segundo Mignolo, a literatura e a história implicam em normas e marcos discursivos que são compreensíveis e fáceis de distinguir para qualquer pessoa que tenha sido educada no modelo tradicional ocidental, e as diferenças entre uma e outra estão dadas desde o primeiro momento, visto que são postas lado a lado para comparação, sabendo que não se poderia propor como alternativa a semelhança entre A e B, se, primeiramente, não fosse já considerado que A e B são categorias diferentes (MIGNOLO, 1991). Para o autor as diferenças articulam-se num terreno móvel, tendo em vista que A e B são diferentes por

¹⁴ MIGNOLO, W. *Lógica das diferenças e política das semelhanças: da literatura que parece história ou antropologia e vice-versa*. In: CHIAPPINI, L.; AGUIAR, F. W. (Org.) *Literatura e história na América Latina*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

serem letras diferentes do alfabeto, porém, ambas se assemelham por serem letras do alfabeto. E conclui que se não prevalecesse a diferença entre história e literatura, não haveria motivo para enfatizar as semelhanças, se fossem, de fato, aceitas como semelhantes (MIGNOLO, 1991). O historiador José Antonio Vasconcelos afirma ainda que:

[...] contrariamente a muitas interpretações hostis à obra de White, este jamais negou enfaticamente que história e literatura fossem campos distintos. Pelo contrário, em repetidas ocasiões ele sustentou que, “diferentemente das ficções literárias, como o romance, os trabalhos de história são constituídos a partir de eventos que existem fora da consciência do escritor”. (VASCONCELOS, 2005: 56).

Desde a Antiguidade Clássica, a história e literatura (poesia, especificamente nesse caso) são colocadas em prismas distintos, Aristóteles, inclusive, pôs a poesia acima da história, devido a primeira tratar do geral e a segunda do particular, na visão do filósofo. Mignolo retoma os termos latinos e gregos para a definição de história e literatura e explica como isso interferiu na percepção da história sendo ela tomada como o “informe de testemunhas oculares”, por exemplo. (MIGNOLO, 1991). Além disso demonstra como tais definições de história e literatura se articularam com os conceitos de imitação e criação, estando a literatura para a criação – a *poiésis* – como a história para a imitação – a *mímesis*. Os desdobramentos e desenvolvimento desses conceitos enquadraram a literatura no campo das artes, e a história entrou no sistema das ciências, concebidas não como um saber enciclopédico acumulado e coerentemente organizado, mas sim como saber adquirido por meio do exame crítico da documentação ou da busca de leis do mundo humano (MIGNOLO, 1991).

Walter Mignolo retoma essa trajetória da história – enquanto disciplina ocidental - até o século XX e questiona por que a compreensão tradicional da área descarta culturas milenares como a chinesa e egípcia, por exemplo. Há uma insatisfação por parte do autor em aceitar que os modelos históricos para compreensão do mundo e da própria disciplina sejam todos pautados em modelos europeus, e demonstra que tais modelos não são suficientes para dar conta das realidades latino-americanas. A partir de uma comunidade ameríndia do Sul do México, então, Mignolo traça um paralelo com a criação e utilização

de práticas discursivas orais e escritas (ainda que essa escrita não seja necessariamente alfabética, mas utilize-se de outros signos) e a forma como tais práticas discursivas influenciam na concepção de historicidade desses povos em reproduzir sua tradição e a capacidade criativa de expressões literárias e poéticas. A partir da análise da organização tipológica mexicana, o autor se propõe a procurar modelos alternativos que permitam não mais considerar a literatura e a história como formas discursivas universais. Mignolo conclui afirmado que, a partir dos exemplos citados no texto, as comunidades humanas têm em comum a necessidade de conservar e transmitir a cultura de seus antepassados, da mesma forma que necessitam canalizar a força criativa e poética em diferentes formas, seja em linguagem oral ou em diferentes formas de sistema de escrituras.

Além do embate entre tradições ocidentais e não ocidentais sobre a lógica das diferenças, outro ponto tem fundamental importância para determinar a distinção entre literatura e história, são as regras, convenções e normas que gerenciam cada uma das respectivas áreas. Mignolo define o que é convenção, convenção de veracidade, convenção de ficcionalidade, e normas historiográficas e literárias. A partir dessas convenções se estabelecem conceitos que configuram o campo da prática discursiva determinada como também definem demarcações limítrofes entre uma área e outra. Mas, salienta que a questão da relação e inter-relação entre literatura e história não pode ser resolvida com critérios de homogeneidade, mas sim, que é necessário contemplar a heterogeneidade que outorga a, mobilidade dos níveis cognitivo e pragmático, além das variações entre convenção e norma.

Assim, pode-se inferir a relação convergente entre Hayden White e Walter Mignolo na tentativa de compreender a narrativa histórica para além do nível superficial, que seria apenas a história contada, fica evidente a vontade presente em ambos de penetrar no pavimento interior da produção historiográfica e literária de um lado e literária e historiográfica de outro e entender como os discursos são produzidos, e, mais que isso, buscar alternativas que respondam com mais eficiência às questões e dúvidas postas pelos novos tempos. Os estudos decoloniais de um lado, representado por Mignolo (que não se resume a apenas isso, que fique claro) e a investigação

sobre as possibilidades da teoria da história de outro, representado por White, apresentam uma intersecção profícua e seminal no tocante às aproximações entre literatura e história e história e literatura, e o debate provocado por eles, que obviamente levantou críticas e pontos de vista contrários, demonstram não que eles estavam errados, mas que a disciplina está viva e em movimento. E nesse momento de pós-modernidade em debate, um ponto orientador bem presente é que as estruturas divisórias estão cada vez mais flexíveis e permeáveis, possibilitando diálogo e interação cada vez maiores entre as disciplinas.

3. A narrativa histórica

3.1. Diálogos e conexões

Durante o período de publicação das obras que constituem o arco temático desta pesquisa, além de Hayden White, outros pensadores estavam se dedicando à reflexão acerca do caráter e narratividade da historiografia, e de igual modo questionando as fronteiras e epistemes da história. Entre eles, foram selecionados para compor este trabalho três nomes de destaque que produziram investigações filosóficas sobre a historiografia em que pode-se encontrar diversos pontos de convergência em direção ao que também propunha Hayden White. Os filósofos em questão são: Paul Veyne, Michel de Certeau e Paul Ricoeur¹⁵. Os motivos da escolha desses autores e não de outros são bastante simples, pois, ambos publicaram pesquisas sobre temas correlatos às investigações de Hayden White, e essas pesquisas por sua vez aconteciam concomitantemente à produção do historiador americano. Sendo os trabalhos, em certa medida, contemporâneos uns aos outros, procuro aqui indicar conexões entre eles, o que tanto justifica a pesquisa, devido a evidenciar a importância da discussão no período, quanto amplia os horizontes de percepção sobre o assunto e cria possibilidades de diálogos entre autores e disciplinas.

3.1.1. Paul Veyne

Em 1971, Paul Veyne¹⁶ deu um passo importante na direção que mais tarde seria seguida por White em relação a aproximação da literatura com a

¹⁵ VEYNE, P. Como se escreve a história. Brasília: Editora UNB, 1998. (Publicação original 1970)
CERTEAU, M. de. A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982. (Publicação original 1975)
RICOEUR, P. Tempo e Narrativa. Tomo I, II, III. Campinas: Papirus, 1994 -1997. (Publicação original 1983-1985)

¹⁶ O pensamento pós-estruturalista teve na França grande efervescência, a partir de intelectuais como Michel Foucault e Jacques Derrida, por exemplo, tendo ainda um nome referencial na mudança epistêmica sobre narratividade histórica: Paul Veyne. Veyne é um filósofo e arqueólogo francês, que durante quase 30 anos ocupou a cátedra de História Romana no Collège de France, lecionou também em outras universidades e foi autor de obras de grande destaque. Em 1970, Veyne foi pioneiro nos questionamentos da narratividade histórica, a mudança operada na disciplina que ganharia força em 1973 com a publicação de

história. Veyne em *Como se escreve a história* – publicado pela primeira vez em 1971 - discorda da afirmação de que a história é uma ciência, pois, para ele a disciplina histórica é, na verdade, um “romance real” (VEYNE, 1998), ou seja, uma trama narrativa na qual o protagonista é o homem, e cabe ao historiador as escolhas de como narrar tal trajetória, bem como os pontos de vistas defendidos na trama. A história é pensada dentro do conceito de trama à medida em que Veyne entende que:

Os fatos não existem isoladamente, no sentido de que o tecido da história é o que chamaremos de uma trama, de uma mistura muito humana e muito pouco "científica" de causas materiais, de fins e de acasos; de uma fatia da vida que o historiador isolou segundo sua conveniência, em que os fatos têm seus laços objetivos e sua importância relativa; [...] A palavra trama tem a vantagem de lembrar que o objeto de estudo do historiador é tão humano quanto um drama ou um romance, [...] pode se apresentar como um corte transversal dos diferentes ritmos temporais, como uma análise espectral: ela será sempre trama porque será humana, porque não será um fragmento de determinismo (VEYNE, 1998: 42).

O autor propõe que o debate acerca da cientificidade da história não é realizado em vão, e que sobretudo o conceito de ciência não é sagrado, mas sim um termo preciso e que a indiferença sobre a discussão conceitual acarreta frequentemente uma confusão sobre as próprias ideias. Veyne é categórico ao afirmar que a história não é ciência pois não possui método, que a história que se tem falado nos dois últimos séculos não existe, e assevera “a história é um romance real” onde os indivíduos humanos são os protagonistas imbricados nas mais diversas tramas (VEYNE, 1998). Para ele há uma busca pela repetição de eventos como pretexto para a descoberta de uma lei explicativa. E logo em seguida, aponta a subjetividade e pluralidade da percepção histórica, tendo como exemplo a batalha de Waterloo, que teria no mínimo três formas de ser contada, sejam elas em primeira ou terceira pessoa: uma batalha; uma vitória inglesa, uma derrota francesa. Salienta ainda que a observação dos fatos varia mesmo para quem vivenciou o evento, de modo que as constatações de um soldado seriam diferentes das constatações de um marechal, ainda que ambos estivessem envolvidos no confronto. E em

Meta-História, teve grande impulso com a publicação de *Como se escreve a história*, trabalho no qual o arqueólogo francês promove uma desconstrução do pensamento vigente sobre as bases epistemológicas da historiografia.

nenhuma das possibilidades narrativas o evento seria apreendido em sua totalidade, mas sempre de maneira incompleta e lateralmente, através de documentos, testemunhos, indícios. Mesmo que o ator, e principal testemunha, dessa peça narrativa fosse Napoleão, ainda assim o historiador ficaria limitado a apenas um olhar específico sobre o evento, não conseguindo atingi-lo em sua completude (VEYNE, 1998).

A história é, em essência, conhecimento por meio de documentos. Desse modo, a narração histórica situa-se para além de todos os documentos, já que nenhum deles pode ser o próprio evento; ela não é um documentário em fotomontagem e não mostra o passado ao vivo "como se você estivesse lá"; retomando a útil distinção de G. Genette, ela é *diegesis* e não *mimesis* (VEYNE, 1998: 18).

O passado, por sua vez, é composto por uma série de fatos insignificantes, e o acúmulo e multiplicação dessas banalidades forma um quadro inesperado. Veyne salienta a individualidade dos eventos, haja vista que se um evento se repetisse uma segunda vez tal como a primeira, ainda assim seriam dois eventos e não um, e isso é o que basta para o historiador. E este recorre a modelos explicativos existente para tentar entendê-lo. E as formas de narração histórica, são por sua vez semelhantes ao romance:

A história é anedótica. Ela interessa porque narra, assim como o romance. Apenas distingue-se do romance num ponto essencial. Suponhamos que me descrevam uma revolta e que eu saiba que a intenção é contar-me história e que essa revolta aconteceu realmente; eu a verei como tendo acontecido num momento determinado, com um determinado povo; tomarei por heroína essa nação antiga que me era desconhecida há um minuto e eles se tornará, para mim, o centro da narrativa, ou melhor, seu *supor-te* indispensável. Assim procede também todo leitor de romance. Somente aqui o romance é verdadeiro, o que o dispensa de ser cativante: a história da revolta pode permitir-se ser enfadonha sem, por isso, desvalorizar-se. [...] uma história que tenha a pretensão de ser cativante não consegue ser mais do que um pasticho. Mas o historiador, esse, não é nem um colecionador, nem um esteta; a beleza não lhe interessa, a raridade, tampouco. Só a verdade (VEYNE, 1998: 21).

Paul Veyne ainda diz que “um livro de história não é, na realidade, o que aparenta ser; assim, ele não trata do Império Romano, mas daquilo que ainda podemos saber sobre esse império”. Ou seja, um livro de história não traz o

passado, mas o que podemos saber dele, e dá conta ainda da subjetividade e seletividade dos historiadores na escolha do que será contado e quanta atenção, quantas páginas serão dedicadas a cada evento, etc. E mais um vez o autor compara a história ao romance: “o historiador pode dedicar dez páginas a um só dia e comprimir dez anos em duas linhas: o leitor confiará nele, como um bom romancista, e julgará que esses dez anos são vazios de eventos” (VEYNE, 1998: 26). O trabalho do filósofo francês é um contundente ataque aos paradigmas presentes em seu período de escrita, e ele continua mordaz ao afirmar que:

A história é uma ideia-limite. Isso pode ser expresso, igualmente, sob a seguinte forma: a História, com maiúscula, a do *Discours sur l'Histoire universelle*, das *Leçons sur la philosophie de L'histoire* e de *A study in History*, não existe: somente existe “história de...”. Um acontecimento só tem sentido dentro de uma série, o número de séries é indefinido, elas não se ordenam hierarquicamente e veremos que também não convergem para um geometral de todas as perspectivas. A ideia de história é um limite inacessível ou, antes, uma ideia transcendental. Não se pode escrever essa História; as historiografias que se acreditam totais, sem se darem conta, enganam o leitor sobre sua mercadoria, e as filosofias da história são um nonsense que resulta da ilusão dogmática, ou melhor, seriam um nonsense se não fossem, quase sempre, filosofias de uma “história de...” dentre outras, a história nacional. Tudo caminha bem enquanto nos contentamos em afirmar, como Santo Agostinho, que a Providência dirige os impérios e as nações e que a conquista romana se conformava ao plano divino: então sabemos de que “história de...” se fala; tudo se desarranja como poderia ser diferente, quando a História deixa de ser história das nações e começa, pouco a pouco, a inchar com tudo o que chegamos a conceber do passado (VEYNE, 1998: 34).

No discurso de Veyne, pode-se estabelecer proximidade entre seu pensamento com o pensamento de Hayden White, que posteriormente também criticou a percepção de história com letra maiúscula, a qual Veyne aponta como sendo a cosmogonia ocidental, visto ser a forma como os indivíduos se localizam e se entendem socialmente e em seus propósitos existenciais¹⁷. Paul Veyne prossegue em sua batalha iconoclasta indicando que:

¹⁷ O inchamento do passado transcrito acima encontra eco em Jacques Rancière, quando em *Os nomes da história* discorre sobre “o excesso de palavras” do passado (RANCIÈRE, 2014).

Assim, pois, os fatos não existem isoladamente, mas têm ligações objetivas; a escolha de um assunto de história é livre, porém, dentro do assunto escolhido, os fatos e suas ligações são o que são e nada poderá mudá-los; a verdade histórica não é nem relativa, nem inacessível como uma extraordinária extrapolação de todos os pontos de vista, como um "geometral", indica o autor (VEYNE, 1998: 41).

Veyne caminha para a definição do que entende enquanto trama, onde “os fatos não existem isoladamente, no sentido de que o tecido da história é o que chamamos de uma trama”, ao qual o autor entende que é uma construção discursiva, “uma mistura muito humana e muito pouco ‘científica’ de causas materiais, de fins e de acasos; de uma fatia da vida que o historiador isolou segundo sua conveniência, em que os fatos têm seus laços objetivos e sua importância relativa” (VEYNE, 1998: 42).

Ao passo que “a palavra trama tem a vantagem de lembrar que o objeto de estudo do historiador é tão humano quanto um drama ou um romance”. E a trama, por sua vez, “pode se apresentar como um corte transversal dos diferentes ritmos temporais, como uma análise espectral, ela será sempre trama porque será humana em história, como no teatro”, Veyne que explica que tal comparação se dá porque em ambos “é impossível mostrar tudo, não porque isso ocuparia muitas páginas, mas porque não existem nem fato histórico elementar nem partículas factuais”. E assim, “é impossível descrever uma totalidade, e toda descrição é seletiva; o historiador nunca faz o levantamento do mapa factual, ele pode, no máximo, multiplicar as linhas que o atravessam” (VEYNE, 1998: 41-42).

Sobretudo, o autor entende a história como uma cosmogonia particular de cada grupo social, “nada prova que a maneira ocidental de escrever a história, como narração contínua, conforme a duração, seja a única concebível ou a melhor” (VEYNE, 1998: 71). E, sabendo que as informações que chegam não são todas as informações, mas tão somente as informações que chegam, Veyne constata que é comum o dilema do historiador de se deparar com situações de difícil compreensão do passado por apresentarem lacunas, aliás, todo o nosso conhecimento do passado é lacunar. Segundo o autor a síntese histórica não é outra coisa senão esta operação de preenchimento a qual ele

chama de *retrodição*, conceito desenvolvido pelo autor para explicar o processo de explicação histórica através do “fazer entender” o passado, sendo a *retrodição* um processo de preenchimento das inúmeras lacunas do passado por parte do historiador¹⁸.

Nesse procedimento de *retrodição* o historiador preenche os espaços “vazios” do passado com sua interpretação de como os eventos aconteceram (obviamente tal interpretação é embasada em suas fontes, além é claro de seguir os protocolos próprios da disciplina quanto a metodologia de análise e crítica das próprias fontes), e realizando esse processo o historiador fornece sentido aos eventos do passado aos quais ele se remete, além de organizá-los de maneira compreensível aos leitores.

Fica evidente, então, o caráter subjetivo e criativo da *retrodição*, onde pode-se estabelecer uma convergência entre as teses defendidas por Paul Veyne e por Hayden White, para o primeiro se trata do processo de tornar passado compreensível e explicá-lo através da *retrodição*, enquanto o segundo apresenta o processo tropológico como forma cognoscível do passado através da narrativa histórica. Ambos os modelos são bastante próximos, e aqui tomo a liberdade de ilustrá-los pela famosa alegoria de Ferdinand Braudel, que, embora tenha objetivo distinto em sua análise, acredito que minha interpretação seja pertinente ao objeto de estudo em questão. Braudel durante uma viagem pelo nordeste brasileiro, se deparou pela primeira vez com os vagalumes, e, maravilhado, percebeu que em meio a escuridão os vagalumes brilhavam, porém não iluminavam, e entre um piscar e outro se repetia um período de breu. Modificando a comparação que o estruturalista francês efetivou dessa pitoresca passagem, proponho uma associação do fenômeno dos vagalumes brilhando em uma noite escura aos eventos do passado, que brilham, mas não iluminam, e entre um acender e outro há uma lacuna, ou seja, entre um evento e outro do passado há momentos desconhecidos, aos quais é tarefa do historiador conectá-los e lhes conferir sentido e significado.

¹⁸ Outros autores estabelecem conceitos semelhantes, R. Aron, por exemplo, explica que “o trabalho do historiador consiste em constituir a expressão de uma probabilidade retrospectiva” (*apud*. LIMA, 1989:30). Há também o conceito de *récit* apresentado por Lyotard (1998), no qual pode-se, também, encontrar relações dialógicas com a *retrodição*.

3.1.2. Michel de Certeau

Michel de Certeau¹⁹ foi um historiador e filósofo francês amplamente conhecido no Brasil pelas obras *A invenção do cotidiano*, 1974; *A escrita da história*, 1975; e *História e Psicanálise: entre ciência e ficção*, 1987, no quais discute a epistemologia e configuração da disciplina histórica. Em *A escrita da História*, Certeau questiona o que “fabrica” o historiador quando faz história, e ao utilizar o verbo “fabricar” o autor já deixa claro seu posicionamento em relação à história enquanto um constructo humano, ou melhor, em relação à narrativa historiográfica como uma fabricação, um produto do qual o historiador é o artífice. Ele salienta a importância de que a história enquanto prática não seja alijada de uma teoria consistente, pois, caso o seja, Certeau afirma que a história desembocaria no dogmatismo dos “valores eternos” ou ainda na defesa de um “intemporal”, caso ela caminhe afastada da teoria enquanto prática. O autor faz menção ao despertar epistemológico promovido por outros pensadores, entre eles, Paul Veyne, e aponta esse movimento como uma urgência nova à disciplina. Certeau coloca a história como uma prática social, uma atividade humana, e assevera:

Receptível é apenas a teoria que articula uma prática, a saber, a teoria que por um lado abre as práticas para o espaço de uma sociedade e, que, por outro lado, organiza os procedimentos próprios de uma disciplina. Encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um lugar (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), procedimentos de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura). É admitir que ela faz parte da “realidade” da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada ‘enquanto atividade humana’, enquanto prática (CERTEAU, 2000: 66).

Para o autor, toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural, e desta forma está submetida a imposições, ligada a privilégios e enraizada em uma particularidade. E nesses

¹⁹ Michel de Certeau (1925-1986) nasceu na França, na cidade de Chambéry. Ganhou notoriedade em seus estudos sobre história, filosofia e psicanálise. Esteve bastante próximo de Michel Foucault, e assim como ele, foi um forte apoiador da revolta estudantil de Maio de 1968, em Paris. Um ponto marcante de sua vida foi relação com a religião católica, Certeau ingressou na Companhia de Jesus aos 25 anos, e em 1956 foi ordenado sacerdote, e posteriormente doutorou-se em Teologia. Assim como Ricoeur e Veyne, Certeau questionou as bases epistemológicas e as fronteiras da disciplina história. Seus trabalhos de maior repercussão no Brasil são: *A Escrita da História*, de 1975, e *A Invenção do Cotidiano*, de 1974.

termos, Certeau indica as “amarras” que prendem a história à realidade sensível, sendo uma produção humana, e não estando apenas no campo da abstração, pois, embora seu objeto de estudo seja vislumbrado apenas virtualmente – visto que não se recupera nem alcança o passado senão por meio de vestígios – há uma materialidade como resultado da pesquisa, e tal pesquisa enquanto discurso humano e social está vinculado indissociavelmente aos paradigmas (senão paradigmas, ao menos aspectos) temporais, espaciais, econômicos e discursivos vigentes em seu contexto de produção, ou ainda remetendo ao verbo utilizado pelo autor, seu contexto de *fabricação*. E assim, mostra-se que toda interpretação histórica depende de um sistema de referências (CERTEAU, 2000: 67), conceito que se aproxima das ideias de “criptograma relacional” e de “sistema de notação”, ambos desenvolvidos por Gombrich (GOMBRICH, 1986).

Sendo a história uma prática, o autor propõe análises de cunho mais pragmáticos e afirma que “se é verdade que a organização da história é relativa a um lugar e a um tempo, isto ocorre, inicialmente, por causa de suas técnicas de produção. Falado em geral, cada sociedade se pensa “historicamente” com os instrumentos que lhe são próprios”. (CERTEAU, 2000: 78). Destacando então as particularidades de cada pensamento histórico, assim como Ernst Gombrich, que descreve as particularidades com que cada período e sociedade enxergam a arte, e os símbolos a serem representados (os elementos que são dignos ou merecem ser retratados) e também as formas de representação pictórica adequadas conforme o diálogo com o contexto dos momentos de produção ligados aos interesses artísticos e/ou representativos estabelecidos (GOMBRICH, 1986), de igual forma a história enquanto prática social articula-se às peculiaridades de cada sociedade que se propõe a pensar historicamente.

Já em *História e psicanálise*, o autor investe várias páginas para o exame das convergências e pontos de intersecção entre história, ciência e ficção, e deixa claro que reconhece os termos ciência e ficção como sendo perigosos, e tanto por isso quanto por já ter dedicado outro artigo para definir os estatutos deles, apenas elenca alguns funcionamentos possíveis desses conceitos à história. Ele explica os conflitos da história com a ficção, onde

aquela busca se desvencilhar desta ao mesmo tempo que visa se distanciar do caráter mitológico e lendário – como se fossem coisas equivalentes – e o faz porque seu discurso tem a pretensão de narrar a verdade. O autor afirma que “a ficção é o que a historiografia institui como errôneo, obtendo assim um território próprio”, e acrescenta, “a historiografia adquire seu crédito de uma relação com o real, porque seu contrário está sob o signo do falso”. E propõe que a ciência também opera no campo da ficção quando oferece previsões sobre o que poderia ser feito, entendendo que o artefato científico enquanto nova espécie de ficção não se julga por sua suposta falta do “real”, mas pelo que lhe é permitido fazer e transformar. Ele ainda acusa a ficção de não ter propriedade científica em sua linguagem, que em suma, é metafórica, e dá forma ao real sem qualquer intensão de representá-lo ou ser credenciado por ele (CERTEAU, 2011: 46-48).

Há também uma preocupação do autor em refletir sobre as condições de produção dos discursos historiográfico, entendendo que essas narrativas estão intimamente ligadas às instituições em que são produzidas, instituições essas que condicionam o conhecimento epistemológica, ideológica, política e economicamente, e essas imposições tanto internas quanto externas às universidades ressoam nas vozes permitidas, ouvidas e produzidas na disciplina. Certeau avança da produção erudita e dos círculos dirigidos para a produção histórica destinada às massas através dos veículos de mídia, colocando em questão as maneiras como esses produtos escodem suas condições de produção, como estabelecem critérios de veracidade e autoridade sobre o conteúdo do passado que almejam representar, e como produzem o “real” ao qual remetem e formam um público-alvo para esse mesmo “real”.

O autor indaga a utilização do aparato tecnológico pela história que se pretende científica, especificamente, debate o uso dos computadores. Há que se notar que quando ele escreveu esse livro, em meados da década de 1980, a informática não era sombra do que é hoje, assim como o acesso a esses meios era reduzido, era também pouca a oferta de ferramentas úteis à história - e ao cidadão comum, de maneira geral -, e o que restava era a matematização da disciplina. Certeau discorre sobre a influência daquele que se mostrava um

novo recurso para a história estatística e quantitativa, refletindo sobre sua eficácia, abrangência e validade na produção historiográfica. Por fim, o autor identifica a necessidade de uma nova politização da disciplina – e consequentemente de sua comunidade composicional. Ressalta a urgência de ser pensar em profundidade o tempo e as relações de tensão passado-presente, e também a relação do historiador com o seu objeto de estudo, atentando para as novas demandas da história – como as pautas identitárias – e refletindo sobre os “sujeitos do saber”. Ele conclui indicando que é preciso, também, reconhecer o fictício presente no discurso científico e faz o arremate final com uma fórmula:

O lugar instaurado por procedimentos de controle é, por sua vez, historicizado pelo tempo, passado ou futuro, que se inscreve aí como retorno do “outro” (uma relação com o poder, com procedimentos ou com ambições) e que, “metaforizando” assim o discurso de uma ciência, acaba por transformá-la, igualmente, em uma ficção (CERTEAU, 2011: 70).

3.1.3 Paul Ricoeur

Paul Ricoeur²⁰ foi um filósofo francês que se dedicou também a pensar a história, a memória e a narrativa histórica, que, via de regra, é o meio pelo qual acessamos o passado. Escreveu vários livros e artigos, e dois deles em específico tem função basilar para pensar o caráter narrativista da história: *Tempo e Narrativa*, 1983-5, obra dividida em três tomos na qual o autor discute aproximações entre história e literatura e como o fator tempo implica nessa relação; *História, Memória e Esquecimento*, 2000, trabalho no qual o filósofo retorna às questões do livro citado anteriormente e amplia suas reflexões, apresenta, por exemplo, o conceito de *representância*. Dos três autores mencionados nesses diálogos possíveis com Hayden White, Ricoeur é o que

²⁰ Paul Ricoeur (1913-2005) foi um filósofo francês influenciado principalmente pelo pensamento de Husserl e de Gabriel Marcel. Ricoeur combateu na Segunda Guerra Mundial nas tropas da resistência francesa, mas acabou preso pelos nazistas e permaneceu durante alguns anos em um campo de concentração onde hoje é a Polônia. O período do cativo foi bastante significativo para a formação de suas teses, especificamente sobre o agir humano, conceito que mais tarde o autor se dedicaria a estudar em profundidade. Já no campo da história, um ponto de interesse de Paul Ricoeur é a memória, e por consequência, o esquecimento. O filósofo se dedica ao estudo da produção da memória e do esquecimento a partir da historiografia e como as narrativas articulam-se com esses conceitos.

dedica mais atenção e esforço na análise e crítica das teses do americano, postura essa que fica bastante perceptível nessa última obra, onde, em vários momentos, o autor francês destaca a proximidades e divergências em relação às teorias de ambos.

Tempo e Narrativa é a pedra angular da obra de Ricoeur, construída a partir da mediação entre tempo e a narrativa, o grande destaque se dá no cuidado em demonstrar a especificidade da narrativa histórica frente à narrativa ficcional, levando a crer que a linguagem não deve ser adotada como um simples dispositivo simbólico para a compreensão da experiência humana. Fracionada em três importantes tomos, Ricoeur leva o leitor a experienciar o ato de leitura como um momento de interpretações, além de proporcionar reflexões variadas, dentre elas, a evidência da proximidade entre os propósitos do historiador e os do romancista quanto ao ato de narrar. Com base no pensamento de R. Ingarden sobre a teoria da leitura e partindo das inferências de Hayden White sobre o conceito de *representância* do passado – tese defendida pelo autor que tange a relação entre a representação historiográfica do passado, o passado virtual como chega até o presente e o referente documental atestado pelas fontes –, Ricoeur se utiliza da “Teoria da Recepção” para fundamentar seu pensamento, oferecendo ao leitor uma nova perspectiva de leitura, além daquela implícita pelo autor.

O capítulo *O entrecruzamento da História e da Ficção*, (tomo III), é iniciado com a ideia central que a ficção e a história pertencem a mesma classe quanto a estrutura narrativa, visto que os dois modelos realizam a “configuração de um tempo”, seja ele no passado, para a história, ou ocupando uma nova temporalidade, nem passado nem presente, no caso da ficção. (RICOEUR, 1994). No que diz respeito ao imaginário, história e ficção são discursos que respondem às indagações dos homens sobre o mundo, por meio da linguagem e da construção de significados no tempo. Para Ricoeur, o tempo vivido se torna tempo humano na medida em que está articulado de maneira narrativa, sendo necessária a criação de conectores para conduzir essa transformação, e esses mecanismos agiriam como *signos*, e poderiam traduzir o tempo de alguma forma, um exemplo seria o calendário, um dos modelos mais antigos de medir o tempo aos olhos humanos.

O autor também defende a ideia de que os caminhos da história já estão traçados e que os homens teriam que se sujeitar a seguir os mesmos passos já existentes, a esse valor *efeito-signo* Ricoeur atribuiu o nome de *rastro*, que seria como afirmar que “a coisa presente [...] vale por uma coisa passada” (RICOEUR, 1994: 320), o que ajudaria a preencher os espaços deixados pelo imaginário. E sob esse aspecto, é que se dá em maior força o entrecruzamento entre história e ficção, haja vista que ambas as narrativas lançam mão de recursos do imaginário para operar a *refiguração* do tempo, e isso justifica os empréstimos que a história faz da literatura, quanto às estruturas textuais, que, como sugere Hayden White, tomam forma de romance, ironia, sátira, etc. E o autor francês ainda aponta a existência de um *pacto de leitura* ou *pacto do leitor/literário*, no qual a interlocução da narrativa histórica sujeita-se a acreditar que aqueles eventos (agora transformados em fatos, na proposição de White) de fato aconteceram, ou ao menos foram possíveis, da mesma forma o referido pacto acontece na ficção onde o leitor se dispõe a acreditar que as ações e conflitos narrados são possíveis dentro daquele universo apresentado pelo escritor devido aos recursos literários que conferem verossimilhança à narrativa, e essa mediação realizada a partir do olhar compromissado do leitor aponta para o estabelecimento de uma relação autor-leitor, como também indicam proximidade entre a escrita da narrativa histórica e a narrativa dita ficcional. Paul Ricoeur afirma: “a ficção é quase histórica, tanto quanto a história é quase fictícia”, estabelecendo a ficcionalização da história e a historicização da ficção (RICOEUR, 1994: 329). Portanto, para o autor, a *refiguração* temporal operada tanto dentro da narrativa ficcional quanto da narrativa histórica constitui uma intersecção na escrita de ambas, pela qual se objeta o efeito de verossimilhança.

Já em 2000, Paul Ricoeur publicou o livro *A memória, a história, o esquecimento*, no qual entra mais profundamente nos estudos da disciplina histórica. Cada um dos temas apresentados no título funciona como um mastro diferente, mas que pertencem a mesma embarcação. Assim como o esquema tripartite no qual o livro está dividido, o fazer historiográfico também é posto numa escala trina na perspectiva de Ricoeur. O autor define o processo de escrita da narrativa histórica em três fases: fase documentária, fase explicativa/compreensiva, fase representativa. A divisão temática da obra visa

assegurar a abrangência e definição de cada campo epistemológico, fortalecendo assim suas áreas de estudo. De igual forma, ao dividir o processo de escrita da história, Ricoeur busca entender a disciplina em seu nível mais profundo, quase ontológico.

Ricoeur tenta encontrar linhas de raciocínio e compreensão da realidade dentro da narrativa histórica. Embora divida o processo de elaboração historiográfica em três fases, ele alega que a narrativa está presente em todas elas, desde a documentação, passando pela explicação/compreensão, até a fase representativa. E essa narrativa, por sua vez, é ponto central na construção de dois conceitos que são muito caros para Ricoeur: rastro (*trace*) e *representância* (*représentance*). Por esse caminho o autor busca explicar as diferenças, ou ao menos indicar os problemas, referentes às diferenças entre aquele passado sensível, o vivido, e o passado virtual, encontrado apenas através da narrativa histórica. O historiador segue os rastros nos arquivos em busca de documentos, que são transformados em fontes apenas no momento em que respondem às indagações do historiador. Essa procura é chamada por Ricoeur de “subjetividade implicada”, e a seleção das fontes seria a “prova documentária”, indicando a especificidade dos documentos que chegaram até ali vindos de outros tempos, permanecendo como testemunhas de determinada experiência sensível, o documento atesta a existência de um passado mesmo estando no presente, porém esse atestado, esse testemunho só é de fato certificado por aquele que lê o documento e nele acredita. Seguindo a elaboração da narrativa histórica em função do referencial documental, que pretende significar o passado, ela move uma abertura do texto de história a um referencial extralinguístico, que é justamente o ponto que perpassa toda a indagação de Ricoeur sobre a referência historiadora ao passado, suscitando assim o argumento da *representância*. Ricoeur ainda afirma: “A relação entre significante e significado dá origem a uma entidade de dupla face, o signo propriamente dito, cuja apreensão exclui a relação com o referente” (RICOEUR, 2007: 259).

Entrando no terreno da representação histórica e a questão da narrativa que ganhou força na segunda metade do século XX, Paul Ricoeur reconhece a importância que teve Hayden White nesse debate, e também assinala algumas

diferenças entre as teses de um e de outro. Refletir a respeito desse tema suscita, inevitavelmente, as dúvidas surgidas no interior da disciplina sobre a delimitação da força criativa dentro da narrativa histórica, acerca da discussão proposta por Saul Friedlander sobre os limites da representação no caso do Holocausto especificamente, o autor se manifesta e afirma que esses limites apontam para duas direções:

De um lado, um tipo de esgotamento das formas de representação disponíveis em nossa cultura para dar legibilidade e visibilidade ao acontecimento chamado “solução final”; de outro lado, uma solicitação, uma exigência de ser dito, representado, elevando-se do próprio cerne do acontecimento, procedendo, portanto, dessa origem do discurso certa tradição retórica que considera como o extralinguístico, banido da terra semiótica. No primeiro caso tratar-se-ia de limite interno, no segundo de limite externo. O problema seria então o da articulação precisa entre esses dois tipos de limites. A Shoah, já que temos de chamá-la assim, proporia para a reflexão, nesse estágio do nosso debate, ao mesmo tempo a singularidade de um fenômeno, na fronteira da experiência e do discurso, e a exemplaridade de uma situação em que não seriam desvendados apenas os limites da representação sob suas formas narrativas e retóricas, mas todo o empreendimento de escrita da história (RICOEUR, 2007: 267).

Paul Ricoeur entende que o questionamento dos limites da representação indica questões internas e externas da disciplina, tendo em vista que a história ao mesmo tempo que se remete ao passado e depende da existência desse passado, ela também cria o passado. Cria no sentido de que é uma elaboração narrativa, que por sua vez conta com o referencial extralinguístico, a prova documental, mas é chegado um momento em que as alternativas e estruturas de pensamento da história se veem esgotadas frente a peculiaridade de um evento que, na visão dos autores aqui analisados, altera completamente os parâmetros de observação e produção de discurso, de modo que afeta até mesmo a epistemologia da disciplina.

A fim de resolver questões como as apresentadas acima, Ricoeur, que sustenta haver um entrecruzamento (e não oposição ou fusão) entre historiografia e ficção, desenvolve o conceito de *representância*:

A palavra representância condensa em si todas as expectativas, todas as exigências e todas as aporias ligadas ao que também é

chamado de intenção ou intencionalidade historiadora: designa a expectativa ligada ao conhecimento histórico das construções que constituem reconstruções do curso passado dos acontecimentos. Introduzimos acima essa relação sob a feição de um pacto entre o escritor e o leitor. Diferentemente do pacto entre um autor e um leitor de ficção que se baseia na dupla convenção de suspender a expectativa de qualquer descrição de um real extralinguístico e, em contrapartida, reter o interesse do leitor, o autor e o leitor de um texto histórico convencionam que se tratará de situações, acontecimentos, isto é, antes que tenham sido relatados, o interesse ou o prazer da leitura resultado como que por acréscimo. A pergunta agora colocada visa a saber se, como e em que medida o historiador satisfaz à expectativa e à promessa subscritas nesse pacto (RICOEUR, 2007: 289).

O chamado “pacto de leitura”, afinal, só adquire sentido a partir da chamada “pulsão referencial” que pretende enfatizar a especificidade da referencialidade extralinguística que percorre a operação historiográfica. A *representância* apresenta algumas complexidades a mais do que a representação, no sentido mais usual definido por Roger Chartier, onde ela pode ser entendida quer seja como “a presença da ausência”, quer seja como a “tomada do signo pelo referente”. Pois, para Ricoeur a *representância* é uma espécie de lugar-tenente da história, ou mesmo do passado, no qual a história e a literatura se entrecruzam na configuração desse modelo de passado, e ele ainda destaca o que chama de “tríplice *mimesis*: prefiguração, configuração, refiguração” (RICOEUR, 2007: 293. Grifo do autor). Deste modo, firma o caráter subjetivo da presença e intencionalidade do autor na elaboração da narrativa histórica, aparecendo nas três fases da operação historiográfica (documentação, explicação/compreensão, representação), assim como expõe o compromisso narrativo nessa construção mimética sobre o passado. O autor também não descarta as proposições de Ranke, sobre o que “de fato aconteceu tal como aconteceu”, mas entende que essa indicação apenas não basta e não satisfaz completamente à disciplina, conquanto ela seja basilar para existência da “pulsão referencial” que coloca diferenças entre história e ficção, propõe uma articulação conceitual – que aponta mais para um problema que uma solução – que envolva a *representância* enquanto lugar-tenência do passado “tal como ele foi”, observando que “tal como” estabelece uma comparação, porém não define que seja efetivamente o próprio passado, ou

ainda que aquela seja a “verdade histórica” – palavra, inclusive, evitada pelo autor.

Ricoeur conclui: “a representação historiadora é de fato uma imagem presente de uma coisa ausente; mas a própria coisa ausente desdobra-se em desaparecimento e existência no passado” (RICOEUR, 2007: 294). Em síntese, é um *não ser mais*, porém *tendo sido*.

3.2. Como Hayden White não escreveu *Meta-história*

Em 2013, na Universidade Federal do Espírito Santo, foi realizado um colóquio celebrando os 40 anos de publicação de *Meta-história*. O evento contou com a presença de alguns dos principais leitores de Hayden White na atualidade, e teve inclusive o comparecimento do próprio White, que apresentou uma fala chamada *Como não escrevi Meta-história*. Tanto o texto de White, quanto as demais pesquisas apresentadas durante o colóquio foram publicadas em *Do passado histórico ao passado prático: 40 anos de Meta-história*, livro organizado pelos realizadores do evento, Julio Bentivoglio e Verónica Tozzi²¹.

White inicia sua fala citando Terentianus: “*Habent fata sua libelli pro captu lectoris*”, que significa “de acordo com a capacidade de seus leitores, livros encontram seus destinos”, ao que White postula que “o destino de um livro depende de seus leitores”. Assim ele compreende a trajetória de *Meta-história*. O autor reconhece que quando o livro foi lançado causou certa perturbação entre os historiadores que identificaram no trabalho de White a proposição de que o passado não existiu, ou se existiu, pôs a dúvida sobre onde encontrá-lo, e ainda, que ele havia tentado arruinar a distinção entre verdade e ficção. O autor menciona a surpresa que teve quando soube que o historiador britânico Geoffrey Elton²² acusou *Meta-história* de ser “o mais nocivo empreendimento realizado por um historiador no exercício de sua profissão”. Ao mencionar o caso, White pontua que pensou “ter acertado em alguma coisa ou, pelo menos, levantado algumas questões que, se eram “nocivas” à profissão, eram dignas de serem levantadas e deveriam ter sido levantadas antes” (WHITE, 2017: 9).

O autor expressa sua compreensão acerca da história como uma empresa homóloga aos principais elementos da cultura ocidental, com suas origens em aspectos da herança greco-romana, hebraica, cristã (tanto católica

²¹ BENTIVOGLIO, J.; TOZZI, V. (orgs.). *Do passado histórico ao passado prático: 40 anos de Meta-história*. Serra: Mil Fontes, 2017.

²² Geoffrey Elton tornou-se notável pelo estudo da monarquia Tudor. Defendia o modelo de história empirista e tradicional, era também crítico das teorias da história vinculadas ao marxismo e ao pós-modernismo.

quanto protestante) e modernista (pelo qual ele compreende capitalista). White faz uma interessante recuperação léxico-semântica do termo “moderno”

O termo “modernista”, deve-se destacar, é derivado do Latim “modus”, “modo” (dativo) = “now”, “agora”, “addesso”, “jetzt”, “maintenant” ou simplesmente “neste momento”. De “modo” vem “modernus”, “modernitas” e “moderno”, “modernidade” e “modernismo”. No século quarto depois de Cristo, “modernitas” significava “Anno Domini” ou qualquer coisa que tivesse acontecido desde a Encarnação, dado o fato de que as expectativas da redenção da humanidade haviam mudado radicalmente para todos desde a Paixão de Cristo. O “moderno” marca uma cesura no tempo humano, uma mudança qualitativa. E é esse sentido de uma mudança qualitativa na experiência humana de tempo que é capturado no moderno e secular conceito de “modernidade”, bem como no conceito de “modernismo” (WHITE, 2017: 10).

A definição etimológica que o autor apresenta esclarece alguns pontos sobre a forma que ele definiu de como entende a história, ou melhor, define como ele vê a história sendo compreendida no Ocidente. Visto que adiante ele declara que “a abordagem ‘histórica’ escolhida pelo Ocidente é apenas uma, sendo que várias culturas não consideram o passado como algo diferenciável do presente”, tal necessidade é que traz o imperativo de que “é preciso uma ciência especial – chamada história – para preencher a lacuna entre eles e para determinar a natureza e o valor do passado para o presente” (WHITE, 2017: 10). A leitura que o autor fez sobre a condição da história em relação a essa herança e características oriundas do período clássico greco-romano e do cristianismo e a noção de continuidade entre esses movimentos e a prática historiográfica ocidental motivou-o a pensar a seguinte questão:

Dois intervalos nesse processo eram muito mais importantes do que qualquer noção de continuidade poderia comportar. O primeiro foi encontrado no triunfo do cristianismo sobre o paganismo, e o segundo foi o triunfo da ciência moderna, secular e materialista sobre a visão e mundo cristãos, no período que se estende da Renascença ao fim do século 18. Essas duas mudanças resultaram em transformações “meta-históricas” radicais na historiografia, substituindo novos conceitos de natureza, natureza humana, significado e temporalidade em ideias dominantes sobre história, mudança histórica, significado e a natureza do conhecimento ela mesma, incluindo conhecimento do passado, do presente e das diferenças entre eles (WHITE, 2017: 11).

A partir disso, Hayden White saliente que a ideia inicial da produção de *Meta-história* consistia em livro de cerca de duzentas páginas descrevendo as

práticas de escrita da história da Revolução Francesa até a Primeira Guerra Mundial, período chamado de “o longo século XIX”, e assim, pretendia “escrever uma história de um certo tipo de prática de escrita; uma prática de escrita que eu subsequentemente desejava chamar de ‘historiológica’ e ‘historiosófica’” (WHITE, 2017: 12). Contudo, durante o processo de pesquisa e escrita do livro, que levou cerca de 10 anos, mais o período de envio dos manuscritos às editoras e as consequentes respostas e críticas (incluindo pareceres negativos quanto à publicação), os contornos da abordagem foram se delineando de maneira diferente daquela pensada lá no início dos anos 1960, quando White começou a trabalhar no que seria o *Meta-história*.

Quanto às críticas ao livro, White reflete que não tentou defender *Meta-história* contra os ataques feitos por críticos de vários campos de estudo porque ele considera que a linha teórica seguida em *Meta-história* antecipa e, ao mesmo tempo, nega a utilidade de se discutir a maior parte dos ataques feitos. E ainda, vários desses ataques foram devidos a uma leitura equivocada de seu livro, no qual era interpretado que White dizia como a pesquisa e a escrita histórica deveriam ser realizadas, o que o autor nega com veemência. O autor considera que o que fez foi apenas apontar que a prática da história que tem sido feita é através da escrita, e que, para ele, o processo da produção historiográfica não é dividido entre a chamada pesquisa de arquivo e a posterior conjectura dos fatos e escrita, pois, ele vê esse processo de maneira unificada, onde a escrita já tem início junto com a primeira ideia e escolha de algum tema (WHITE, 2017).

Em relação às correções ao livro em questão, White procura fazer através da sedimentação e retificação das teses em livros e artigos posteriores, e não voltando à *Meta-história* para executar revisões, visto que ele considera que isso seria como revisar as evidências de um caso em julgamento. E espera inclusive, que suas ideias quanto aos temas que lhe interessaram ao longo dos anos tenham mudado, pois, White não tem a menor pretensão de fazer de *Meta-história* um cânone eterno e universal. Essa expectativa se dá, sobretudo, pela percepção de verdade e realidade são conceito completamente diferentes, e a história, por sua vez, trabalha sob regimes verdade. O autor considera:

Realidade é o que é; e verdade é, sobretudo, apenas sobre aquelas afirmações e proposições que se tem acreditado ser ou compreendido como sendo “o caso” de uma dada perspectiva, em uma língua específica e sobre uma autoridade específica (como ciência, religião, filosofia etc.) – nenhuma das quais pode reivindicar universalidade, eternidade ou incondicionalidade como um atributo (WHITE, 2017: 14).

Hayden White argumenta que lhe causa incômodo quando críticos apontam que essas correções, ou mesmo mudanças e alterações em determinados pontos de suas teses, são contradições ou ainda erros lógicos em seu edifício intelectual, como se o ele estivesse tentando erigir um novo sistema metafísico universal e definitivo, quando na verdade o que ele propõe é submeter alguns dos lugares comuns da historiografia à crítica, por meio da teoria do discurso estruturalista ou pós-estruturalista. E assinala:

Eu sei apenas que, nos meus próprios escritos, eu tento me expressar o mais clara e coerentemente que meu pensamento me permite, fazer o meu melhor ao pesquisar com as ferramentas disponíveis no momento e dizer a verdade como eu a vejo no momento e lugar da elocução. Essa “verdade” sobre a “história” é sempre provisória, sujeita à revisão à luz de novas evidências e novos métodos de pesquisa e composição, e deve ser julgada de acordo com sua utilidade perante o avanço do conhecimento em direção a novas percepções pelas quais a humanidade constrói a si mesma, por meio de técnicas de auto-constituição ou auto-moldagem que, a longo prazo, fazem não apenas da verdade, mas também da autoridade do portador da verdade, matéria relativa (WHITE, 2017: 15).

Por fim, White lembra que não inventou o termo “meta-história”, ao contrário, ele encontrou-o em Toynbee, que já havia feito uso nos anos 1940, e em Northrop Frye, que, nos anos 1950, utilizou o termo para referir-se ao que Karl Popper havia definido como “historicismo naturalista”, que por sua vez, consistia numa “tentativa imprópria de adivinhar as leis do processo histórico, prever o futuro da história e insistir na submissão a essas leis como uma base para programas sociais e políticos ‘realistas’”. White considera que “a ideia de meta-história deveria indicar o esforço de dotar a ‘história’ de uma metafísica, uma ontologia e uma epistemologia que permitiria sua elevação ao status de uma ciência”. Assim, “a meta-história era identificada com o que, desde Hegel, se entendia como ‘filosofia da história’”, (WHITE, 2017: 15). De maneira que White ao utilizar esse termo pretendia redimi-lo de seu aspecto algo pejorativo,

assim como a própria história havia empreendido com os termos “gótico” e “romântico”, por exemplo. E conclui indicando que para ele:

Meta-história, como o termo “metafísica” no cânone aristotélico, não significa simplesmente o que vem ‘depois’ de seja lá o que for que constitua ‘história’ (tomada como substantivo referente àquela parte do passado genérico, acessível pelos tipos de métodos de investigação e apresentação ditos “históricos”). Ou seja, meta-história indica o que, na forma de ontologia, epistemologia e ética, tem de ser pressuposto, tido como ‘natural’, ou explicitamente demonstrado, de maneira a constituir um lugar único para a “história” entre as disciplinas que formam as ciências sociais e humanas modernas. Apesar de a história ser tratada como se fosse o mais ‘natural’ objeto de investigação que se possa imaginar, o fato é que o que a epistêmica Ocidental chama de ‘história’ e de ‘histórico’ é apenas uma dentre uma larga variedade de maneiras de conceitualizar e estudar ‘o passado’ e não é mais ‘natural’ do que é a narrativa, tradicionalmente a maneira presumidamente ‘natural’ de representar um passado que supostamente se apresenta para inspeção de uma maneira historiológica (WHITE, 2017: 16).

3.3. Diálogos contemporâneos

Assim como se faz importante trazer os autores que influenciaram Hayden White no desenvolvimento da teoria dos tropos, bem como apresentar intelectuais que estavam produzindo durante a mesma época que White teses próximas quanto ao caráter narrativo da história, é necessário indicar autores que tenham dado continuidade ao debate gerando desdobramentos que enriquecem a disciplina histórica. A escolha desses autores se deu pela relevância de sua produção no diálogo com Hayden White. É importante ressaltar que ao trazer os historiadores escolhidos por darem continuidade ao debate iniciado por White não significa que esses historiadores simplesmente concordem ou digam amém para tudo o que White propôs. Muito pelo contrário, eles tecem variadas e contundentes críticas direcionadas ao historiador americano, e é justamente por essa postura analítica e crítica em relação à produção whitiniana a presença deles tem importância para esse trabalho. São eles: Chis Lorenz, Frank Ankersmit e Dominik LaCapra. Há ainda que se ressaltar que esses debates se estendem por muito mais tempo e abrangem outros autores de grande destaque e importância no meio historiográfico, entretanto, por critérios de ordem prática e metodológica, abordaremos apenas os três autores citados, com os quais é possível localizar alguns dos principais pontos da discussão e nuançar divergências e semelhanças entre as teses propostas, ainda que – e muito longe disso – o exposto aqui apresentado não esgote ou encerre o assunto.

3.3.1. Chris Lorenz

Chris Lorenz é historiador e professor na Universidade de Amsterdã, e também participou do colóquio de aniversário de 40 anos de *Meta-história* realizado no Brasil, na Universidade Federal do Espírito Santo, já mencionado nesse trabalho. E é justamente o texto apresentado durante o colóquio que destaco aqui.

Lorenz inicia sua fala fazendo referência a uma notícia publicado pela BBC News em 2004, o texto dava conta de um incêndio que finalmente havia sido apagado na China. O incêndio, localizado em uma região carbonífera do país, durava nada menos que 130 anos (!). A matéria dizia que mesmo que os

bombeiros tivessem sucesso na tentativa de apagar o fogo, ainda levaria mais 30 anos até que o solo esfriasse o suficiente e permitisse que as atividades mineradoras fossem retomadas no local.

E foi tal notícia inusitada que instigou Lorenz a pensar e escrever sobre as questões do “passado prático” e “passado histórico”, ambos conceitos desenvolvidos por Hayden White, contudo, não durante o mesmo arco de produção dos tropos discursivos, mas sim já na primeira década dos anos 2000. E saliento, que, não irei entrar no mérito da discussão sobre passado prático e passado histórico, pois, se a poética da história mereceu uma dissertação apenas para explicá-la, as teses sobre esse recente conceito de White merecem outras tantas mais. Assim, acerca do artigo de Chris Lorenz, farei apenas alguns breves comentários.

Lorenz associa o fatídico e duradouro incêndio à própria história, onde determinado eventos continuam “quentes” e necessitam que passem os anos para esfriá-los, e assim, possam ser analisados pelos historiadores. Para o autor holandês, White introduziu o conceito do passado “prático” lado a lado com o de passado “histórico”, com o objetivo de sinalizar e resolver essa incompreensão “profissional” sobre o caráter (ontológico) do “passado” (LORENZ, 2017: 34).

Entretanto, Lorenz considera que apenas uma distinção entre ambos os passados não é suficiente, e no artigo em questão se propõe a realizar quatro passos. Primeiro, reconstruir e contextualizar a distinção feita por White entre “passado prático e passado histórico”, e nesse processo de reconstrução ele assinala algumas ambiguidades presentes no trabalho do americano que merecem atenção. Em seguida, o segundo passo consiste em analisar as diferenças e semelhanças entre o uso e distinção nas teorias acerca desses passados por Hayden White e Michael Oakeshott, a quem White é devedor dessa teoria, pois se inspirara nas bases que Oakeshott formulou nos idos dos anos 1930. Ao que pretende ainda identificar dois problemas compartilhados por Oakeshott e White a respeito tanto da unidade do passado e do presente quanto a ruptura entre o passado e o presente. O terceiro passo é argumentar que a pluralização de passados e presentes, propostas por Preston King, configuram uma solução aos problemas identificados no passo anterior. Lorenz

ainda busca na teoria dos “atos performativos”, apresentados por John Searle, um caminho alternativo para reconceitualizar como as rupturas entre o presente e o passado são produzidas pelos historiadores através da ruptura temporal. E por último, mas não menos importante, o autor argumenta que tal distinção entre passado histórico e passado prático partem das pressuposições empiristas e positivistas da filosofia da ciência, especialmente nas distinções entre fato e teoria e entre fato e valor (LORENZ, 2017: 34).

Ainda que não entremos no mérito dos argumentos de Lorenz, vale ressaltar a maneira como ele se refere a White, quando discorre sobre as distinções entre White e Oakeshott, onde diz que o aquele é detentor de um “cosmos intelectual não binário [...], que paga o preço pelas fronteiras demasiado desfocadas de suas ‘definições’ com extensões abstrusas” (LORENZ, 2017. p.50). O comentário é relevante de ser apresentado visto que nos oferece indicações para refletir sobre as investigações epistemológicas no campo da historiografia e compreender melhor os questionamentos sobre as fronteiras disciplinares e/ou conceituais entre história e literatura ou ficção e história. Lorenz conclui seu texto indicando os perigos contidos na distinção entre passado prático e passado histórico:

O melhor truque jogado sobre nós pelo diabo da história profissional foi mascarar a construção teórica da distinção entre os passados prático e histórico como produtos do mesmo tempo, formalizando no dogma da distância, o qual propõe que o presente prático se transforme no passado histórico por si mesmo - devido ao tempo. Sustentei aqui que levará tempo até que desfaçamos este truque e para que comecemos a análise tanto do passado prático como da construção prática do passado histórico em todas as suas complexidades e inter-relações. (LORENZ, 2017: 52)

E retomando o caso do incêndio centenário chinês, Lorenz destaca que em 2008, a revista Time reportava que um pesquisador americano foi conhecer o local do incêndio e disse: “decidi ir ver como havia sido extinto. Mas, as chamas eram visíveis e tudo estava queimando (...) Disseram que o tinham apagado, e quem poderia falar o contrário?” (LORENZ, 2017: 52)

3.3.2. Frank Ankersmit

“Como um dique coberto por uma camada de gelo no final do inverno, o passado foi envolto por uma fina crosta de interpretações narrativas; e o debate histórico é muito mais um debate sobre os componentes da crosta do que propriamente sobre o passado encoberto por sobre ela”. Assim é apresentado o historiador holandês Frank Ankersmit ao público brasileiro no livro *A Escrita da História* (2006). Organizado por Jurandir Malerba, o trabalho reúne ensaios de vários historiadores abordando as questões epistemológicas da historiografia e também os impactos que cada escolha narrativa teórico-metodológica causam na obra historiográfica, na própria percepção e compreensão da disciplina histórica, e ainda os usos tanto das narrativas históricas quanto desses passados aos quais tais obras fazem referência. O livro conta ainda com ensaios de outros historiadores de peso, como, Hayden White, Carlo Ginzburg, Jörn Rüsen, entre outros. E embora haja pouco material escrito por Ankersmit traduzido para o português, tem-se ainda o livro *A escrita da história: a natureza da representação histórica*, de 2012, que reúne uma coletânea de ensaios publicado pelo autor entre os anos de 1994 a 2012.

Ankersmit é professor na Universidade de Groningen, na Holanda, e desde a década de 1980 é dedicado aos estudos da estrutura linguística da história. Em sua tese de doutorado, defendida em 1982, Ankersmit evidencia qual seria o tema por ele investigado com afinco nos anos seguintes, a pesquisa recebeu o seguinte título: *Lógica narrativa - uma análise semântica da linguagem do historiador*. Assim como Dominick LaCapra, Ankersmit é um dos continuadores dos debates propostos por White acerca da narratividade da historiografia, e ambos historiadores comungam da adoção do paradigma pós-estruturalista derrideano em detrimento das formulações propostas por Saussure, que por sua vez, eram hegemônicas até o período do *linguistic turn*.

No ensaio apresentado em *A Escrita da História*²³, Frank Ankersmit discute as modificações na epistemologia da disciplina, entre o que ele chama de historicismo positivista e a história proposta a partir dos *insights* pós-modernos. O artigo em questão é *Historicismo, pós-modernismo e*

²³ ANKERSMIT, F. Historicismo, pós-modernismo e historiografia. In: MALERBA, J. (org). *A história escrita*. São Paulo: Contexto, 2006. p.95-114

historiografia, publicado originalmente em 1993, mas que continua se mostrando atual, sobretudo no Brasil, onde a discussão acerca da narratividade historiográfica é bastante incipiente, e para muitos, até mesmo desconhecida.

Ao relacionar a teoria e crítica literária ao estudo da história, Ankersmit se mostra favorável às mudanças promovidas a partir da interação maior que se deu entre as ciências humanas a partir dos anos 1970, diluindo as fronteiras disciplinares. Ankersmit inicia seu artigo com a aporia proposta por Richard Rorty, “a linguagem adere ao mundo”, indicando de chofre o problema filosófico fundamental acerca da linguagem tomada como referente além de signo. Fica, também, evidenciado a proximidade com as teses de Jacques Derrida, no tocante a variação dos signos linguísticos e a eterna auto-referência da linguagem à própria linguagem.

Há a necessidade da mudança de postura frente à escrita histórica e também em relação a análise e leitura das fontes, indica Ankersmit, que ainda propõe a transição do historicismo positivista para uma história pós-moderna. E destaca a historicidade da própria história:

Apenas porque e na medida em que nos tornamos conscientes de uma diferença e de uma distância entre nós mesmos - ou seja, o sujeito histórico - e o passado é que a escrita da história pode tornar-se um empreendimento cultural significativo. Com Gadamer, precisamos reconhecer que “só conhecemos historicamente porque nós mesmos somos históricos”. Em suma tudo aquilo que (na tradição modernista-historicista) era transcendental, precisa ser agora historicizado (ANKERSMIT, 2006: 98).

A historicização dos pontos de vista históricos resulta na necessidade de assumir a impraticável postura de não ter ponto de vista, ou seja, o paradoxo do “ponto de vista da ausência de ponto de vista”, de modo que isso representa a auto-superação da metáfora na “história efetual”, característica remanescente do historicismo positivista. E entender esse processo facilita para compreender o que tinha se chamado de escrita da história pós-moderna, destaca o autor (ANKERSMIT, 2006).

Como já mencionado, Ankersmit aproxima-se de LaCapra quanto a adoção das teses desconstrutivistas e uma nova abordagem aos textos - Ankersmit chega a apontar LaCapra como o mais conhecido protagonista da

historiografia pós-modernista de tipo desconstrutivista (2006: 108) -, e essa aproximação fica explícita na seguinte passagem:

Essa escrita é normalmente associada ao modelo genealógico de Foucault, o qual visa a dissolução daquilo que foi integrado e produzido durante séculos de pesquisa histórica e – o que é ainda mais importante – de síntese política, social e cultural; [...] e finalmente à moderna história intelectual, que demanda a leitura dos textos não apenas considerando a *mens auctoris* que supostamente os organiza, mas nos força a voltar a nossa atenção para aqueles aspectos (marginais) do texto que escaparam à autocompreensão (consciente) do autor (ANKERSMIT, 2006: 101).

Assim, Ankersmit indica que as “características mais evidentes da escrita da história pós-moderna se explicam quando se aceita o cenário de autodestruição do historicismo e das metáforas historicistas”. De modo que o autor ainda relaciona tal processo com o que ele chama de “desespistemologização da consciência histórica contemporânea” do período. (ANKERSMIT, 2006: 101)

De forma coadunada a Hayden White, Ankersmit destaca que o texto precisa ser visto como um artefato literário, e não como uma mimese textual do passado, e, confrontar o texto histórico como sendo uma obra de arte literária é fundamental para a sobrevivência da história na pós-modernidade. O autor ainda assevera que o uso dos dispositivos da crítica literária não é uma característica accidental da história pós-moderna, mas sim tão natural quanto a utilização da matemática pela física teórica (ANKERSMIT, 2006).

Ainda sobre a textualidade da obra histórica, a qual *representa* o passado, e não é o passado, Ankersmit ainda informa:

Deve-se aqui fazer uma distinção entre os aspectos materiais e formais do texto histórico. No âmbito dessa diferenciação, correspondem à descrição que ele dá em relação aos eventos passados, ao passo que aqueles correspondem à pretensão do texto de oferecer uma representação do passado. O fundamento lógico dessa distinção é evidente: o conteúdo descritivo constitui o material organizado por meio da narrativa; já o modo formal (maneira como o material foi organizado na representação) oferece informações sobre o caráter da representação. O mesmo material pode ser organizado a partir de distintos pontos de vista (formais), que, respectivamente, levam a distintas representações – daí a identificação da representação com os aspectos formais e não com os aspectos materiais do texto histórico (ANKERSMIT, 2006: 105).

Quanto a Hayden White, Frank Ankersmit tece uma crítica semelhante àquela formulada por Dominick LaCapra, sentenciando que, apesar do esforço de White e da perspicácia em identificar e descobrir o estilo histórico de oito historiadores e filósofos da história, ele mesmo em sua obra não conseguiu uma explicação conforme propunha, “o mais provável é que sua tentativa de explicação da evolução historiográfica seja, antes, um ativismo enraizado na historiografia tradicional que a reformulação de a promessa aludida em sua nova perspectiva historiográfica” (ANKERSMIT, 2006: 111). E por fim, Ankersmit compara tal empresa a uma pessoa que com um binóculo ajusta o foco em determinado objeto, o qual tem a imagem mais nítida e clara, enquanto os outros objetos ficam relegados à zona fora de foco.

3.3.3. Dominick LaCapra – historiografia e representação do trauma

Dominick LaCapra é um historiador estadunidense professor emérito da Universidade de Cornell. Desde os anos 1980 é um ativo participante dos debates acerca da narratividade da história, tendo, por sua vez, desenvolvido teses que podem ser colocadas como desdobramentos da teoria de White, a qual teve enorme impacto nesse campo de estudo. Alguns dos trabalhos mais destacados de LaCapra sobre esse tema são: *Rethinking Intellectual History: Texts, Contexts, Language* (1983), *History & Criticism* (1985) e *History, Politics, and the Novel* (1987). Infelizmente, nenhum deles têm tradução para o português, devido à falta de tradição e interesse sobre o debate narrativista da historiografia na academia brasileira.

Assim como White, LaCapra vê no *linguistic turn* uma alternativa positiva para a história pensar a si mesma e suas epistemes, com duas perguntas bastante simples e objetivas, o que se está fazendo e porquê. Segundo o autor:

Durante a última década [1970], historiadores intelectuais começaram a acreditar que o seu campo estava submergindo em uma crise, intensa o suficiente para provocar uma redefinição dos seus domínios e objetivos. Não obstante as possíveis causas desta crise, um dos seus efeitos mais benéficos tem sido a tendência de se ter como tema a reflexão sobre “o que” se está fazendo e “porquê”. (LaCAPRA, 1982: 47).

LaCapra identifica na chamada crise das narrativas um bom momento para repensar a estrutura da disciplina, bem como suas fronteiras. A tese de LaCapra realoca o lugar do texto na obra historiográfica, propondo novas formas de abordagem ao texto e seus contextos, além de implicações sobre a forma como a leitura de determinado contexto afeta a leitura do próprio texto, sendo o contexto também um texto. E ao refletir sobre essas questões formalistas da historiografia, LaCapra desemboca suas pesquisas no turbulento mar dos debates do caráter narrativo da história.

José Antonio Vasconcelos, citando *History and criticism*, comenta que a crítica mais insistente feita por LaCapra aos historiadores é sobre a prática recorrente destes reduzirem textos complexos ao status de documentos. Para o historiador americano, “no modelo documental, a base de pesquisa é o fato ‘bruto’, derivado do exame crítico das fontes”, e ainda, “todas as fontes tendem a ser tratadas em termos estritamente documentais, ou seja, em termos de proposições factuais ou referenciais que podem ser delas derivadas, para obter informações sobre lugares e tempos específicos” (LaCAPRA in VASCONCELOS, 2005: 58). A partir desses apontamentos, Vasconcelos salienta que um dos grandes problemas causados por essa postura – principalmente na História Social – que denuncia LaCapra é que grandes obras da literatura e da filosofia acabam recebendo tratamento reducionista por parte dos historiadores, onde esses textos tem meramente a função de confirmar ou suplementar as informações já obtidas a partir de fontes documentais, tornando, então, o uso da literatura e da filosofia matérias redundantes na produção historiográfica (VASCONCELOS, 2005: 59).

LaCapra propõe em sua reflexão que as perguntas dos historiadores se situam em um contexto, o “mundo vivido”, ao passo que este não pode ser completamente objetivado e plenamente conhecido. E ainda, um problema fundamental passa a ser o de repensar os conceitos de dentro e fora em relação com os processos de interação entre a linguagem e o mundo (LaCAPRA, 1982). Assim, o autor provoca a discussão e investigação sobre o que pode ser atingido do passado através dos vestígios documentais e o que, por sua vez, pode ser escrito a respeito desse passado. E vai além, pois, pode-

se concluir, a necessidade de distinção entre texto e contexto, entre o que está dentro e fora do próprio texto. Para o autor:

Na verdade, trata-se de repensar as noções de “dentro” e “fora” em relação aos processos de interação entre linguagem e mundo. Um dos aspectos mais desafiadores apresentados recentemente quanto à questão da textualidade, é o porquê a investigação não pode se limitar a uma relação estática e formal com o livro. [Por outro lado,] o “contexto”, ou o “mundo real”, é ele mesmo textualizado de várias formas, e mesmo que alguém acredite que a questão da crítica é mudar o mundo, e não meramente interpretá-lo, tanto o processo quanto os resultados dessa mudança são atravessados por problemas textuais. Vida social e vida individual são partes de uma estrutura textual, cujo envolvimento com processos textuais é mais profundo e complicado do que a imaginação histórica poderia supor. (LaCAPRA, 1994: 26).

Entretanto, LaCapra não concorda com a ideia de que não há nada fora do texto; pelo contrário, há uma leitura apropriativa e altamente seletiva voltada a criticar oposições binárias sustentadas por opções historiográficas pouco atentas ao texto, conforme explica Eduardo Ferraz Felipe (2014) ao comentar *History, Literature, Critical Theory*, trabalho mais recente de Dominick LaCapra sobre as tênues fronteiras entre história, literatura e crítica literária, publicado em 2013. Essa postura de LaCapra em relação à distinção dentro e fora do texto é oriunda da leitura e apropriação do autor dos conceitos de Derrida. Aliás, a ruptura com o paradigma saussuriano de linguagem e adoção das teses derrideanas também são marcas significativas do momento vivido pela historiografia nos anos 1970 e 1980, auge do *linguistic turn*.

Assim como Hayden White, Dominick LaCapra é bastante favorável à instrumentalização dos recursos da teoria literária pela história, assim como os estudos e conclusões do segundo também convergem em vários pontos com as teses do primeiro. Ambos questionam a rigidez das definições disciplinares que separam a história dos demais âmbitos do saber, especialmente da literatura e da filosofia, conforme informa José Antonio Vasconcelos (2005). Tanto LaCapra quanto White rejeitam a concepção positivista de ciência na historiografia, e por diversas vezes LaCapra ressalta a importância do trabalho de White, dizendo, por exemplo: “justificadamente tem sido visto como um corretivo necessário à ênfase da historiografia moderna em modos de explicação calcados nas ciências naturais e sociais” (LaCAPRA *in*

VASCONCELOS, 2005: 57). Vasconcelos ainda destaca que White, com sua abordagem formalista, teria ido buscar nos textos, e não nos contextos, uma base a partir da qual pudéssemos explicar a realidade histórica, invertendo a hierarquia tacitamente assumida nas obras historiográficas, o que pode ser identificado como um ponto de diálogo entre ambos os autores. Contudo, LaCapra critica White por ter mantido o anseio metafísico pela presença de um significado determinado em seus objetos de estudo, de maneira que, White não teria conseguido ultrapassar o quadro conceitual o qual objetiva subverter (VASCONCELOS, 2005: 57).

Dominick LaCapra publicou em 1998 o livro *History and Memory after Auschwitz*, no qual analisa as interações entre história, memória e as preocupações ético-políticas imbricadas nesse debate, conforme surgiram no período posterior ao holocausto. Como já mencionado, o Holocausto tem sido um grande desafio para os historiadores, pois, ele põe em xeque as diversas formas de representação historiográfica, pondo à prova a aplicabilidade e abrangência de cada teoria ou corrente de produção da narrativa histórica. Esse evento é bastante problemático de ser analisado, porque além da sua comprovada magnitude em termos políticos, econômicos e sociais gerada na própria época, os desdobramentos, consequências e inflexões do evento ainda são sentidos, inclusive há ainda sobreviventes que guardam na lembrança a memória de cenas do massacre.

Durante os anos 1980 e 1990, quando se pôs em debate o Holocausto havia certo consenso de que o tema ainda era bastante sensível, nas palavras de Hartog, “o passado não havia passado” (HARTOG, 2013: 25), ou seja, era um passado que ainda se fazia presente porque seus reflexos ainda eram sentidos, especificamente no Ocidente. Chris Lorenz apresenta a alegoria de “passado quente”, com qual pode-se pensar a questão do holocausto, onde há a necessidade de esperar que o terreno esfrie até que se possa caminhar e trabalhar com segurança (LORENZ, 2017).

LaCapra examina as relações entre história e memória e como ambas foram postuladas por diferentes historiadores e teóricos, além de investigar as implicações sociais e políticas inerentes à temática em questão. O autor também fornece uma abordagem crítica e analítica específica para o problema

da representação historiográfica de situações traumáticas. O trauma e a forma como a historiografia lida com sua assimilação e representação é o fio condutor da análise de LaCapra. Para pensar esse assunto, o autor parte de estudos especificamente sobre o Holocausto, ao qual ele se refere como *Shoah*. Este, por sua vez, é um fenômeno complexo, principalmente na perspectiva da intersecção entre história e memória, caminho em que o autor entende que os historiadores ainda estão tentando aprender a trilhar. O autor ainda explora as possibilidades de outras linguagens representarem tais eventos traumáticos, e toma como base de sua investigação e análise a película cinematográfica *Shoah*, 1985, do diretor Claude Lanzmann; e as obras literárias *Maus*, 1980, e *A Queda*, 1956, escritas por Art Spiegelman e Albert Camus, respectivamente.

O autor procura, especialmente, apresentar a sua concepção sobre as relações entre história, memória, ética e política. E compreende que para articular tais questões com qualidade e profundidade se faz necessário lançar mão dos dispositivos de investigação e análise característicos da psicanálise, que lida com questões como a passagem de transferência para o ato e processamento, que estão intimamente ligados com o luto e outras formas de ação social necessários a capacidade de lembrar de uma maneira desejável. LaCapra estabelece o conceito de “sublime negativo”, o qual articula com a ideia de secular sagrado, onde procura delinear formas distintas de sublime, o sublime imanente e o sublime transcendente, remetendo-se aos conceitos trabalhados por Immanuel Kant e Edmund Burke. LaCapra toma como paradigma desse sublime negativo um discurso proferido por Heinrich Himmler, em Posen – cidade localizada na atual Polônia -, em outubro de 1943, destinado a membros do alto escalão da SS, esse discurso constitui um importante documento que escancara a transgressão e excesso sem precedentes do tratamento dado aos judeus pelos nazistas, o que para LaCapra configura a declaração paradigmática dessa sublimidade negativa. A partir da utilização do conceito de sublime realizada por Saul Friedlander, LaCapra identifica três implicações diretas: uma ruptura ou bloqueio de compreensão; uma inundação do sistema ou um excesso potencialmente traumático, angústia, terror ou pelo menos algo além da compreensão, como sugere Kant, a apreensão perturbadora do que não pode ser entendido; e a

exaltação, o júbilo, ou ainda o conceito de *rausch*, algo como uma exaltação extremada (LaCapra, 2009: 49).

Um tema bastante caro ao texto de LaCapra é a relação da história com a memória, e o autor identifica que o estudo desta recebeu grande influxo durante a década de 1970 após a década de 1980, depois da publicação da coleção *Lieux de Mémoire*, pelo historiador Pierre Nora. Outro historiador, François Hartog (2013), também nota o mesmo processo de ebulição nos estudos sobre memória e a expansão do interesse e investigação sobre os “lugares de memória”. O estabelecimento de lugares de memória gerou intensos debates, sobretudo no tocante às suas implicações políticas e éticas que permeiam a formação de identidade determinado grupo ou povo, especialmente quando se trata de lugares de memória do trauma, e o trauma, por sua vez, aciona ao mesmo tempo dois dispositivos psíquicos: a lembrança e o desejo do esquecimento.

LaCapra indica que o trauma produz um lapso ou ruptura na memória que interrompe a continuidade com o passado, colocando a identidade em questão ao ponto de sacudi-la. Esses impasses sobre a representação do trauma levaram Claude Lanzmann a estabelecer o termo *non-lieux de mémoire*, que numa tradução literal seria o “não-lugar de memória”, haja visto esse caráter de negação presente também como uma das facetas consequentes de eventos traumáticos. LaCapra reproduz as críticas apresentadas por Charles Maier, que questiona a produção de lugares de memória em determinadas localidades, especialmente por questões éticas e políticas que levam à criação de lugares de memória para um grupo em detrimento de outro, e utiliza como exemplo os museus e memoriais ao Holocausto presentes nos Estados Unidos enquanto para cultura americana seria mais acertado, na opinião do autor, o estabelecimento de lugares de memória com uma ligação direta que possa ser imputada como responsabilidade daquele próprio país, como a escravidão de africanos e seus descendentes e o genocídios dos índios nativos americanos. A perspectiva proposta por Maier reflete o âmbito profundamente político imbricado na discussão e a utilização da memória e da história tanto para a superação do passado e quanto para orientação do futuro. LaCapra compreende que “a

crítica de Maier serve como um lembrete de que outro tipo de memória é mais desejável, exigindo o tipo de trabalho de memória que Freud relacionou com a elaboração do passado. Nesse sentido, a memória existe não apenas no pretérito, mas também no presente e no futuro” (LaCAPRA, 2009: 29).

O autor também saliente a influência que os estudos sobre memória trouxeram para a história, a partir da expressiva demanda da tomada de depoimentos de testemunhas dos eventos para a construção da representação narrativa histórica. Ele analisa as formas e implicações que isso traz, bem como as avaliações que devem ser feitas e matizes que necessitam ser observadas com a atenção nessa abordagem. Vale lembrar que os apontamentos sobre a utilização de depoimentos de testemunhas para a configuração do discurso histórico, bem como o peso que a voz testemunhal traz para a história desde o princípio de suas abordagens e a formação da disciplina, além das formas adequadas para a representação de eventos traumáticos, em específico o Holocausto, estão já postos, também nos textos polemizados de Hayden White e Carlo Ginzburg, publicados no livro organizado por Saul Friedlander (1991).

Quanto a concepção de memória em relação à história, LaCapra percebe uma oposição binária entre memória e história, que tem ocupado um lugar dominante nas discussões recentes. Ora são apresentadas visões que pretendem valorizar a história sobre a memória e o outro, ora são elaboradas teses inclinadas para o lado oposto. Segundo ele, para Nora, a memória e a história longe de serem sinônimos, são opostos. E que, na verdade, “é a própria moda da percepção histórica que, graças à mídia, foi prodigiosamente dilatada, substituindo herança da memória da herança de sua própria intimidade pelo efêmero filme da notícia” (LaCAPRA, 2009: 32). No entanto, LaCapra discorda dessa visão e concebe que a memória não é idêntica à história, porém também não é o seu oposto. O relacionamento entre elas pode variar com o tempo, mas não como uma função de uma oposição categórica entre “nós” e “eles”. E o problema de sua interação concreta e desejável é simplificado por uma estreita oposição entre os dois. De acordo com o autor, a memória é uma fonte fundamental para a história e mantém um relacionamento complicado com fontes documentais. E mesmo com suas falsificações,

supressões, deslocamentos e negações, a memória pode se tornar a informação, não em termos de uma representação empírica exata de seu objeto, mas como a recepção e assimilação. Além disso, destaca o autor, é claro que a história serve para questionar e testar a memória de maneira crítica e para especificar o que é empiricamente preciso ou tem um *status* diferente, mas possivelmente importante. Portanto, uma vez que a história perde o contato com a memória, ela tende a lidar com questões mortas que não mais atraem interesse ou investimentos avaliativos ou emocionais, conclui o autor (2009: 33-34). A intenção do autor em fomentar e analisar essa discussão é gerar uma nova rede de relações de acesso à memória e história que permita diferentes posições subjetivas e modos de ação. Ele destaca que elaborar o passado de qualquer maneira desejável terá que ser um processo, e não um estado concreto, e isso implica não em um fechamento definitivo ou um autocontrole total, mas uma tentativa recorrente e variável de relacionar uma obra de memória exata e crítica com as exigências da ação desejável no presente (2013: 59).

3.4. Desdobramentos

As propostas de Hayden White alcançaram grande repercussão nas ciências humanas, destacadamente em história e nos estudos literários. Muitas foram as consequências diretas e indiretas dessa nova forma de compreensão da escrita histórica, e aqui quero destacar brevemente dois autores que evidenciam a força e contundência da perspectiva oferecida por White e da adoção da crítica literária feita pela história: David Harlan, Linda Hutcheon. Pensar nos desdobramentos da obra de White tem grande valia para se averiguar a prática historiográfica, tendo em vista a afirmação de Clifford Geertz de que “se você quer compreender o que é a ciência, você deve olhar, em primeiro lugar, não para as suas teorias ou as suas descobertas, e certamente não para o que seus apologistas dizem sobre ela; você deve ver o que os praticantes da ciência fazem” (GEERTZ, 2008: 4).

Harlan publicou um proeminente artigo, no ano de 1989, na *American Historical Review*, a principal revista acadêmica de história dos Estados Unidos, país onde viveu Hayden White e, automaticamente, alcançou maior projeção. Neste ensaio, Harlan discute como a entrada da crítica literária nos estudos históricos atingiu o corpo de produção historiográfica americano e reflete sobre as consequências desse novo entendimento sobre a história.

Linda Hutcheon é um dos nomes de maior destaque nas investigações sobre a pós-modernidade, seu livro *A poética do pós-modernismo*, publicado originalmente em 1988, edição em português de 1991, tornou-se referência para o estudo da narrativa na perspectiva da pós-modernidade. A autora que atua, principalmente, na crítica e teoria literária, elabora o conceito de “metaficção historiográfica”, o qual apresenta grande influência exercida pela teoria tropológica e demais asserções de White.

3.4.1. David Harlan e o debate nos Estados Unidos

David Harlan entende que o retorno da literatura para as ciências humanas foi orquestrado, em princípio, por Ferdinand de Saussure “com sua insistência em que a linguagem constitui e articula a realidade, ao invés de

refleti-la ou expressá-la”, e explica também que “o significado tornou-se uma função do sistema linguístico, com suas regras fixas e pares de oposições, ao invés de algo a ser descoberto na natureza ou no passado”. Tal perspectiva teve domínio até os anos 1960 com o surgimento do chamado pós-estruturalismo, que representava uma tentativa de mudança, uma tentativa de alteração do paradigma linguístico saussureano, substituindo um sistema “firme, estável e fechado, por uma concepção de linguagem instável, aberta e proteica”. Os pós-estruturalistas, representados principalmente pelos seus expoentes Derrida, Foucault e Barthes, direcionaram suas críticas primeiramente para o entendimento saussureano do signo como a união entre uma palavra (o significante) e a ideia ou objeto por ela representado (o significado), para esses teóricos “esta unidade presumida não passa de uma ficção: os significantes não estão ligados aos significados; eles meramente apontam para outros significantes” (HARLAN, 2014: 14).

Se o signo e a referência foram as primeiras vítimas do pós-estruturalismo, a narrativa foi a segunda, é o que entende Harlan, tendo em Hayden White a base para esse pensamento. O autor explica que os historiadores por muito tempo acreditaram em uma narrativa histórica que apresentava um sentido fixo e determinável, e que era possível adentrar à narrativa e “experienciar toda a concretude e particularidade do autor”, pensando que a investigação do contexto fosse a chave para decifrar o texto. Contudo, segundo Harlan, “essa noção tradicional de narrativa foi fatalmente comprometida pela fuga dos significantes de seus significados controladores e de seu sistema de oposições subjacente” (2014: 15).

Havia um grande medo por parte dos historiadores de que a inserção da crítica literária nos estudos históricos lhes tirasse a autonomia da investigação e epistemologia, e principalmente, acabasse por arrancar de vez a história do seu posto de ciência e a colocasse como um mero gênero literário, e consideravam, obviamente, aquele como um campo superior a este. Harlan escancara esse medo dos historiadores com uma passagem que chega a ser irônica – tendo aqui a concepção do termo em seu sentido mais raso. O autor diz:

Historiadores são pessoas céticas. Para eles cada um deveria guiar-se confiando no próprio nariz, como um cão de caça. Eles receiam que, uma vez deixando-se distrair por uma teoria, eles passarão seus dias a vagar por um labirinto cognitivo do qual não encontrarão o caminho que os conduza à saída. A crítica literária é certamente o pior destes labirintos, especialmente em sua versão pós-moderna. Os historiadores desviam seus olhos, mas o pouco que veem confirma seus mais terríveis temores: a teoria literária é esotérica, subversiva, anarquista – algo que se deveria evitar como uma questão de higiene intelectual (HARLAN, 2014: 16).

A forma caricata que Harlan delineia a aversão dos historiadores americanos em relação à crítica literária chega a provocar o riso. Mas a despeito disso, Harlan tinha plena consciência da seriedade de suas afirmações, e informa ainda que esse medo era em parte por considerarem a crítica literária como um modismo e uma invasão estrangeira.

[...] pessoas de senso comum tipicamente consideram a teoria literária como profissionalmente indecorosa, politicamente sem efeito, moralmente niilista, cognitivamente inconsequente, estilisticamente hedionda e intelectualmente perigosa. Ela é percebida como uma invenção estrangeira (especialmente francesa), uma moda passageira, uma sacola de truques facilmente domesticável, e uma tentação inexplicável para os jovens (HARLAN, 2014: 16).

A despeito de toda ojeriza dos historiadores americanos pela crítica literária, Harlan identifica, também, que “a crítica literária pós-moderna tornou-se tão poderosa e influente numa série tal de disciplinas, e levantou um número tão grande de questões perturbadoras acerca dos fundamentos conceituais da própria história, que os historiadores não podem mais ignorá-la” (2014: 17), e essa força teve especial presença na história intelectual. O autor apresenta a continuidade no debate e os principais entraves sendo protagonizados pelo lado dos estruturalistas, ou ainda, contextualistas, por Skinner e Pocock, enquanto do lado oposto, Harlan põe Ricoeur, Gadamer e LaCapra como intelectuais que deram continuidade ao pensamento pós-estruturalista. José Antonio Vasconcelos, em *Quem tem medo de teoria? A ameaça pós-modernismo na historiografia americana*, publicado em 2005, descreve com primazia o embate na *American Historical Review* acerca da teoria da história e a ascensão da crítica literária que pôs a questão narrativa em destaque do debate da historiografia.

David Harlan sugere uma abordagem do passado que possa servir como uma alternativa ao que ele identifica como “contextualismo radical”. Porém não como “algum novo paradigma disciplinar que fundamentaria e legitimaria uma metodologia universal, mas meramente como uma abordagem entre outras”. Sabendo que a ideia não é exatamente inovadora, ele indica que ela se justifica porque entende que não tenha sido bem compreendida nas discussões recentes. Harlan propõe “uma abordagem que abandonasse a tentativa de recuperar a intenção do autor, que fosse comparativa e não contextualista, que dissesse respeito não à busca das origens textuais, mas à recolocação de textos históricos” (2014: 51). A influência da crítica de Nietzsche continua presente, e Harlan evoca Aby Warburg para ressaltar a importância de uma história voltada para o presente e para o futuro, e não para o passado – por mais paradoxal que isso possa parecer. Harlan informa que para o historiador da arte alemão “o significado desdobra-se em frente ao texto, e não detrás dele. Textos não apontam para trás, para o contexto histórico ou para as intenções putativas de seus autores já mortos; eles apontam para frente, para as possibilidades ocultas do presente” (2014: 52).

Para Harlan, os historiadores deveriam aceitar que a história, assim como as demais ciências humanas, não detém uma formalização metodológica hegemônica e demonstrável, e a tentativa de empreender tal formalização não resulta em nada de útil. O autor justifica esse entendimento com base nos “recentes desenvolvimentos em crítica literária e filosofia da linguagem”, que por sua vez, “têm de fato solapado a crença num passado fixo e determinável, negado a possibilidade de recuperação da intenção do autor, e desafiado a plausibilidade da representação histórica” (2014: 59). A conclusão de Harlan é enfática, e, além de evidenciar a relação de débito com a crítica nietzschiana, é a passagem mais conhecida da posição do autor frente ao debate em questão:

Se nos perguntarmos “o que é uma escrita histórica?”, a resposta só pode ser “há este tipo de escrita da história, e este tipo, e então novamente este tipo”. Se tal entendimento pudesse alcançar uma aceitação, ainda que relutante, da profissão histórica, poderia ser aberto um espaço no qual um outro tipo de história intelectual pudesse ser escrita, uma história que dissesse respeito não a autores mortos, mas a livros vivos, não a um retorno de escritores antigos a seus contextos históricos, não à reconstrução do passado, mas fornecendo um meio crítico

pelo qual os trabalhos valiosos do passado possam sobreviver a seu passado – possam sobreviver a seu passado de modo a falar-nos sobre nosso presente. Pois é somente assim que poderemos esperar algum dia vermos a nós mesmos e a história de outra forma (HARLAN, 2014: 60).

3.4.2. Linda Hutcheon e a metaficção historiográfica

Linda Hutcheon é uma pesquisadora canadense, professora na Universidade de Toronto, renomada crítica literária e tem papel de destaque quanto à análise da moderna teoria literária. É notadamente conhecida pelo seu trabalho acerca da pós-modernidade e a literatura, sendo referência no assunto.

Em *Poética do Pós-Modernismo: história, teoria, ficção* (1991), Hutcheon apresenta o conceito de metaficção historiográfica, no qual analisa a produção da narrativa historiográfica e as narrativas ficcionais, partindo do pressuposto que ambas são discursos em prosa carregados de semelhanças. Às quais ela investiga, e, embora, a pós-modernidade não tenha balizas temporais exatas, Hutcheon não descarta eventos e movimentos ocorridos na segunda metade do século XX como fundamentais para o pensamento pós-estruturalista que se convencionou por pós-modernidade e a forma que isso influenciou na perspectiva literária, seja no campo da ficção ou da história. Ao associar a narrativa ficcional à narrativa historiográfica devido aos seus elementos estruturais (textuais, portanto), Hutcheon claramente dialoga com as ideias de Hayden White, dando continuidade, por assim dizer, ao trabalho do pesquisador americano e avançando na discussão sobre história e literatura.

As recentes leituras críticas da história e da ficção têm se concentrado mais naquilo que as duas formas de escrita têm em comum do que em suas diferenças. Considera-se que as duas obtêm suas forças a partir da verossimilhança, mais do que a partir de qualquer verdade objetiva; as duas são identificadas como construtos linguísticos, altamente convencionalizadas em suas formas narrativas, e nada transparentes em termos de linguagem ou de estrutura; e parecem ser igualmente intertextuais, desenvolvendo os textos do passado com sua própria textualidade complexa (HUTCHEON, 1991: 142).

A metaficção historiográfica tem como característica a problematização de personagens e/ou eventos históricos tidos como “verdadeiros” através da narrativa. O ponto fulcral da definição da metaficção historiográfica, portanto, é a auto-reflexividade da narrativa motivada pelo questionamento das “verdades históricas” que individualizam e assinalam tais personagens e acontecimentos.

Mas esses também são os ensinamentos implícitos da metaficção historiográfica. Assim como essas recentes teorias sobre a história e a ficção, esse tipo de romance nos pede que lembremos que a própria história e a própria ficção são termos históricos e suas definições e suas inter-relações são determinadas historicamente e variam ao longo do tempo (HUTCHEON, 1991: 142).

É necessário salientar que, assim como Certeau propõe sobre a história, também a ficção - e por extensão a literatura - é calcada em um sistema de referências próprio, e alterar a base desse sistema de referências tem implicações sobre toda a disciplina ou área de estudo/conhecimento. O romance realista do século XIX convencionou-se à narração dos costumes urbanos contemporâneos, como a vida íntima e a pública, através de perspectivas naturais ou culturais, contudo, o influxo das correntes pós-estruturalistas, especialmente em relação aos estudos pós-coloniais e a crítica feminista alteraram significativamente as ciências humanas, e automaticamente, também a literatura, e portanto, o romance contemporâneo, que se viu forçado a mudar a perspectiva da forma discursiva, desconstruindo padrões instituídos na teia social de representação que se propõe realista quanto a personagens e sociedade, adquirindo ainda mais olhares plurais e posicionados em lugares sociais múltiplos.

O século XIX deu origem ao romance realista e à história narrativa, dois gêneros que têm em comum um desejo de selecionar, construir e proporcionar autossuficiência e fechamento a um mundo narrativo que seria representacional, mas ainda assim distinto da experiência mutável e do processo histórico. Atualmente, a história e a ficção compartilham uma necessidade de contestar esses mesmos pressupostos (HUTCHEON, 1991: 145).

Nesse contexto, a metaficção historiográfica assume o compromisso de contrastar com a visão hegemônica através do embate contra as visões periféricas e subalternas, ressaltando o caráter narrativo que possui a história.

Seus personagens assimilam a condição *descentralidade* da narrativa, e diferente da proposta de Lukács para o romance histórico (2011), não há aqui a representação de um *tipo* generalizante que pode ser aplicado ao cidadão comum daquele tempo e lugar representado, na metaficção historiográfica os personagens assumem forma específicas, ressaltando a pluralidade e diversidade de olhares e perspectivas, haja vista que são personagens periféricos ao centro da ação tida como histórica.

Lukács achava que o romance histórico poderia encenar o processo histórico por meio da apresentação de um microcosmo que generaliza e concentra. Portanto, o protagonista deveria ser um tipo, uma síntese do geral e do particular, de "todas às determinantes essenciais em termos sociais e humanos". A partir dessa definição, fica claro que os protagonistas da metaficção historiográfica podem ser tudo, menos tipos propriamente ditos: são os ex-cêntricos, os marginalizados, as figuras periféricas da história ficcional. Até os personagens históricos assumem um status diferente, particularizado e, em última hipótese, ex-cêntrico. A metaficção historiográfica adota uma ideologia pós-moderna de pluralidade e reconhecimento da diferença; o "tipo" tem poucas funções, exceto como algo a ser atacado com ironia. Não existe nenhuma noção de universalidade cultural (HUTCHEON, 1991: 151).

Dessa forma, a metaficção historiográfica tem em sua frente um paradoxo, pois, se propõe a representar um fato que é notório por ser histórico, porém "negando sua veracidade", ora, para a metaficção historiográfica não existe apenas uma verdade histórica, mas sim verdades, no plural, com diferentes olhares e perspectivas. Linda Hutcheon lembra que para Northrop Frye (1957), a arte era hipotética, e não real - ou seja, formulações verbais que imitam proposições da realidade; os estruturalistas afirmavam que a literatura não é um discurso que possa ou deva ser falso, é um discurso que, precisamente, não pode ser submetido ao teste da verdade; ela não é verdadeira nem falsa, e não faz sentido levantar essa questão: é isso que define seu próprio status de "ficção" (HUTCHEON, 1991: 146). Mesmo Ginzburg, que tem uma conhecida polêmica com Hayden White, concorda que o objeto histórico é inatingível e apenas alcançado através dos indícios com os quais o historiador irá *conjecturar* e construir a narrativa (GINZBURG, 1989: 155). Muitos historiadores utilizaram as técnicas da representação ficcional

para criar versões imaginárias de seus mundos históricos e reais, afirma Hutcheon (1991: 143). Como já propôs Hayden White, a história também corresponde a uma ficção, uma sequência linear construída textualmente em forma de prosa que se pretende realista e a partir de visões subjetivas. E a veracidade contida dentro dessa narrativa acontece tacitamente através da verossimilhança e do “pacto do leitor”. Hutcheon também dialoga com Paul Veyne e defende que ao considerar a história como “um verdadeiro romance”, Veyne está indicando as convenções que os dois gêneros têm em comum: a seleção, a organização, a diegese, a anedota, o ritmo temporal e a elaboração da trama. Mas isso não quer dizer que a história e a ficção façam parte da “mesma ordem de discurso” (HUTCHEON, 1991: 148).

3.5. Recepção de Hayden White no Brasil

Para pensar a recepção das obras de Hayden White no Brasil é necessário primeiro pensar o cenário da produção historiográfica nacional no período das publicações do americano, bem como traçar um panorama sobre as correntes de pensamento teórico-metodológicas adotadas na universidade brasileira. E a esse fim, cabe o artigo do professor Ronaldo Vainfas, *História Cultural e Historiografia Brasileira*, publicado pela revista *História: Questões & Debates*, em 2009.

O artigo *História Cultural e Historiografia Brasileira* é oriundo da conferência de abertura em comemoração aos 25 anos da revista *História: Questões e Debates*, da Universidade Federal do Paraná, em 2005. Nesse trabalho, Vainfas faz uma breve análise sobre a produção historiográfica brasileira recente nos programas de pós-graduação, dando especial atenção à produção denominada “nova história brasileira”, ligada às questões das mentalidades e cultura, uma historiografia identificada com a Nova História - que passou a se praticar no Brasil em fins do século XX – inspirada em autores como Le Goff, Ginzburg, Thompson, Chartier, Duby, etc.

Vainfas inicia o texto partindo dos primórdios da historiografia brasileira, localizada no século XIX, e cita os trabalhos do alemão Karl Von Martius, *Como escrever a história do Brasil* e ainda *História Geral do Brasil*, de Varnhagen. Estas obras, por sua vez, estão bem marcadas pelo período em que foram escritas, mas ainda assim deram importantes contribuições para os estudos da cultura do país. A partir deste impulso, sociólogos e antropólogos como Gilberto Freyre iniciaram os estudos da cultura a partir da perspectiva da “fusão das raças”, dando destaque para a participação portuguesa em detrimento da africana.

O autor traz o trabalho de Laura de Mello e Souza, que no livro *Aspectos da Historiografia da Cultura sobre o Brasil Colonial*, elenca fases do que ela chama de História da Cultura no Brasil:

1ª fase: Ensaaios Formativos – 1907 a 1936. Capistrano de Abreu; Paulo Prado; Alcântara machado; Gilberto Freyre; Sergio Buarque de Hollanda (*Raízes do Brasil*).

2ª fase: Delimitação do objeto História da Cultura – 1945 a 1959. Fernando de Azevedo; Antonio Cândido; foco em Sergio Buarque de Hollanda (*Monções, Caminhos e Fronteiras, Visão do Paraíso*).

3ª fase: Transição entre História da Cultura e História das Mentalidades – 1967 a 1986. Maria Beatriz Nizza, Anita Novinsky, Evaldo Cabral de Mello.

4ª fase: Historiografia contemporânea dedicada ao período colonial – historiografia da década de 1990. História da Cultura no Brasil se consolidou como história das mentalidades.

Laura não se prende a definir o conceito de cultura, nem Vainfas, porém simpatiza com a noção de cultura como “jaula flexível”, de Carlo Ginzburg, e de “teia de significados”, de Clifford Geertz (VAINFAS, 2009). Embora sejam perspectivas diferentes, ambas apontam para um conceito de História da Cultura como História Antropológica. Vainfas não concorda totalmente com a periodização de Laura Mello e Souza, e principalmente que a História das Mentalidades seria mesmo o ponto de chegada da História da Cultura (VAINFAS, 2009). Seguindo os indicativos de Laura Mello, esses trabalhos e/ou autores por melhores que tenham sido não podem ser considerados precursores da historiografia que viria a ser praticada nos anos 1970 e 1980, tanto porque aqueles autores visavam pensar o Brasil – em passado, presente e futuro – e não fazer pesquisas monográficas ou teses. Além disso, o quadro teórico-metodológico era bastante díspar de um para outro.

No período da ditadura civil-militar, os programas de pós-graduação de História adquiriam forte caráter político (uma forma de oposição permitida), as pesquisas, ainda, estavam bastante atreladas ao marxismo ou vertentes marxistas de cunho economicista. Desse modo, a produção sobre mentalidades que se realizava na Europa, especificamente na França, aqui foi relegada, sendo aproveitada apenas anos mais tarde. Autores como Le Goff, LeRoy Ladurie e Duby, demoraram a ser traduzidos e mais ainda a serem inseridos com força nos programas. As pesquisas de Foucault, por exemplo, sobre sexualidade, loucura, prisões, etc. foram primeiro estudadas nas Ciências Sociais e Psicologia do que na História. Se os estudos franceses sobre mentalidades demoraram a penetrar em solo tupiniquim, mais ainda os

trabalhos histórico-antropológicos de inspiração marxista ingleses, de autores como Christopher Hill e E. P. Thompson, ou ainda a micro-história italiana de Carlo Ginzburg (VAINFAS, 2009).

O caráter ideológico do meio intelectual oferecia barreiras à entrada de novos estudos – alguns nem tão novas assim, pois, já estavam consolidados em seus locais de origem – mas, com o avanço dos programas de pós-graduação e a crise na ditadura civil-militar, favoreceram a entrada efetiva dos estudos das mentalidades, dispensando a necessidade do compromisso ideológico. Com o surgimento dessa “Nova História Brasileira”, obviamente viriam críticos apontar suas faltas em relação à luta de classes. Jacob Gorender e Ciro Flamarion Cardoso, por exemplo, acusaram essa nova história de ser descompromissada com os questionamentos e combate ao que embasava o sistema de opressão, a saber: o capital e a propriedade privada. Acusaram ainda de ser um mero modismo europeu e de causar a fragmentação e pulverização da História, e de dar uma desmedida atenção a temas considerados por eles irrelevantes. E não raro também a taxavam de reacionária (VAINFAS, 2009).

No fim dos anos 1980, se intensificou o debate sobre essa nova história praticada no Brasil inspirada na história das mentalidades francesa, história cultural inglesa, e micro-história italiana. E havia certa confusão quanto ao entendimento dessas linhas, suas possibilidades, propostas e limitações. De modo que a micro-história, mesmo estando sempre presente nos debates, não teve a mesma presença nas produções propriamente ditas dessa nova história e mesmo os historiadores praticantes dessa nova história se esquivavam da micro-história. A confusão e falta de compreensão constante no debate se deu, principalmente, pelo atraso com que essas ideias tiveram para chegar até aqui. As barreiras político-ideológicas da historiografia brasileira do período ditatorial fizeram com que esses novos atores entrassem em cena simultaneamente, dificultando, assim, aos observadores a percepção de suas diferentes matizes.

Ainda conforme Ronaldo Vainfas, tendo sido modismo ou não, isso é o que menos importa, visto que modismos e tendências existem em todas as áreas, e na historiografia não seria diferente. E o trabalho do historiador não é celebrar ou condenar esta ou aquela tendência, mas antes tentar entendê-la,

contextualizá-la, observar suas condições de produção, e também sua recepção no meio acadêmico, e, sobretudo, buscar resultados concretos que melhor nos ajudem a compreender as várias faces de nossa história (VAINFAS, 2009).

O historiador Temístocles Cezar estuda os primeiros efeitos do giro linguístico na historiografia brasileira no artigo, publicado em 2015, *Hamlet Brasileiro: ensaio sobre giro linguístico e indeterminação historiográfica (1970-1980)*. Nele, o autor retoma a alegoria do Hamlet europeu, meditando sobre a vida e a morte no balcão de Elsinore enquanto observa milhares de espectros. A partir dessa passagem escrita por Paul Valéry, que também foi utilizada por François Hartog em *Regimes de Historicidade* (2013), Cezar discute a noção de espectro, sendo este uma assombração, um fantasma, é a encarnação metafórica dos receios e medos coletivos ou individuais de uma sociedade. No caso em questão, o espectro que rondava a historiografia (e também o marxismo) era a relatividade. White, por sua vez, trazia em suas teorias o estigma desse fantasma que assustava a academia brasileira, além de ser visto como um *outsider* da disciplina que trazia perigosas teses da crítica literária pós-estruturalista que poderiam abalar a sua estrutura epistêmica. Cezar, quando indica o aparecimento de White dentro da produção de Costa Lima, em 1988, destaca que o tom espectral das propostas do americano estava ali arrefecido. Contudo, Cezar não menciona o fato de que Costa Lima também era um *outsider*, afinal, vinha da teoria e crítica literária, e não propriamente da história. O autor ainda apresenta breves comentários da argumentação que Ricardo Benzaquen de Araújo direciona ao texto de Costa Lima sobre White e a questão da narratividade na história, no qual se observa o início do incipiente debate voltado ao tema.

Pensando agora especificamente na entrada de Hayden White na academia brasileira, o professor Fábio Franzini publicou em 2017 uma pesquisa sobre a chegada e inserção das ideias e publicações de White no país. Para a sua pesquisa, se valeu das contribuições de Richard Vann, que fez um estudo quantitativo das reações de historiadores e outros intelectuais aos vários trabalhos sobre historiografia e teoria da história escritos por White entre 1973 e 1993, tendo encontrado mais de mil citações ao autor. As

menções à obra de White, como era de se esperar, aparecem majoritariamente no campo da história, contudo, uma curiosidade interessante é que não se limitam apenas a essa área, sendo o autor mencionado em publicações das áreas de administração, antropologia, história da arte, biografia, comunicações, cinema, geografia, direito, psicanálise e teatro, de modo que Vann indica que White possa ser talvez o historiador mais amplamente citado da contemporaneidade (FRANZINI, 2017).

Fabio Franzini apresenta um comentário de Herman Paul - professor na Universidade de Leiden, Holanda, que publicou um livro dedicado à obra do historiador americano – que diz: “White levantou uma série de difíceis questões [para os historiadores], perturbando o sono tranquilo daqueles que presumiam que o único modo de se fazer história era tomando notas em um arquivo e alcançando os fatos corretamente” (FRANZINI, 2017: 230). Contudo, apesar das teses pontiagudas desferidas em direção ao meio historiográfico, Vann constatou que houve maior repercussão de White em revistas dedicadas aos estudos literários, que à historiografia propriamente, sobretudo em relação aos livros *Trópicos do Discurso* e *The Content of the Form*, que por sua vez não galgaram o mesmo impacto de *Meta-história*. E a constatação de Vann leva a inferir que para o meio historiográfico falar de Hayden White é falar de *Meta-história* e vice-versa, quando na verdade o historiador tem uma obra tão diversa quanto prolífica.

E a porta pela qual entrou o historiador Hayden White no Brasil, a despeito do que seria mais provável, não foi a história, e sim, os estudos literários. Franzini assinala que um dos responsáveis pela primeira aparição das ideias de White na academia brasileira foi o teórico da literatura Luiz Costa Lima (FRANZINI, 2017). Costa Lima, que esteve entre 1984 e 1986 na Universidade de Minnesota como professor de Literatura Brasileira, adotou a narrativa, tanto ficcional quanto histórica, como uma das principais questões norteadoras de sua reflexão e de sua obra, senão a principal, de modo que, encontrar White foi um processo – pode-se dizer – “natural”, assim como incorporá-lo aos seus trabalhos, e embora a leitura de White não tenha sido fundamental para a obra de Lima, foi crucial para a entrada do americano no

debate acadêmico brasileiro. Franzini destaca que já em 1983, na introdução do livro *O controle do imaginário*, o professor Costa Lima dizia que:

O presente livro se contenta com a dimensão preliminar da reconstituição arqueológica de um problema: os destinos da ficção, as condições a que ela teve de se submeter da época clássica até meados do século XIX, para que pudesse se apresentar como discurso legítimo. Será possível que este patamar sirva de apoio para a determinação de um conceito meta-histórico, capaz de cobrir o que chamamos literatura? (LIMA, 1983).

No correr do livro, a referência velada torna-se explícita, e Hayden White aparece como interlocutor nos capítulos sobre o romantismo e sobre Michelet. Pouco tempo depois, aconteceu no Rio de Janeiro um importante evento para inserção do debate narrativista na academia brasileira, o colóquio “Narrativa: Ficção e História”. Realizado em novembro de 1987, e promovido pelo setor de Literatura Brasileira do Instituto de Letras da UERJ – posteriormente transformado em livro -, o evento contou com a participação de um corpo multidisciplinar de autores com destaque nacional: além de Costa Lima, os filósofos Benedito Nunes, Bento Prado Junior e José Américo Motta Pessanha, os historiadores Nicolau Sevcenko e Francisco Iglésias, os antropólogos Ricardo Benzaquem de Araújo, Luiz Eduardo Soares e Luiz Felipe Baêta Neves Flores, os críticos e professores de literatura Silviano Santiago e José Miguel Wisnik e, por fim, o psicanalista Horus Vital Brasil. E é importante ressaltar o interesse e disposição desses intelectuais em ampliar as discussões acerca da narrativa para além das fronteiras das disciplinas às quais faziam parte.

Assim como constatou Vainfas, Franzini também assinala que

O momento era de consolidação da estrutura universitária nacional, graças à afirmação e expansão dos programas de pós-graduação, o que promovia também a maior profissionalização da produção historiográfica, cada vez mais diversificada em seus temas e complexa em suas abordagens; dentro desse quadro, em linhas gerais, predominava uma historiografia econômica e social influenciada, de um lado, pelos *Annales* e, de outro, pelo Marxismo, mas pouco afeita, senão refratária mesmo, às lucubrações teóricas (FRANZINI, 2017. p. 233).

Ou seja, via de regra, o corpo de historiadores das universidades brasileiras ainda era pouco familiarizado, e também pouco disposto e interessado às discussões epistemológicas da disciplina histórica.

Em 1991, foi realizada a primeira tradução para a língua portuguesa de uma obra de White, *O valor da narrativa na representação da realidade* (*The value of narrativity in the representation of reality*), por José Luís Jobim, professor do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense, e publicada como o número 3 dos Cadernos de Letras da UFF. Novamente White aparece no Brasil por meio dos estudos literários, e não da história. A segunda tradução foi do artigo *A questão da narrativa na teoria contemporânea da história* (*The question of narrative in contemporary historical theory*), apareceu no volume que reunia os números 2 e 3 da *Revista de História*, publicada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas, traduzido por Luiz Paulo Rouanet, então mestrando em Filosofia na Universidade de São Paulo. É curioso notar que os dois ensaios traduzidos para o português – publicados originalmente em 1980 e 1984, respectivamente – compuseram o livro *The Content of the Form*, que por sua vez ainda continua sem tradução para o Brasil.

Outro ponto interessante sobre a trajetória de White em nosso país, foi um comentário de Carlos Fico e Ronald Polito, o qual é visto com certa desconfiança por Franzini, e que por sua vez, reforçam o ponto levantado por Vainfas sobre a postura ideologizada da academia brasileira que levantava dificuldades para a entrada de certas discussões advindas do exterior ((VAINFAS, 2009). Segundo Franzini,

Em seu livro [*A História no Brasil (1980-1989). Elementos para uma avaliação historiográfica*], Carlos Fico e Ronald Polito aventam a hipótese de que a desconfiança política e intelectual dos brasileiros frente aos colegas que vinham dos EUA para estudar o país – os chamados *brazilianists* – gerou um “clima desgastante”, que “definitivamente não favoreceu um maior intercâmbio que poderia haver entre os historiadores brasileiros e norte-americanos, especialmente agora que começam a sobressair entre nós certos enfoques cultivados por nomes como os do historiador de Princeton R. Darnton, do professor de Estudos Históricos da Califórnia H. White, ou do músico e escritor de Nova York R. Sennett”. É uma provocação interessante, mas que necessitaria de um estudo aprofundado para verificar se se sustentaria; quanto à menção a White, é

muito difícil compreender o que os autores quiseram dizer ao afirmar que seus enfoques “começavam a sobressair” no Brasil do início dos anos 1990; ainda que já se referissem às primeiras traduções, como se mostrará adiante, o contexto me parece demasiado frágil para corroborar uma sentença tão categórica (FRANZINI, 2017: 234).

Já duas décadas depois do lançamento de *Meta-história*, finalmente, o livro é publicado no Brasil. E mais uma vez, White chega até nós por intermédio dos estudos literários e não da história. O livro foi publicado pela Edusp, com tradução realizada pelo poeta José Laurêncio de Melo, a indicação editorial veio do professor Antonio Dimas, do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da USP, e o parecer favorável à publicação foi dado por Roberto Ventura, professor de Teoria Literária e Literatura Comparada da mesma instituição. Franzini destaca que “mais uma vez, e agora em definitivo, é possível sustentar que Hayden White chega aos trópicos graças à área de Letras e não a de História, algo que também não deixa de ser muito sugestivo de *quem* lia suas obras e de *como* elas eram lidas naquele momento”. O autor também apresenta um trecho do parecer que autorizava a publicação e diz que “não por acaso, o parecer de Ventura destacava que a obra, fundamentada numa ‘perspectiva interdisciplinar bastante fecunda’, interessaria ‘a um público de ciências humanas e sociais que não se restringe aos historiadores’” (FRANZINI, 2017: 235)

Em 1995, *Meta-história* ganha uma segunda edição nacional, e no ínterim entre as duas publicações, Hayde White esteve no Brasil, como um dos convidados do seminário em comemoração aos vinte anos do Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV), realizado em 1993 no Rio de Janeiro. O texto de sua conferência, *Teoria literária e escrita da história*, foi depois publicado no número 13 de Estudos Históricos, a revista do CPDOC, em tradução de Dora Rocha, juntamente com as apresentações dos demais participantes do evento – René Rémond, Luciana Duranti, Charles Dollar, Pierre Sorlin e Roger Chartier. E agora, contudo, “ele não era ‘mais um em meio a tantos’ a falar sobre a narrativa”, salienta Franzini, e assevera que White passara a ser “o nome a ser ouvido sobre a escrita da História, uma vez que a cada conferencista correspondia, de certa forma, o papel de ‘voz autorizada’ a respeito de seus campos de

investigação específicos” (FRANZINI, 2017: 236). Porém, de todo modo, White continuava marcado por seu contato, no Brasil, mais com a crítica literária que com a historiografia, e tal condição é bem patente na fala de apresentação de White no evento, feita pela socióloga Helena Bomeny, que sobre Hayden White diz que “sua conexão mais estreita é com os críticos literários e com um grupo minoritário de historiadores preocupados com os desafios postos por sua reflexão para o refinamento conceitual do campo da teoria historiográfica” (BOMENY, 1994: 22)

Em 1994, a Edusp publicou *Trópicos do Discurso*, e a despeito da expectativa de Bomeny, de que White entrara de vez para o hall de debate da historiografia brasileira, o que se tem é um grande silêncio em termo editoriais sobre o autor – o que demonstra o pouco interesse da academia pelo mesmo. Novas traduções só viriam acontecer no século XXI, artigos *Enredo e verdade na escrita da história* (*Historical emplotment and the problem of truth*, 1992), que compõe a coletânea *A História escrita*, organizada por Jurandir Malerba em 2006, em tradução do historiador Carlos Oiti, e, *A questão da narrativa na teoria histórica contemporânea*, uma nova versão do ensaio *The question of narrative in contemporary historical theory*, realizada por Bruno Gambarotto para a coletânea, *Nova História em perspectiva*, organizada por Fernando Novais e Rogério Forastieri da Silva, em 2011. Fora isso, o que apareceu sobre White no Brasil forma alguns poucos artigos (e em revistas sem tanto peso acadêmico) e algumas dissertações de mestrado, todas já nos anos 2000. E não se trata de julgar a obra, mas apontar para o fato do descaso da historiografia brasileira com um autor que operou tantas mudanças no cenário internacional da discussão epistemológica da história. Sobre isso, Franzini diz que “não é de se espantar, assim, que a crítica que produzimos a Hayden White também seja demasiadamente frágil, esparsa e assistemática” (FRAZINI, 2017: 237).

A falta tanto de publicações de obras de White em português, quanto de trabalhos a respeito de suas teses dificulta sobremaneira o amadurecimento da discussão sobre a narratividade da história e as fronteiras tênues com a literatura em solo nacional. Franzini conclui que o problema, está no descaso do *establishment* da historiografia brasileira para com Hayden White, que o

reduziu a rótulos como “pós-moderno” ou “pós-modernista” – que lhes forma atribuídos de maneira pejorativas – colocando o historiador americano em uma posição de desprestígio, sendo visto como alguém a ser evitado pelo “risco” que trazia de “reduzir” a história à literatura, que de maneira tacanha é vista como um gênero menor nas áreas do conhecimento.

4. Implicações políticas e ideológicas das escolhas narrativas

A assimilação da poética histórica enquanto o processo criador pelo qual o historiador leva a cabo seu intento de descrever objetivamente e narrar realisticamente determinado evento entendido como histórico, implica numa consciência maior da história enquanto produto. Ou seja, a narrativa histórica configura-se, assim, em uma fabricação, como propôs Michel de Certeau (CERTEAU, 1982).

Associar o fazer histórico ao fazer literário de maneira alguma deslegitima o ofício do historiador. Pois, é a compreensão de que a escrita da narrativa histórica lança mão dos mesmos recursos do autor da literatura dita ficcional, no afã de inserir o leitor naquela realidade passada que chega até nós através de vestígios do passado e se torna acessível apenas textualmente. Esse processo implica não apenas maior conscientização do labor historiográfico, mas também apresenta desdobramentos de ordem política e social, impondo ao historiador tanta responsabilidade sobre o que escreve e a necessária correspondência documental quanto a perspectiva historicista em que a narrativa historiográfica pretensamente assume-se como veículo condutor da verdade histórica.

Destaque-se que a associação da história com a literatura não significa um alargamento desmedido ou irresponsável daquilo que se compreende enquanto produção histórica. Também não a diminui. Entretanto, pode-se empreender algumas observações quanto às categorias de narrativa que compõem e configuram o “passado histórico”. É necessário, então, atentar para – pelo menos - duas dimensões distintas da compreensão histórica: o entendimento da história enquanto disposição em sequência linear e cronológica dos eventos passados; e história enquanto disciplina e área do conhecimento humano, a história acadêmica, por assim dizer. Ambas se estabelecem na definição de *history*, conquanto na segunda pode ser encontrado o conceito de *story*, uma vez que é nela que reside o território textual.

As obras dedicadas ao estudo da história, ou melhor, dedicadas a temas históricos, podem ser inseridas na primeira concepção de história, enquanto

produto de uma atividade humana em determinado período (ou seja, dentro da percepção de história como organização cronológica de eventos), ou ainda, elas podem pertencer a história enquanto gênero literário e/ou narrativo. No entanto, as obras que ingressam nessa segunda concepção de história não configuram, necessariamente, parte integrante da disciplina histórica. Pois, seguindo a definição apresentada por Certeau, a história – enquanto área do conhecimento - é composta por um lugar social (campo, meio, profissão, etc.), um procedimento de análise (disciplina), e uma literatura (texto). Dentro desse procedimento de análise existem métodos, ou seja, há um rigor que define sua prática - aos quais quem escreve nesse meio deve observar.

De modo que trabalhos que se dediquem a temas históricos, porém, não atendam a esses critérios, não obtém o reconhecimento do corpo de historiadores que compõe o lugar social da disciplina, e assim, não são incensados ao rol de obras reconhecidas enquanto historiografia. Haja vista que, como indica Certeau, o reconhecimento dos pares é fundamental para a obra, lhe conferindo a legitimidade para ser incluída na disciplina histórica. Portanto, sabendo que a narrativa histórica é um gênero literário, livros que não passam pelo crivo dos historiadores podem constar como história por seguirem determinados parâmetros comuns à narrativa literária histórica, ou ainda, fazem parte do curso da história por representarem uma ação humana no tempo que impulsionou e sofreu alguma, em maior ou menor escala, inflexão social. Porém, não fazem parte da disciplina histórica por não obedecerem ou refletirem sobre a fundamentação teórica e metodológica desse campo de estudos, e por não gozarem do reconhecimento acadêmico que constitui a disciplina.

Posto isso, cabe ressaltar a importância da responsabilidade para com a crítica às fontes e os desdobramentos políticos e sociais imbricados num trabalho historiográfico. A produção historiográfica não é apenas reflexo de um determinado período, sendo uma consequência dos discursos vigentes, mas é em si um discurso próprio, e a atenção aos critérios da disciplina é fundamental para o melhor resultado. Enquanto discurso estabelecido está atrelado aos poderes políticos, econômicos e sociais correntes, e terá sua utilidade e relevância posta a partir das relações de força desses campos.

Quanto maior for o nível de consciência da produção enquanto discurso que, por sua vez, carrega as subjetividades do autor que a escreveu, e as marcas do tempo em que está inserida, e que os recursos utilizados para dar forma e existência a esse discurso são literários sob todos os aspectos, fica mais clara a noção da diversidade de olhares sobre o passado e que a verdade histórica é um poliedro multifacetado, livrando, assim, de usos e interpretações equivocadas do passado e da historiografia. E tornando a disciplina cada vez mais consciente de si e de suas responsabilidades sociais e políticas, e também mais consciente de sua própria estrutura, limitações e possibilidades.

4.1. O fardo e a interpretação política

Antes mesmo da publicação de *Meta-história*, Hayden White já apresentava ao público um de seus trabalhos mais contundentes: *O fardo da história*. No ensaio, foi publicado em 1966 pela revista *History and Theory*²⁴, White aborda a concepção acerca da consciência histórica expressada através da filosofia, e principalmente da literatura do final do século XIX e começo do século XX. Onde a história representava não um exercício intelectual capaz de fornecer respostas ao presente, mas sim um fardo a ser carregado de uma escrita que olhava para o passado e se fechava ao presente. White advoga a necessidade de mudanças na perspectiva histórica, assim como uma postura autocrítica que seja capaz de ouvir o que a arte e a ciência de seu tempo têm a dizer para e sobre a história. Encarando-a de maneira historicizada, como uma produção intelectual e sobretudo cultural que reflete o meio em que foi produzida, White explicita o caráter político imbricado na consciência histórica e nos modelos narrativos adotados para fornecer ao presente as informações sobre o passado.

Quase 20 anos depois, White lança outro artigo escancarando a força das concepções políticas da história, distinguindo entre interpretação política e política da interpretação. No ensaio *The Politics of Historical Interpretation:*

²⁴ WHITE, H. The Burden of History. *History and Theory*, n.2, 1966.

*Discipline and De-Sublimation*²⁵, publicado originalmente em 1982 na revista *Critical Inquiry*, White coloca novamente a história na esteira do tempo e analisa os efeitos implicados a ela por seu contexto de produção. O autor analisa os elementos envolvidos na transformação dos estudos históricos em uma disciplina acadêmica, quais os efeitos disso para o pensamento e reflexão sobre os eventos históricos, e também os desdobramentos políticos inerentes a esse processo. A crítica maior é referida à “domesticação” do pensamento histórico, que se mostra como uma condição essencial para a disciplinarização da história.

O *fardo da história*, foi posteriormente anexado a outros artigos que deram forma ao livro *Trópicos do Discurso*, publicado originalmente em 1978, o qual utilizo nesta pesquisa em uma edição traduzida para o português datada de 2014. Já *The Politics of Historical Interpretation: Discipline and De-Sublimation* faz parte do compilado de ensaios que compõem o livro *The Content of the Form*, de 1987, ainda sem tradução para o português. Foram escolhidos esses dois ensaios para dedicar especial atenção em função da confluência de intenções e posicionamento acerca das implicações políticas e éticas presentes no labor de plasmar o passado em forma de narrativas textuais. Ambos destacam a inescapável atribuição e expectativa sobre a história em narrar o passado em função do presente, estando, assim, entrelaçada nas relações de tensão passado-presente e inter-relacionada aos discursos, também tensionados, que configuram as construções de saber-poder.

É importante destacar que o entendimento aqui presente sobre o caráter político reivindicado, ou ainda, atribuído à história diz respeito aos princípios norteadores e organizadores do corpo social. Então, quando apontadas as implicações políticas do discurso narrativo histórico, ou mesmo da consciência histórica, tem-se em mente a capacidade que tal conteúdo expressa de fornecer subsídio tanto para a formação cultural quanto para sua dissolução. Sendo a narrativa histórica uma das ferramentas instrumentalizadas pela sociedade que a organiza e orienta, e, em última instância, a justifica.

²⁵ WHITE, H. *The Politics of Historical Interpretation: Discipline and De-Sublimation*. *Critical Inquiry*, 9, n.1, 1982.

Em *O fardo da história*, White direciona sua crítica ao modelo ainda vigente naquele período da produção histórica, e principalmente à postura dos historiadores de fugirem das críticas, ora apelando à ciência, ora apelando à arte. Quando, por exemplo, cientistas sociais atacam a metodologia empregada, apontam imperfeições nos sistemas de metáfora e nas pressuposições sociológicas ou psicológicas, os historiadores defendem-se dizendo que a história não reivindica o *status* de ciência pura, que a disciplina depende tanto de métodos intuitivos quanto analíticos, e, portanto, não deveria ser julgada a partir de modelos críticos que só podem ser aplicados às disciplinas matemáticas e experimentais. O que, por sua vez, colocaria a história no campo da arte. Contudo, quando literatos lhes “criticam a incapacidade de sondar as camadas mais sombrias da consciência humana e a relutância em utilizar modos contemporâneos de representação literária”, os historiadores tergiversam alegando que a história é uma “semiciência” e que os dados históricos não permitem a livre manipulação artística, e ainda, a forma narrativa adotada não é uma questão de escolha, mas imposição da própria natureza do discurso histórico. De modo que tal postura resulta na inimizade adquirida pela história frente às outras áreas do conhecimento. E sobre isso o autor expõe o seguinte:

Longe de ser o mediador desejável entre a ciência e a arte que ele reivindica ser, o historiador é inimigo irremissível de ambas. Em resumo, avulta em toda parte um ressentimento motivado pelo que parece ser má fé do historiador em reivindicar os privilégios tanto do artista quanto do cientista, ao mesmo tempo em que se recusa a submeter-se aos modelos críticos que atualmente vão sendo estabelecidos na arte ou na ciência (WHITE, 2014: 40).

Outro equívoco que White imputa aos historiadores é a convenção de que ciência e arte são esferas essencial e radicalmente distintas da compreensão do mundo. O autor procura ler as concepções da disciplina histórica dentro do seu devido tempo e contexto de acontecimento, e identifica que a forma convencional de se conceber a história é um produto de uma situação histórica específica, dizendo ainda que seria um “tipo de acidente histórico”, sendo o conflito analisado sobre o campo de inserção dos estudos históricos oriundo de um descompasso conceitual datado da segunda metade do século XIX e que avança até meados do século XX. White ainda qualifica

como uma das tarefas mais difíceis dos historiadores desta geração, expor o caráter historicamente condicionado da disciplina histórica, que, por sua vez, está fundada numa percepção mais de semelhanças do que diferenças entre a arte e a ciência, e isso que não significa que possa ser assinada nem por uma, nem por outra.

Depois de remontar o debate em torno da querela entre historiadores e artistas e cientistas, White entra no mérito da discussão que dá nome ao artigo, ou seja, a concepção de que a história se tornou um fardo a ser carregado. Tal conclusão foi retirada da apresentação dada à história e aos historiadores tanto em textos filosóficos quanto literários, os quais White utiliza como fonte de sua análise, e que resulta na crítica que ele faz ao modelo convencional da concepção do discurso histórico. O autor elenca vários escritores modernos (percebe-se que a utilização desse termo pelo autor remete à noção de moderno como contemporâneo, visto que os nomes apresentados têm, em sua maioria, sua produção realizada no fim do século XIX e início do século XX) que compartilham da convicção de Stephen Dedalus, personagem e alterego de James Joyce, que White enxerga como a ideia de que a história é o pesadelo do qual o homem ocidental precisa despertar se quiser servir e salvar a humanidade.

Quanto aos textos filosóficos que apresentam também a concepção de história enquanto peso, White destaca a atuação de Friedrich Nietzsche, a ponto de White dizer que “Nietzsche odiava ainda mais a história que a religião” (2014: 44). Para o filósofo alemão, na percepção do historiador americano, a história era merecedora de ódio por ser um “um luxo caro ao entendimento”, de modo que a história se fazia motivo de tanto desprezo por ser o senso da história um produto de uma faculdade que distinguia o homem do animal, no caso, a memória, e esta, também era a fonte produtora da consciência. E a consciência induzia os homens a perecer em um culto insensato dos vícios de uma falsa moralidade baseada na memória.

As obras literárias em que o autor desprende mais tempo e espaço em seu artigo para apresentar suas considerações sobre como os escritores demonstravam sua ojeriza à história que configurava um fardo para a humanidade foram *Middlemarch*, de George Eliot (pseudônimo da escritora

Mary Anne Evans), *Hedda Glaber*, de Henrik Ibsen, e *O Imoralista*, de André Gide. Todas as obras publicadas no contexto do *fin de siècle* e apresentam pesadas acusações à história através, principalmente, da caracterização de alguns personagens, mas também da força motriz que conduz a ações de alguns deles durante a trama. Em *Middlemarch*, Eliot oferece uma alegoria que denota claramente uma convicção da arte superior à história, e ainda, propõe a visão artística e o estudo histórico como âmbitos tanto opostos como mutuamente excludentes para compreensão da vida. Já Ibsen, tal qual Eliot, caracteriza a história como um “íncubo do passado”, onde a personagem *Hedda Glaber* sofre com o excesso de história. Ibsen é incisivo ao criticar a excessiva valorização de culturas do passado em detrimento do presente, e destaca as limitações culturais resultantes disso. E em *O Imoralista*, White considera que Gide é ainda mais contundente em sua revolta contra a consciência histórica, e a “oposição entre a resposta da arte ao presente vivo e o culto da história do passado morto é delineada mais brutalmente”, onde o protagonista Michel é “alguém mutilado pela precoce devoção a uma cultura historicizada, uma confirmação viva da máxima nietzschiana segundo a qual a história bane o instinto e transforma os homens em ‘sombras e abstrações’” (WHITE, 2014: 47).

Nas ciências sociais, White também observou essa hostilidade em relação à história, contudo, aqui ela se fez sentir em menor grau, e alguns sociólogos, inclusive, continuavam buscando um meio de unir a história e a ciência em novas disciplinas, as chamadas “ciências do espírito”, conforme formulou Wilhelm Dilthey, entre eles o autor ainda destaca também o papel de Max Weber e Emile Durkheim na execução desse projeto. Outros ainda, de matriz neokantiana, como Wilhelm Windelband, procuravam distinguir a história da ciência, classificando a história como um tipo de arte, que embora não pudesse fornecer leis acerca das mudanças sociais, ainda poderia oferecer valiosas visões da totalidade das experiências humanas possíveis. Já Benedetto Croce afirmava que a história era uma forma de arte e ao mesmo tempo uma disciplina superior, e que era a única base possível para um saber especial adequado às necessidades do homem ocidental contemporâneo.

No entanto, o que se viu foi justamente o contrário do que Croce defendia. A Primeira Guerra Mundial afetou drasticamente e em diversos estratos a vida e o pensamento ocidental, e parecia confirmar o que Nietzsche já havia sustentado não muito tempo antes. A história que reivindicava a função de preparar os homens para a vida através dos exemplos do passado, pouco fizera para prepará-los para o surgimento da guerra, também não ensinou o que esperar durante a guerra, e ao final dela, ainda não sabia explicar suas causas. E os historiadores que tentaram explicá-la sem recorrer à partidarismos concluíram que ela apenas aconteceu. E White entende que essa provavelmente fosse a explicação mais coerente, contudo, para ele, tal explicação soava mais como uma confissão de que nenhuma explicação era possível.

Ao refletir sobre essa questão, White demonstra, ainda que implicitamente, não apenas o caráter político da interpretação e do discurso histórico, mas também, e principalmente, a necessidade da própria política em relação à explicação histórica. De modo que a narrativa histórica é o discurso que fornece a bases fundamentais de uma sociedade, conferindo unidade e compreensão dos processos históricos do passado que configuraram o presente dessa ou daquela maneira.

A força política da história e os resultados anti-históricos desse processo são apresentados por White de forma bastante explícita através de uma citação que faz de Paul Valéry:

A história é o mais perigoso produto que surgiu da química do intelecto... A história justificará qualquer coisa. Ela ensina precisamente coisa alguma, pois traz em si todas as coisas e fornece exemplos de todas as coisas... Nada foi mais completamente arruinado pela última guerra do que a pretensão à antevisão. Mas isso não se deveu a qualquer falta de conhecimento da história, certo? (VALÉRY, P. *in* WHITE, 2014: 49)

Pouco tempo depois, Albert Camus atacava a história, apontando a hipocrisia da consciência histórica que considerava determinada morte um crime, e outra morte, resultante de punição à primeira, considerava-se como justiça. O outro expoente do existencialismo, Jean-Paul Sartre, também criticou o fardo da história, indicando que o indivíduo só se lembra daquilo que escolhe

se lembrar, de modo que o passado não tem existência fora da consciência que se tem dele. Para ele, o passado é escolhido assim como é escolhido o futuro. A concepção de consciência histórica que Sartre defendia, White define nos seguintes termos: “o passado histórico, como nossos diversos passados pessoais, é no melhor dos casos um mito que justifica nosso jogo num futuro específico, e, no pior, uma mentira, uma racionalização retrospectiva daquilo que de fato nos tornamos mediante as nossas escolhas” (WHITE, 2014: 51).

White enxergava na postura dos artistas modernos uma leitura sobre a imaginação histórica que via nela além de uma contradição interna, também uma barreira fundamental para solucionar realisticamente os problemas espirituais mais urgentes. O autor explica que:

Em suma, para um segmento significativo da comunidade artística, o historiador parece ser o portador de uma doença que foi ao mesmo tempo a força motriz e a nêmetese da civilização do século XIX. É por isso que grande parte da ficção moderna gira em torno de libertar o ocidental da tirania da consciência histórica (2014: 52).

O autor identifica que as implicações diretas dessas ranhuras, para os historiadores que se preocupam e valorizam a visão artística, fazendo dela instrumento de compreensão do mundo e não apenas fonte de divertimento, são os questionamentos que isso traz: como o historiador pode participar dessa atividade de libertação do fardo da consciência histórica e em que medida isso acarretaria colateralmente a destruição da própria história? Para responder a esses autoquestionamentos os historiadores precisariam estar abertos a uma nova proposta epistemológica da história, e White salienta ainda que deve haver um diálogo maior como o público amplo, de modo que a narrativa histórica seja acessível e interessante não só para acadêmicos, mas também, e principalmente, para o *cidadão comum*. E desta maneira o autor infere a necessidade de uma mudança tanto na postura dos historiadores quanto no caráter epistemológico da disciplina e conclama os pares a tomarem partido na tarefa de aplacar o fardo da consciência histórica que recai sobre os ombros do ocidente:

O fardo do historiador em nossa época é restabelecer a dignidade dos estudos históricos numa base que os coloque em harmonia com os objetivos e propósitos da comunidade intelectual como um todo, ou seja, transforme os estudos

históricos de modo a permitir que o historiador participe positivamente da tarefa de libertar o presente do fardo da história. (2014: 53)

Pois bem, e como executar tamanha empresa? White entende que o registro histórico, nos modelos em que segue sendo realizado, oferece pouco ou nenhum auxílio para solucionar os problemas contemporâneos em todas as suas singularidades. E assim, os estudos históricos com um fim em si mesmo não resultam em outra coisa senão uma barreira intransponível para a compreensão do presente. O autor salienta que “quem quer que estude o passado com um fim em si mesmo deve parecer ou um antiquário, que foge dos problemas do presente para consagrar-se a um passado puramente pessoal”, e de forma bastante incisiva acrescenta, “ou um necrófilo cultural, isto é, alguém que encontra nos mortos e moribundos um valor que jamais pode encontrar nos vivos”. A afirmação do autor deixa evidente que ele compactua com as críticas, anteriormente apresentadas, que foram levadas a cabo por Ibsen e Gide. Hayden White defende que o historiador precisa estabelecer o valor do estudo do passado não como um fim em si mesmo, mas como “um meio de fornecer perspectivas sobre o presente que contribuam para a solução dos problemas peculiares ao nosso tempo” (2014: 53).

White reforça suas considerações demonstrando que frequentemente os historiadores veem a primeira metade do século XIX como uma época dourada para a historiografia, onde ela gozou de prestígio ímpar dentro da comunidade acadêmica. E entre outros fatores, o que o autor destaca como o ponto crucial era a boa vontade dos diversos campos do saber – arte, ciência, história, filosofia – em realizar um esforço comum que fosse capaz de fornecer a compreensão adequada e as explicações satisfatórias sobre as experiências vivenciadas na Revolução Francesa, bem como sobre seus inúmeros desdobramentos que impactaram decisivamente o ocidente. Isso deixa claro a posição de White favorável a uma maior interação entre as ciências humanas, o que de fato foi levado a cabo através do processo denominado *cultural turn*, e assim, fica latente uma dúvida a qual o autor não se manifesta, seria essa conclamação ao diálogo interdisciplinar advogada por White e tantos outros uma tentativa de igualar o esforço comum executado em relação à Revolução

Francesa, mas dessa vez com o intuito de tentar entender os processos de origem, duração e consequências da Segunda Guerra Mundial?

White definiu o que chamou de “evento modernista” como um tipo singular de evento que foge à compreensão em virtude de seu impacto, magnitude e consequências, e que poderia acontecer unicamente no século XX em função das condições materiais existentes que possibilitariam seu alcance e eclosão, e elenca o holocausto ao posto paradigma de “evento modernista”. Tais situações específicas exigem um esforço redobrado para serem entendidas, e sobretudo, narradas e imbuídas de sentido e significado a partir do prisma do discurso histórico, necessitando de outras formas de representação que sejam capazes de comportar e captar as nuances de traumas, medos e sentimentos envolvidos. Ele destaca ainda outra característica desses eventos, que, por efeito justamente das condições materiais presentes, apresentam, por vezes, excesso de imagens a seu respeito, e atingem tamanha abrangência que o espectador se transforma (ou se confunde) também em agente, implicado diretamente nas ações transcorridas (WHITE, 1999). Hartog, quando investiga os regimes de historicidade, também demonstra preocupação em relação aos eventos que abalam a percepção da organização temporal e modificam o comportamento dos grupos sociais frente à história, exigindo-lhe novos modelos de compreensão (HARTOG, 2013). Cabe lembrar, ainda, a averiguação de LaCapra quanto à representação do trauma, na qual enxerga a carência de métodos que consigam penetrar com mais profundidade nas estruturas psicológicas dos processos históricos (LaCAPRA, 2009).

Transcorrido esse momento de glória da história no final do mesmo século os historiadores passaram vislumbrar a arte através de padrões aos quais a própria arte já considerava ultrapassados, e de igual maneira isso se repetiu em relação a visão sobre a ciência. O que implica na recusa, ou ainda, nos ataques feitos contra a história por se pretender uma disciplina tanto artística quanto científica, e sobre isso White lança uma das opiniões mais contundentes sobre a insatisfatoriedade dos modelos históricos produzidos na época em responder às questões do homem contemporâneo e a errônea pretensão de reivindicar um lugar para a história entre arte e ciência.

Em suma, quando os historiadores asseveram que a história é uma combinação de ciência e arte, em geral estão querendo dizer que ela é uma combinação da ciência social do fim do século XIX e da arte de meados do século XIX. Ou seja, parecem aspirar a pouco mais que uma síntese dos modos de análise e expressão, que só têm a antiguidade para recomendá-los. Se tal é o caso, então os artistas e também os cientistas encontram uma justificativa para criticar os historiadores, *não por terem eles estudado o passado*, mas por o estarem estudando como uma ciência e uma arte *de má qualidade* (2014: 56. Grifo do autor).

A má qualidade salientada pelo autor se dá pela adoção de concepções tidas como ultrapassadas nas duas áreas reivindicadas. Também pesa a recusa dos historiadores de tratarem os fatos como dados de sua pesquisa, de modo que até mesmo os cientistas consideram que os fatos mais do que descobertos são elaborados a partir das perguntas realizadas pelo pesquisador. Destaca ainda que “pesquisas como as de Karl Popper na lógica da explicação científica e o impacto da teoria das probabilidades minaram a ingênua concepção positivista acerca do caráter absoluto das leis científicas” (2014: 58). White questiona a inércia da história em adequar a sua narrativa aos novos modelos que estavam sendo praticados na literatura, ele pergunta por que não surgiu uma historiografia expressionista ou surrealista, por exemplo. O autor considera que se convencionou entre os historiadores aceitar que a única forma possível de se engendrar o discurso histórico era através do modelo de romance inglês que se desenvolveu no final do século XIX, e como consequência para a história, isso resultou no progressivo envelhecimento da “arte” historiográfica.

White acredita não só que a libertação desse modelo tradicional de narrativa histórica é possível como também já foi levado a cabo. O autor defende que Burckhardt foi capaz de produzir uma historiografia impressionista, ao romper com os modelos padrões e com a linearidade convencional do discurso narrativo histórico. Assim como Cézanne não intentava contar *toda* a verdade sobre uma paisagem, mas sim, procurava contar *uma* verdade sobre tal paisagem, também foi a postura de Burckhardt, não buscando contar *toda* a verdade sobre o Renascimento italiano, mas contar *uma* verdade. E à medida que a cronologia usual imposta à narrativa se transformava em empecilho para as perspectivas que o autor alemão apresentava e não correspondia às

necessidades dos problemas propostos, Burckhardt a abandonou. E estando livre das limitações implicadas pelo modelo corrente de se “contar uma história”, ele pôde, então, transcender as linhas demarcatórias do discurso histórico tradicional.

Ainda no mesmo artigo, White apresenta um questionamento sobre existência ou não de modelos adequados para se escrever a história, “onde encontrar o critério para determinar quando, de um lado, o ‘relato’ é adequado aos ‘fatos’ e se, de outro, o ‘estilo’ escolhido pelo historiador é ou não apropriado ao ‘relato’?”. Essa questão ganharia contornos mais intensos anos mais tarde no livro de Saul Friedlander (1992), sobre os problemas da representação histórica, em específico no tocante ao nazismo e o holocausto, no qual White apresenta um artigo tentando responder à questão e posteriormente, mas no mesmo livro, Ginzburg gratuitamente desfere ataques contra White.

Já em 1966, também, White utilizava as noções adquiridas através dos estudos de Ernst Gombrich, em *Arte e Ilusão*, onde este autor demonstra que não se compara Constable e Cézanne esperando que ambos tenham procurado a mesma coisa numa determinada paisagem, e tampouco se observam as respectivas representações pictóricas atribuindo a uma ou a outra o juízo ou valor de ter sido “mais correta”. E isso de modo algum redundaria num relativismo, mas antes denota o reconhecimento de que o estilo escolhido por cada um dos autores responde à critérios específicos objetivados em seus modelos de representação adotados. White reforça que ao se aplicar à escrita histórica o que ele chama de “cosmopolitismo metodológico e estilístico”, os historiadores seriam obrigados a abandonar a tentativa de representar os aspectos da vida e do passado sob o “ângulo correto” ou a partir da “perspectiva verdadeira” (2014: 59). Salientando, assim, a pluralidade de visões, e, conseqüentemente, representações possíveis do passado.

Essa concepção da pesquisa e da representação históricas abriria a possibilidade de usar na história as luzes científicas e artísticas da nossa época sem desembocar num relativismo radical e na assimilação da história à propaganda, ou naquele monismo fatal que até agora sempre resultou das tentativas de ligar história e ciência (2014: 60).

E qual a razão de se estudar as coisas sob a luz da condição passada, e não sob a luz da condição presente, sendo esta a luz sob qual todas as coisas se oferecem imediatamente à contemplação? É o que pergunta Hayden White na parte final de seu artigo, e o autor encontra resposta no trabalho realizado por autores da primeira metade do século XIX, a qual foi considerada a época de ouro da história. “Os pensadores dessa época reconheciam que a função da história era fornecer uma dimensão temporal inerente à consciência que o homem tem de si mesmo”, explica White. E acrescenta que a imaginação histórica era entendida como uma faculdade que, oriunda do impulso do homem em impor imagens estáveis ao caos do mundo dos fenômenos, ou seja, um impulso estético, e assim, “desembocava numa trágica reafirmação do fato fundamental da mudança e do processo, fornecendo assim uma base para a celebração da responsabilidade do homem por seu próprio destino”. (2014: 61).

Tomando como referência três autores que ele define como expoentes do historicismo realista, White traz as concepções de Hegel, Balzac e Tocqueville para reafirmar suas considerações e ressaltar a responsabilidade sobre os discursos e narrativas históricas, e assim, o caráter fortemente político que estes invariavelmente carregam, bem como destaca a provisoriedade tanto dos modelos históricos quanto das respostas possíveis aos problemas do presente. Sobre eles White afirma:

Em síntese, todos os três interpretavam o fardo do historiador como a responsabilidade moral de libertar o homem do fardo da história. Não viam no historiador alguém que prescreve um sistema ético específico, válido para todos os tempos e lugares, mas viam nele alguém incumbido da tarefa especial de induzir nos homens a consciência de que a sua condição presente sempre foi em parte um produto de opções especificamente humanas, que poderiam, pois, ser mudadas ou alteradas pela ação humana exatamente nesse grau. A história, assim, sensibilizava os homens para os elementos dinâmicos contidos no presente, ensinava a inevitabilidade da mudança e desse modo ajudava a libertar esse presente do passado sem revolta nem ressentimento (2014: 62).

Por fim, White advoga a necessidade de uma disciplina tanto mais plural quanto mais consciente de si mesma. Defende, também, uma história que eduque para a descontinuidade, pois entende que a descontinuidade, a ruptura e o caos configuram o destino perpétuo da humanidade. E acrescenta, a

história deve permanecer sensível ao mundo mais geral do pensamento e da ação do qual procede e ao qual retorna. Mas enquanto continuar recusando a utilização dos olhos oferecidos tanto pela arte moderna quanto pela ciência moderna, a disciplina histórica permanecerá cega.

Em 1982, como já mencionado, White publicou na revista *Critical Inquiry* o artigo *The Politics of Historical Interpretation: Discipline and De-Sublimation*, o qual posteriormente foi compilado, junto com outros artigos e ensaios, no livro *The Content of the Form* (1987). E, como fica evidente no título, White aborda o caráter e a força política da história, procurando distinguir entre as interpretações políticas da história e as políticas de interpretação. Essa distinção se faz relevante porque se há na primeira uma distância entre perspectivas políticas específicas, como se observa em uma interpretação marxista e outra interpretação liberal, o mesmo não ocorre, necessariamente, na política de interpretação. E isso torna possível que perspectivas dissonantes quanto aos ruídos emitidos pelo passado possam compartilhar de bases epistêmicas semelhantes em seu exercício historiográfico.

O autor destaca a importância, também, de se distinguir entre a política de interpretação e as práticas interpretativas que tem a política como seu objeto de estudo. White empresta de Weber a concepção acerca de política, em que esta significa o esforço para compartilhar o poder ou esforço para influenciar a distribuição de poder, seja entre estados ou entre os vários grupos existentes em um estado. E quanto ao termo política de interpretação, essa política tem a ver com o tipo de autoridade que o intérprete alega diante das autoridades políticas estabelecidas da sociedade a que pertence, por um lado, e perante outros intérpretes do seu próprio campo de estudo ou investigação, por outro, como a base de quaisquer direitos que ele concebe possuir e quaisquer deveres que ele se sinta obrigado a cumprir em seu status de buscador profissional da verdade. Já a atividade de interpretação torna-se política quando um determinado intérprete reivindica autoridade sobre seus intérpretes rivais. Na medida em que essa afirmação não é reforçada pelo apelo ao poder do Estado para reforçar a conformidade da crença ou convicção, ela é política apenas em sentido metafórico (WHITE, 1987: 58).

Para Hayden White, os conflitos interpretativos atingem um limite como especificamente interpretativo quando o poder político ou autoridade é invocado para resolvê-los. Isto sugere que a interpretação é uma atividade que, em princípio, está acima da atividade política de uma maneira muito similar à forma que a contemplação é considerada acima da ação, ou a teoria em oposição à prática. E da mesma forma, a interpretação pressupõe a política como uma das condições que a torna possível enquanto atividade social. White ainda salienta que, na cultura ocidental moderna, a relação entre a atividade de interpretação e a política foi concebida de quatro maneiras: Hobbes insistiu na subordinação absoluta da interpretação às exigências do Estado; Kant considerou a função social do intérprete como o mediador entre o povo e o soberano; Nietzsche subordinou a política à interpretação, concebida como a forma adotada pela vontade de poder em sua manifestação intelectual ou artística; e Weber supunha que a interpretação e a política ocupavam esferas culturais diferentes e mutuamente exclusivas - para ele, a ciência era uma "vocação" com objetivos e valores diferentes daqueles da "política".

Assim, o propósito do autor é refletir sobre a questão política de interpretação no contexto de compartimentalização dos campos de estudos das ciências humanas e sociais. A questão posta é a seguinte: o que está envolvido na transformação de um campo de estudos em uma disciplina, especialmente no contexto de instituições sociais modernas, destinadas a regular a produção de conhecimento, em que as ciências físicas atuam como um paradigma para todas as disciplinas cognitivas? E a questão é especialmente relevante para o campo das ciências sociais e humanas visto que todas elas foram *promovidas* ao status de disciplinas sem ter alcançado a arregimentação teórica e metodológica característica das ciências físicas (WHITE, 1986: 59).

Amiúde, afirma-se que as ciências humanas e sociais não podem se tornar verdadeiras ciências em virtude da natureza de seus objetos de estudo (homem, sociedade, cultura), que difere dos objetos naturais por sua subjetividade e por sua autonomia, e no que diz respeito ao seu contexto, e pela sua capacidade de mudar os processos sociais através do exercício de uma determinada vontade. De modo que, para alguns teóricos, a posse dessa subjetividade, autonomia e livre arbítrio do ser humano não só torna

impossível, mas também indesejável a tentativa de se criar uma ciência plena do homem, cultura e sociedade. E assim, se o homem, a sociedade e a cultura devem ser objetos de pesquisa disciplinada, as disciplinas em questão devem aspirar à compreensão desses objetos, e não à sua explicação, como nas ciências físicas. E isso não significa que o historiador não pretenda explicar certos aspectos do passado ou o processo histórico. Pelo contrário, se trata de não pretender descobrir tipos de leis causais – tal qual nas ciências físicas - que permitiriam explicar os fenômenos como uma manifestação da ação dessas leis, da mesma maneira que os físicos fazem suas explicações. E por fim, esse processo compreensão que toma lugar da explicação se realiza por meio da interpretação (WHITE, 1987: 60).

E a interpretação, por sua vez, toma forma através do processo de narração historiográfica. E a narrativa é tanto a maneira pela qual uma interpretação histórica é feita quanto o tipo de discurso no qual uma compreensão efetiva de um sujeito histórico é representada. E, a vinculação entre compreensão, interpretação e narrativa compõe a base teórica para se considerar os estudos históricos como um tipo especial de disciplina.

White procurou especificar o que a transformação dos estudos históricos implica em uma disciplina que aplicou regras para construir e estudar seus objetos de interesse que eram diferentes das regras de pesquisa científica em vigor nas ciências físicas. Que, sob os auspícios da filosofia da história, vários programas de reconstrução social e política compartilhavam uma ideologia com as visões utópicas do homem, da cultura e da sociedade. Essa vinculação justificava e fazia o estudo da história, considerado uma recuperação de eventos passados, um objetivo social tanto epistemologicamente necessário quanto politicamente relevante (1987: 61).

“Que política de interpretação está envolvida nessa transformação dos estudos históricos em uma disciplina que visa servir como guardião do realismo no pensamento político e social?”, pergunta White. O autor ainda manifesta a discordância com algumas concepções relativas à história e política que têm tomado forma e campo nos estudos sobre as ideologias totalitárias, especialmente em autores humanistas, tendo Hannah Arendt como expoente. Segundo White, eles atribuem a degeneração da política clássica e sua teoria

associada à ascensão da filosofia moderna da história do tipo que está ligada a Hegel, Marx, Nietzsche, Spengler, etc. No artigo *O conceito de história*, Arendt expressou a questão nos seguintes termos: "Em qualquer consideração do conceito moderno de história, um dos problemas cruciais a explicar é seu súbito aparecimento durante o último terço do século XVIII e a concomitante diminuição do interesse no pensamento puramente político", explica White (1987: 62). E acrescenta que esta é a posição representada, também, por Karl Popper, no lado neopositivista da questão, e por Hannah Arendt no lado humanista. Ambos pensam que as reivindicações da cientificidade nas ciências humanas e sociais contribuíram para a formação de filosofias políticas totalitárias. O autor considera que Arendt confunde os historiadores de seu tempo identificando "o conceito moderno de história" com aquelas filosofias da história que tiveram seu auge no esforço de Hegel em usar o conhecimento histórico como base de uma metafísica apropriada aos objetivos e interesses do estado secular moderno. E ainda assevera que a politização do pensamento histórico era uma pré-condição virtual de sua própria profissionalização, a base de sua promoção ao status de uma disciplina digna de ser ensinada nas universidades e um pré-requisito de qualquer função social "construtiva" que fosse considerada capaz de fornecer conhecimento histórico (1987: 62).

O autor menciona a forma como os estudos históricos eram realizados antes do século XIX, indicando a forma amadora com que eram executadas as pesquisas históricas. Ou seja, não havia nem profissionalização e nem rigor teórico e epistemológico específico para estruturar o trabalho de pesquisa. Segundo White, esse cenário muda a partir de Immanuel Kant, quando este se dedicou a investigar o que se poderia ser conhecido através dos estudos históricos. Kant identificou três tipos de conclusões igualmente relevantes: 1) a espécie humana estava em progresso contínuo; 2) a espécie humana degenera continuamente; e 3) a espécie humana permanece continuamente no mesmo nível geral de desenvolvimento. A essas três noções de desenvolvimento histórico ele chamou respectivamente de "eudemonismo", "terrorismo" e "farsa". E White sugere que também poderiam ser chamadas, respectivamente de comédia, tragédia e ironia, isto é, se consideradas a partir da perspectiva das estruturas da trama que eles impõem ao panorama histórico

(1987: 65). E as três conceituações do processo de desenvolvimento histórico de Kant indicam que todos os tipos de filosofia da história subsequentemente desenvolvidos no século XIX divergiam das proposições de Arendt, e White ainda considera que longe de ser uma inovação moderna, a "politização" do historiador e do filósofo da história era antes a regra do que a exceção. O autor ainda indica que uma das consequências da adoção do modelo kantiano da percepção histórica foi a necessidade de uma distinção entre a história e ficção, num processo denominado *desretoricização*. No entanto, White constata que isso não foi mais do que uma atualização do que Aristóteles já havia proposto ao diferenciar a história da poesia.

Dentre outras consequências e desdobramentos desse novo rigor epistemológico que se buscou conferir à história que White elenca, o autor menciona disciplinização da imaginação histórica, onde colocou-se limites ao que se constitui como um acontecimento especificamente histórico. E ao final do século XVIII, a imaginação histórica se apresentava relativa às noções de gosto e sensibilidade, questões abordadas pelo campo da estética, e as recentes distinções entre as ideias de "belo" e sublime". White defende que, se como sugeriu Arendt, a especialização dos estudos históricos deve ser considerada em termos de sua relação com o pensamento político, também deve-se considerar enquanto a sua relação com a teoria estética, em especial com as noções de belo e sublime. Tendo em vista que, na medida que a especialização da história supunha também sua regulamentação, não apenas do que se considerava o verdadeiro objeto de estudo da história, mas também do que se poderia considerar uma representação adequada daquele objeto em um discurso especificamente histórico. Consequentemente, a especialização da história consistia em subordinar a escrita da história às categorias do "belo" e suprimir dessa mesma escrita as concepções de "sublime" (1987: 66).

Entendo aqui a distinção dos conceitos de belo e sublime, de maneira resumida e grosseira, a partir do que propôs Kant em *Crítica da faculdade do juízo*, onde o belo constitui aqueles objetos que nos levam a apreciação desinteressada, simples, agradável – não necessariamente com o intuito do deleite – e principalmente, algo compreensível e racionalizado. Já o sublime constitui aqueles objetos que ao mesmo tempo em que estimulam a

contemplação levam também ao espanto, o medo, e sobretudo, aquilo que transcende a compreensão humana e não é possível de ser racionalizado. “O sublime distingue-se do belo pelo fato de provocar perturbações filosóficas ligadas a uma mistura de dor e prazer” (JIMENEZ, 1999: 136). Enquanto o belo está vinculado intrinsecamente ao objeto sensível, o sublime aparece não como uma característica objetiva sensível, mas como uma capacidade de estímulo à reflexão. O filósofo Kant considera que “o verdadeiro sublime não pode estar contido em nenhuma forma sensível, mas concerne somente a ideias da razão, que, embora não possibilitem nenhuma representação adequada a elas, são avivadas e evocadas ao ânimo precisamente por essa inadequação, que se deixa apresentar sensivelmente” (KANT, 1995: 91). Kant ainda acrescenta, sobre o caráter transcendente da concepção do sublime, a definição de que o “sublime é o que somente pelo fato de poder também pensá-lo prova uma faculdade do ânimo que ultrapassa todo o padrão de medida dos sentidos” (KANT, 1995: 96).

Ainda sobre a imaginação histórica, White considera que essa imaginação opera em um nível diferenciado da consciência do historiador, e os resultados obtidos do exercício da imaginação histórica em relação às fontes, obviamente são muito diferentes daquela noção de objetividade pertencente ao modelo epistemológico das ciências físicas. White ressalta o perigo que reside na imaginação para o trabalho do historiador, porque ele não pode saber se o que ele “imaginou” realmente aconteceu assim, não pode saber que não é um produto de sua “imaginação” no sentido em que o termo é usado para caracterizar a atividade do poeta ou escritor de ficção. Nesse ponto, é claro, a imaginação é disciplinada por sua subordinação às regras da evidência que exigem que tudo o que foi imaginado seja congruente com o que a evidência permite afirmar como uma “questão de fato”. No entanto, a “imaginação”, precisamente no sentido em que é usada para caracterizar a atividade do poeta ou romancista, opera no trabalho do historiador no último estágio de sua atividade, quando é necessário compor um discurso ou narrativa em que representam suas descobertas, isto é, sua noção de “o que realmente aconteceu” no passado. É neste ponto que o que os teóricos chamam de estilo do historiador, considerado agora como um escritor de prosa, entra em cena e

uma operação que é considerada exatamente igual à do romancista, uma operação que é abertamente admitida como sendo de natureza literária (WHITE, 1987: 67).

E qual a natureza de um estilo histórico disciplinadamente? Pergunta White. Para responder a questão e propósitos da reflexão proposta pelo autor, ele entende que o ponto de virada crucial nesta discussão tem a ver com a deposição progressiva do sublime em favor do belo como uma solução para os problemas do gosto e da imaginação. White cita a obra de Edmund Burke, *Reflexões sobre a Revolução Francesa*, como um dos muitos esforços em exorcizar os processos históricos da noção de sublime e trazê-los para o campo do belo (WHITE, 1987: 68). Ou seja, colocá-los numa esteira em que possam ser explicados conforme leis causais que orientem e definam os processos históricos. Essa tentativa de explicar (diferente do que White propõe sobre compreender) a partir de modelos rígidos de leis causais, consequência da profissionalização e disciplinarização dos estudos históricos configura a atitude de dessublimação da interpretação histórica a qual White se refere no título do artigo.

O autor ainda trabalha com a noção de Schiller entre o belo e a esfera dos "sentidos" e da "ação". Onde este antecipou o que viria a se tornar o lugar-comum da estética do século XIX e teve consequências importantes tanto para o pensamento histórico quanto para a teoria política, tanto radical quanto conservadora. White tem em mente que tanto os positivistas quanto os marxistas procuraram transcender a oposição do pensamento histórico e do pensamento utópico em virtude de suas pretensões de fornecer a base para um estudo verdadeiramente científico da história capaz de revelar as leis do processo histórico.

White explica que a "analítica do sublime" de Kant, em *Crítica da faculdade do juízo*, relaciona a apreensão de qualquer coisa meramente "poderosa" (que pertencia ao que ele chamou de "a dinâmica sublime") com nosso sentimento de possuir uma liberdade e dignidade especificamente humana, mas Kant ancorou esse sentimento exclusivamente na faculdade da razão. Assim concebido, o sublime liberta-se efetivamente da faculdade estética, que permanece no âmbito dos juízos próprios do "belo", a ser

relegado ao império das faculdades cognitivas e morais. White, por sua vez, aponta que essa degradação do sublime em favor do belo foi o que constituiu a herança que o idealismo alemão hegeliano legou ao pensamento radical e conservador sobre o tipo de existência utópica que a humanidade poderia justificadamente conceber como o objetivo ideal de qualquer processo histórico supostamente progressista. De maneira que isso exemplifica um certo tipo de "política de interpretação" que produz uma "interpretação da política" com implicações ideológicas diferentes (1987: 70). E isso inflete de tal forma que o autor ainda indica que por mais paradoxal que possa parecer sugerir que o marxismo é inerentemente anti-utópico como uma filosofia da história, essa visão adquire esse caráter na medida em que compartilha com seu oposto liberal a convicção de que a história não é um espetáculo sublime, mas um processo compreensível, cujas várias partes, etapas, épocas e até eventos individuais são transparentes à uma consciência dotada dos meios para lhe conferir sentido de uma forma ou de outra (1987: 73). A transformação dos estudos históricos em uma disciplina profissional e especializada operou a domesticação do pensamento humano, cerceando as possibilidades que se pretendessem plurais e poderiam transcender as linhas rigidamente disciplinares impostas pela academia. A domesticação do pensamento e da imaginação histórica, e desvalorização do sublime em detrimento do belo – que por sua vez, permitia encaixar os processos históricos em leis causais que visavam uma “explicação” e não a “compreensão” – foi o preço a ser pago pela institucionalização dos estudos históricos e a sua operacionalização em disciplina acadêmica, a qual necessitava, então, adequar-se ao paradigma científico-metodológico que detinha a primazia e regia o pensamento acadêmico em questão, e esse paradigma vinha a ser as ciências exatas.

Costuma-se asseverar que "formalistas", como seria o próprio White, afirmam que qualquer objeto pode suportar várias descrições ou narrativas de seus processos igualmente plausíveis, com efeito, negam a realidade do referente, fomentam um relativismo debilitante que permite qualquer manipulação da evidência. Assim que a história produzida é estruturalmente coerente e, portanto, permite o tipo de perspectivismo que torna possível que uma versão nazista da história do nazismo reivindique certa credibilidade

mínima. Esses formalistas geralmente enfrentam questões como as seguintes: você quer dizer que a aparência e a natureza do holocausto são apenas uma questão de opinião e que você pode escrever sua história da maneira que preferir? (WHITE, 1987: 76). Entre outras perguntas elencadas pelo autor dentre às quais são direcionadas aos formalistas acusando-os de relativismo, ele destaca que são nessas questões que chega-se à base da política de interpretação, que inspira não apenas a história, mas as ciências sociais e humanas de maneira geral. A tônica do holocausto se repete na discussão sobre as possibilidades da representação histórica por ser um evento que ainda pertence ao campo do sublime, dado o seu tamanho, proporções, consequências, estímulo à reflexão, e também o medo, pavor, e ira que desperta. A incapacidade de responder a todas as questões sobre esse evento fez com que ele continuasse no campo do sublime, forçando as concepções de uma disciplina domesticada. E assim como no artigo que White escreveu para o livro de Saul Friedlander discutindo o tema, nesse aqui também o autor recorre à Vidal-Naquet para formular suas considerações. Segundo White, Vidal-Naquet considera que a questão de possíveis relativismos ao acontecimento ou não do holocausto, bem como o lugar político que deve ocupar, não se reduzem ao campo apenas metodológico sobre o que é possível ou não provar documentalmente, não sendo as tentativas relativistas de explicar o evento genuinamente históricas, mas sim configuram principalmente um discurso ideológico. Essa existência do evento é simplesmente uma “questão de fato” e, portanto, a historiografia positiva pode sempre estabelecer um limite para sua interpretação que não permite a transgressão e distingue suficientemente bem entre uma narrativa genuinamente histórica e uma deformação fictícia ou mítica da “realidade”. White ainda destaca no pensamento de Vidal-Naquet que é obrigação do historiador tirar os fatos históricos das mãos dos ideólogos que os exploram, e colocar limites à reescrita permanente da história que caracteriza o discurso ideológico (WHITE, 1987: 77). White ainda distingue mentira de erro na interpretação histórica. Embora a distinção entre mentira e erro ou confusão na interpretação possa ser mais difícil de estabelecer em relação a eventos históricos menos documentados do que o holocausto, a questão teórica é que uma interpretação se enquadra na categoria de mentira quando nega a

realidade dos eventos com que lida e na categoria de falta de verdade quando extrai conclusões falsas da reflexão sobre eventos cuja realidade é provável ao nível da investigação histórica "positiva" (1987: 78).

Por fim, White conclui que que, embora seja possível produzir um tipo de conhecimento que não esteja explicitamente ligado a um programa político específico, todo conhecimento produzido nas ciências humanas e sociais é suscetível de ser usado ideologicamente. E ainda, explicações históricas sobre o passado que advogam a aceitação somente dos eventos sem a tentativa de melhor compreendê-los, e principalmente modificar ou mitigar suas consequências e desdobramentos serve apenas aos grupos dominantes que forma beneficiados por esses processos históricos. Essa oposição a uma história que procura além de domesticar os modelos de investigação, também promover uma "domesticação social" só pode ser levada adiante com base em uma concepção do registro histórico como algo que não seja uma janela pela qual o passado possa ser apreendido "como realmente era", mas sim como uma parede que precisa ser atravessada para confrontar diretamente o "terror" da história e dissipar o medo que o passado produz (1987: 81-82).

Não é o estudo do passado que impede sua repetição, mas a forma como se estuda, sua finalidade, seus interesses e objetivos. Nada mais propício para se repetir o passado do que estudá-lo com um fim em si mesmo, um estudo que não seja referencial para o presente e convincentemente objetivo, como os estudos convencionais da história tendem a ser, critica White. E conclui seu artigo remetendo-se a Hegel, que disse ter pensado que ninguém nunca aprendeu nada com o estudo da história, mas demonstrou que se poderia aprender muito, tanto de valor prático quanto de valor teórico, a partir do referido estudo. E uma das coisas que se aprende com o estudo da história é que tal estudo nunca é inocente, ideologicamente ou não, seja lançado da perspectiva política da esquerda, da direita ou do centro. Isso porque nossa própria noção da possibilidade de distinguir entre a esquerda, a direita e o centro – no espectro político – é, em parte, uma função da disciplinarização dos estudos históricos que descartou a possibilidade que a história pode ser tão "sem sentido" em si mesma quanto os teóricos do sublime histórico, ao qual não era possível explicação (1987: 82).

4.2. Considerações intempestivas

Novamente destaco que o entendimento aqui presente sobre o caráter político reivindicado, ou ainda, atribuído à história diz respeito aos princípios norteadores e organizadores do corpo social. Então, quando apontadas as implicações políticas do discurso narrativo histórico, ou mesmo da consciência histórica, tem-se em mente a capacidade que tal conteúdo expressa de fornecer subsídio tanto para a formação cultural quanto para sua dissolução. Sendo a narrativa histórica uma das ferramentas instrumentalizadas pela sociedade que a organiza e orienta, e, em última instância, a justifica. Tanto a memória quanto a história são fatores fundamentais na construção de uma identidade nacional e funcionam como elemento de coesão social, assim como já explicou Pierre Nora (1993) a partir da investigação e discussão sobre os lugares de memória. E cabe ressaltar o caráter político da construção do conhecimento e da legitimação do saber, e como esses discursos são legitimados a partir dos poderes vigentes e como tornam-se, então, legitimadores de novos saberes e novos discursos, assim como destacou Foucault em *Arqueologia do Saber* (2009) e *A ordem do discurso* (2010).

Uma história consciente de si, e consciente de sua limitação de representar apenas *uma* verdade, e não *toda* a verdade sobre determinado evento histórico implica em uma mudança de se lidar com o passado que chega até nós – através do discurso narrativo histórico – e também modifica-se a forma de entender a utilidade da história. Propor uma história consciente de sua literariedade ao contrário do que possa parecer, não limita a disciplina e imaginação histórica ao texto e aos elementos notadamente literários e retóricos que compõe o discurso, ao invés disso, uma história nesses moldes tem uma infinita gama de outras soluções para oferecer aos problemas historiográfico, estando muito mais próxima das necessidades e peculiaridades impostas pelo presente, e, em última análise, mais próxima do próprio leitor.

Nos dois ensaios de Hayden White apresentados no item anterior, fica explícita a influência de Friedrich Nietzsche sobre o pensamento do historiador americano. O filósofo alemão apresenta críticas tanto contundentes quanto válidas para a produção histórica que se aplicam até os dias de hoje. Alguns dos comentários mais incisivos do filósofo estão contidos no ensaio *Segunda*

consideração intempestiva – da utilidade e desvantagem da história para a vida, publicado originalmente em 1873, em que pese que no decorrer de toda sua obra são encontrados apontamentos tanto sobre a história quanto sobre filosofia da história. E a despeito do comentário de White dizendo que Nietzsche nutria mais ódio contra a história do que contra a religião, o filósofo demonstra que vê sim utilidade e aprendizado na disciplina histórica, sendo, inclusive, um apreciador da obra do seu conterrâneo Jacob Burckhardt (BARROS, 2014).

Segunda consideração intempestiva é um trabalho seminal, que até hoje continua fornecendo matéria para o estudo, crítica e reflexão sobre a história, de modo que merece uma investigação muito mais elaborada e pormenorizada, e tanto mais competente que esta, assim como vem recebendo ao longo dos anos. Como o meu objetivo aqui é outro, vou ater-me apenas a algumas observações rápidas sobre o tema.

A crítica central de Nietzsche é endereçada ao modelo de historiografia que era praticado na época, em específico, à história cientificista e às correntes vinculadas à filosofia da história proposta por Hegel, que carregavam um teor teleológico rechaçado por Nietzsche. A respeito das concepções de história praticadas naquele século, é que o filósofo disparara que a história seria um luxo supérfluo à consciência humana.

[...] a história tomada como um precioso supérfluo e luxo do conhecimento deveriam ser, segundo as palavras de Goethe, verdadeiramente odiosos para nós – na medida em que ainda nos falta o mais necessário e porque o supérfluo é o inimigo do necessário. Certamente precisamos da história, mas não como o passeante mimado no jardim do saber, por mais que este olhe certamente com desprezo para as nossas carências e penúrias rudes e sem graça. Isto significa: precisamos dela para a vida e para a ação, não para o abandono confortável da vida ou da ação ou mesmo para o embelezamento da vida egoísta e da ação covarde e ruim (NIETZSCHE, 2003: 4).

Compreende-se, então, que a crítica não vai à história de maneira geral, visto que o autor considera a disciplina como “necessária”, porém, ele percebe que dentro do modelo em que o discurso histórico está sendo reproduzido ele está fechado ao presente, voltado apenas para o passado. Assim, para o filósofo, a história é item supérfluo da consciência quando consiste no estudo

do passado com um fim em si mesmo. De maneira que Nietzsche advoga contra uma história que não responda aos anseios contemporâneos e não forneça substrato para lidar com as situações do presente. É necessária a história, mas é necessária uma história viva e capaz de servir ao presente. “Somente na medida em que a história serve à vida queremos servi-la” (NIETZSCHE, 2003: 4).

Nietzsche considera a consciência histórica como um dos elementos mais notadamente humanos. Nisto, ele compara o homem a um rebanho no pasto, que passa os dias numa sinfonia de ruminações sem nunca saber quando foi o ontem, perguntar o que será do amanhã, e tampouco perceber o hoje. Não conhecendo o passado, presente e futuro, o animal também não entende dor e tristeza e nem prazer e felicidade. Já o homem está fadado a lidar diariamente com a consciência de sua finitude, e tanto o medo e a expectativa do futuro o acompanham, com também se fazem presentes a angústia e a melancolia do passado.

Todavia, o homem também se admira de si mesmo por não poder aprender a esquecer e por sempre se ver novamente preso ao que passou: por mais longe e rápido que ele corra, a corrente corre junto. É um milagre: o instante em um átimo está aí, em um átimo já passou, antes um nada, depois um nada, retorna entretanto ainda como um fantasma e perturba a tranquilidade de um instante posterior (NIETZSCHE, 2003: 6).

O homem está preso às lembranças, e as lembranças fornecem subsídio para a história. Assim, escrever sobre o passado é escrever sobre a lembrança, de modo que Nietzsche compreende a íntima relação entre memória e história. “Incessantemente uma folha se destaca da roldana do tempo, cai e é carregada pelo vento – e, de repente, é trazida de volta para o colo do homem. Então, o homem diz: ‘eu me lembro’”, e a faculdade da lembrança é rejeitada em detrimento do desejo do esquecimento, o autor acrescenta que ao se lembrar o homem “inveja o animal que imediatamente esquece e vê todo instante realmente morrer imerso em névoa e noite e extinguir-se para sempre” (NIETZSCHE, 2003: 6). A esse processo puramente humano o autor denomina como histórico, enquanto, para ele, os animais vivem em um regime de *ahistoricidade*, conclui o autor: “assim, o animal vive a-

historicamente: ele passa pelo presente como um número, sem que reste uma estranha quebra”.

Entretanto, assim como a necessidade de se enxergar historicamente, Nietzsche destaca a importância também da *ahistoricidade* e diz que “em meio à menor [felicidade] como em meio à maior felicidade é sempre uma coisa que torna a felicidade o que ela é: o poder-esquecer ou, dito de maneira mais erudita, a faculdade de sentir ahistoricamente durante a sua duração” (2003: 7), ou seja, a própria compreensão de felicidade depende de um olhar *ahistorico* de destacar aquele momento dos outros momentos no tempo, isolando-o e distinguindo-o. A vida com “excesso de passado” estaria fadada a repetição desse passado, assim como fazer uma disciplina que não atenda as necessidades de seu tempo. E o autor compara:

[...] um homem que quisesse sempre sentir apenas historicamente seria semelhante ao que se obrigasse a abster-se de dormir ou ao animal que tivesse de viver apenas de ruminação e de ruminação sempre repetida. Portanto: é possível viver quase sem lembrança, sim, e viver feliz assim, como o mostra o animal; mas é absolutamente impossível viver, em geral, sem esquecimento. Ou, para explicar-me ainda mais facilmente sobre meu tema: *há um grau de insônia, de ruminação, de sentido histórico, no qual o vivente se degrada e por fim sucumbe, seja ele um homem, um povo ou uma cultura*”. (NIETZSCHE, 2003: 7. Grifo do autor).

José Antonio Vasconcelos se refere a essa questão proposta por Nietzsche como a faculdade do esquecimento, um esquecimento criativo, que permite selecionar do passado somente aquilo que possa orientar as nossas ações para o futuro (VASCONCELOS, 2005: 107). Nietzsche sentencia que “o histórico e o a-histórico são na mesma medida necessários para a saúde de um indivíduo, um povo e uma cultura” (2003: 8). Contudo, tanto um quanto o outro necessitam estar dispostos na medida certa para que não se tornem nocivos. A historicidade à medida que prende os homens apenas ao passado transforma os homens em sombras e abstrações, com já citado por White, e o filósofo alemão destaca a importância de se guardar a medida de *ahistoricidade* na história para que a vida não fique presa ao passado, para que não se resuma a uma postura de conformismo com o presente, ao qual o autor também criticava. E sobre essa relação entre história e *ahistória*, Nietzsche afirma:

O a-histórico é similar a uma atmosfera que nos envolve e na qual a vida se produz sozinha, para desaparecer uma vez mais com a aniquilação desta atmosfera. É verdade: somente pelo fato de o homem limitar esse elemento a-histórico pensando, refletindo, comparando, separando e concluindo; somente pelo fato de surgir no interior dessa névoa que nos circunda um feixe de luz muito claro, relampejante, ou seja, somente pela capacidade de usar o que passou em prol da vida e de fazer história uma vez mais a partir do que aconteceu, o homem se torna homem. No entanto, em um excesso de história, o homem deixa novamente de ser homem, e, sem aquele invólucro do a-histórico, nunca teria começado e jamais teria ousado começar (2003: 8).

A vida sem história, num eterno presente, seria como a vida dos animais. Posto que os homens diferem dos animais em diversos aspectos, há que se relacionar com a historicidade e *ahistoricidade*. Nietzsche pergunta: “até que grau a vida necessita em geral do auxílio da história?”, e entende que a questão seja fundamental às questões da saúde de “um homem, um povo, uma cultura”. E oferece a seguinte resposta “história é pertinente ao vivente em três aspectos: ela lhe é pertinente conforme ele age e aspira, preserva e venera, sofre e carece de libertação”, a partir dessa tripla concepção ele apresenta três espécies de história que correspondem cada item, respectivamente, “uma espécie monumental, uma espécie antiquária e uma espécie crítica de história” (2003: 13). De modo que o autor demonstra certa predileção por esta última, mas ressalta que o excesso de história degenera tanto a vida quanto a própria disciplina.

Posto isso, cabe ressaltar a valorização da história, pelo filósofo, em relação aos grandes homens, ou aos “espíritos mais raros”. E esses grandes homens, entretanto, eram absolutamente diferentes dos grandes homens da história estudados por Thomas Carlyle. Nietzsche concebe esses espíritos mais raros à medida que conseguem se libertar do seu próprio fardo da consciência histórica e levar a humanidade adiante. Em outras palavras:

[...] um gigante conclama o outro através de intervalos desérticos entre os tempos, e, imperturbado pela algazarra de pérfitos anões que se arrastam aos seus pés, prossegue o elevado diálogo espiritual. A tarefa da história é a de ser a mediadora entre eles e assim dar incessantemente lugar à geração do grande homem e lhe emprestar forças. Não, a meta da humanidade não pode residir no fim, mas apenas em seus mais elevados exemplares (NIETZSCHE, 2003: 60-61).

Portanto, a história deve, na visão de Nietzsche, servir à humanidade, servir ao presente, e esse presente por sua vez é o que trará o futuro, não apenas em termos de deslocamento temporal mas em avanços que melhorem a vida e a sociedade. A história deve fornecer subsídio para o enfrentamento e a solução dos problemas contemporâneos, e o estímulo às mudanças. Deve responder às inquietações do presente, não às do passado. A história crítica deve romper e dissolver com parte do passado, diferente da história tradicional que venera o passado e o sobrepõe ao presente (BARROS, 2014).

Contemporaneamente, são diversos os autores que advogam em prol da causa de uma história voltada para o presente, de modo que é permitido apreender, de um novo modelo de concepção das relações de tensão entre passado-presente, uma nova concepção política da história e sua função social. A concepção e crítica da história e da filosofia da história de Nietzsche foi basilar nas discussões sobre a disciplina que ganharam fôlego na segunda metade do século XX. Nietzsche exerceu notória influência sobre o pensamento de Foucault, até mesmo no modelo investigativo, a utilização do método genealógico do intelectual francês tem abertamente débito para com as propostas do filósofo alemão. Nietzsche influenciou não somente Foucault, mas o movimento pós-estruturalista de maneira geral, ambos “se contrapõem à filosofia da representação, também negam a possibilidade de conhecermos a essência de eventos passados e também colocam em xeque a noção de *verdade histórica*” afirma Vasconcelos (VASCONCELOS, 2005: 101), que ainda acrescenta, “não se trata de *descobrir* uma verdade subjacente ao mundo dos fenômenos, mas de *interpretar* o material encontrado, de conferir-lhe sentidos que respondam às inquietações do presente”.

Além de Foucault – que foi também uma grande influência para Hayden White –, outro nome que se destaca no que se convencionou chamar de pós-estruturalismo é o do francês Jacques Derrida. Este, tomando por base o conceito saussureano que distingue o signo de seu referente, radicaliza a proposta estruturalista dissociando o signo também do conceito que, supõe-se, deveria representar. Em Saussure, não há uma correspondência direta entre o signo e o referente, e Derrida, por sua vez, demonstra que o signo não aponta para um conceito, que por si só é distinto do referente, mas para outros signos,

e estes então para outros, formando uma cadeia de referência perpétua. A base desse pensamento é explicada a partir do conceito de *differánce*, que também estabelece uma separação entre a fala e a escrita, o que mais uma vez rompe com o paradigma vigente até então estabelecido por Ferdinand de Saussure. (VASCONCELOS, 2005: 102-104). Pode-se extrair dessa discussão para a história que a representação narrativa do passado é tão somente a representação narrativa do passado, e não o passado em si.

As implicações da adoção da teoria linguística na história são muitas, e a ideia de uma concepção aberta de linguagem proposta de Derrida, tem “implicações profundas para o entendimento da história se substituirmos a noção de signo pela noção de texto”, pois, “do mesmo modo como um signo só é pensável em relação a outros signos, um texto só pode ser lido porque se encontra inserido em uma cadeia relacional de textos” (VASCONCELOS, 2005: 105). É possível identificar essa noção no pensamento de Certeau ao identificar o sistema de referência que compõe uma disciplina (CERTEAU, 2000), assim como na concepção de sistema de notação, indicada por Gombrich (GOMBRICH, 1986). A presença da influência pós-estruturalista pode ser sentida também na afirmação de Frank Ankersmit, que alega que a prova das implicações políticas da escrita da história pós-moderna é a “tentativa de analisar as partes constitutivas do passado em sua independência ‘democrática’ e ‘individualista’”, e acrescenta, “a descontextualização ocupar o lugar [na escrita pós-moderna] da contextualização historicista e positivista” (ANKERSMIT, 2006: 101-102). Pode-se extrair disso, a adoção das ideias de análise de ruptura e descontinuidade, propostas do Foucault.

O historiador François Hartog, ao investigar os “regimes de historicidade” que regem a disciplina histórica, define o momento e a experiência contemporânea do tempo como *presentismo*, que alargou as distâncias entre o campo da experiência e o horizonte da expectativa até o limite da ruptura, onde o tempo histórico parece suspenso e o presente ser perpétuo, e que busca produzir para si mesmo o seu próprio tempo histórico. (HARTOG, 2013). Eventos como a queda do muro de Berlim, em 1989, promovem abalos na maneira de se relacionar com o tempo, e isso cobra da história novas explicações e maneiras de se restabelecer esse relacionamento. Esse autor

cita Paul Valéry, que compara o homem ocidental europeu do início do século XX a Hamlet no balcão de Elsinore, e esse homem sente-se perturbado com o sentimento de pertencer a duas eras, destaca-se o conflito entre a ruptura e a continuidade na relação com o tempo. Hartog ainda recorre a Lucien Febvre, que disse que “a história, que é um meio de organizar o passado para impedir o peso demasiado sobre os ombros dos homens [...]. Organizar o passado em função do presente: é que se poderia denominar de função social da história” (HARTOG, 2013: 21). Essa noção apresentada encontra eco nas críticas já apresentada neste trabalho tanto de White, em relação ao fardo da história, quanto de Nietzsche sobre a utilidade da história.

Hartog retoma o conceito de René Char, que dizia “nossa herança não é precedida de nenhum testamento”, e aquele autor acrescenta a posição de Hannah Arendt sobre esse texto onde a autora declara que “do ponto de vista do tempo, o testamento, na medida em que diz ao herdeiro o que será legitimamente seu, atribui um passado ao futuro” (HARTOG, 2013: 22). Cabe notar que o pesquisador Marcus Vinícius de Moura Telles indica que Paul Herman demonstrou “convincentemente que a ética é uma dimensão essencial da obra de White, na qual é recorrente a tese de que os indivíduos e as sociedades realizam a ‘escolha de um passado’ para orientar suas ações no mundo” (TELLES, 2013: 119). E nesse escopo de organizar o passado tido como herança, Hartog refere-se novamente a um conceito de Arendt, que propõe a ideia de brecha entre passado e futuro, e essa brecha constitui um intervalo no tempo histórico onde se “toma consciência de um intervalo no tempo inteiramente determinado por coisas que não são mais e por coisas não são ainda” (HARTOG, 2013: 22). A respeito do preenchimento das figuras de eventos que cada sociedade atribui para si como herança e/ou tradição, Hayden White assevera, em *Figural Realism: Studies in the Mimesis Effect*, que:

Um dado evento histórico pode ser visto como o preenchimento de um evento precedente e, aparentemente, inteiramente não conectado quando os agentes responsáveis pela ocorrência do evento posterior o ligam “genealogicamente” ao antecessor. A ligação entre eventos históricos deste tipo não é causal nem genético. Por exemplo, não há qualquer necessidade governando a relação entre, digamos, a cultura do Renascimento italiano e a civilização clássica greco-latina. As

relações entre os fenômenos antecedentes e posteriores são puramente retrospectivas, consistindo de decisões por parte de um número de agentes históricos (WHITE *apud* TELLES, 2003: 139).

Assim, tem-se que a atribuição de um passado a determinado presente é uma tarefa do historiador, bem como dar sentido a esse passado e estabelecer qual seja a relação existente entre esse passado e O presente. Sendo tal tarefa notadamente determinada por implicações políticas e sociais, para as quais a solução por meio de uma historiografia consciente de sua literariedade não lhe implica em falta de responsabilidade, mas sim em maior autocrítica e possibilidades de engendramento da narrativa.

O crítico literário Luiz Costa Lima discute a questão da narrativa, ficção e história no livro *A aguarrás do tempo* (1989)²⁶, no qual expressa que “a história é relato (*récit*), cujo potencial de explicação e compreensão são inerentes ao próprio relato”, e ele ainda saca de Veyne a conclusão sobre as teses de Aron de que “o relato, em vez de se confundir com seu aspecto anedótico, é a parte fundamental na escrita da história” (LIMA, 1989: 34). E como relato e narrativa, é parte constituinte de uma forma de discurso. Costa Lima retoma conceitos de Foucault sobre a formação discursiva, e como o discurso adquiriu abrangência transdisciplinar, sendo o discurso não mero instrumento inócuo e ingênuo, mas carregado de simbologias e ideologias, além de estar vinculado às autoridades legitimadoras do saber e se constituir também em instrumento dessa mesma legitimação, ao qual o autor destaca a “vocação política” da narrativa dentro da territorialidade em que o “discurso é uma forma simbólica de ocupação do tempo-espaço; ocupação que se realiza pela produção de sentido, ela mesma governada pelas regras que regulam tal discurso” (LIMA, 1989: 95). E a territorialização do discurso, a partir da disciplinarização de um campo de estudos, é automaticamente um processo de validação de certos conhecimentos e a expulsão de outros, o que notadamente   também uma atuação política. Segundo Costa Lima,

Em suma, a ordem do discurso é um fato social que visa institucionalizar certas formas de indagação, de reflexão e mesmo de expressão; o que implica diretamente expulsar e

²⁶ Foi um dos primeiros trabalhos em português que apresentam o pensamento e as teorias de Hayden White, e como já mencionado nesta pesquisa, Costa Lima foi um dos principais responsáveis pela introdução de White no  rculo de discussão da academia brasileira

mesmo interditar outras. É neste sentido que podemos tomá-la como uma forma de *territorialização* estabelecida pelo próprio homem (LIMA, 1989: 90. Grifo do autor).

Recuperando as asserções de Michel de Certeau, Costa Lima ressalta que “toda a indagação sobre o lugar social da história será uma máscara ideológica se não se desdobrar na indagação do lugar social preenchido pelo historiador”, haja vista que “por sua constante relação com a sociedade e com o poder, o lugar da história nunca é isento de infiltrações ideológicas e o exame concreto deste lugar revela o inconsciente dos historiadores ou, mais exatamente, do grupo a que pertencem” (LIMA, 1989: 35,36).

A disciplinarização do estudo da história resultou na “*territorialização*” desse saber, validando uma certa forma de discurso e excluindo outras. O modelo formulado no século XX com base na escrita romanesca estabeleceu-se como o modelo hegemônico da narrativa histórica. E sobre isso é importante ter em mente uma questão formulada por Lyotard: “Existe um modelo de uma língua científica? Este modelo é único?” Tentando responder a essa pergunta Lyotard explica que as ciências – sociais e exatas – “devem seu estatuto à existência de linguagem cujas regras de funcionamento não podem ser demonstráveis, mas são consensuais entre os *experts*” (LYOTARD, 1998: 79).

José Antonio Vasconcelos entende a propostas de Hayden White como a “busca de novos modelos de representação, recorrendo, para tanto, aos últimos desdobramentos na ciência e na arte contemporâneas”. De maneira que a “historiografia deveria ‘transcender as antigas e estáveis concepções de Mundo que exigiam a descrição da cópia literal de uma realidade presumivelmente estática’”, e as implicações diretas desse posicionamento é a abertura para “uma perspectiva na qual os pesquisadores tivessem consciência do ‘caráter essencialmente *provisório* das construções metafóricas que utilizam’” (VASCONCELOS, 2005: 54. Grifo do autor). É necessário compreender que mesmo as ciências exatas são regidas por regimes de verdade provisórios, e Vasconcelos ainda lembra as asserções de Thomas Khun, em *A estrutura das revoluções científicas*, em que defende que o paradigma científico “consiste num modelo de explicação científica aceito em determinada época e em determinado contexto” (VASCONCELOS, 2005: 81).

E tal pensamento coaduna com a concepção foucaultiana de formação discursiva e *territorialização* do saber. Vasconcelos ainda explica que, segundo Khun, o critério de legitimação de uma teoria científica não repousa em bases transcendentais, mas na sua aceitação pela comunidade científica. E o autor afirma que:

Um paradigma atualmente aceito não é mais nem menos verdadeiro que outros paradigmas que o antecederam ou que o sucederão no futuro, mas é válido na medida em que se articule com o corpo de conhecimento convencionalmente aceito e na medida em que se apresente promissor ao acrescentar elementos novos ao saber, tornando-o mais completo. Quando o paradigma não dá mais conta de cumprir esta função, ele é então descartado e substituído por outro, que possa servir como uma *base convencional* para a investigação. Mais uma vez, portanto, ruptura, e não continuidade” (2005: 81. Grifo do autor).

Portanto, extrai-se disso para a história, que a base teórica e epistemológica da disciplina não é estabelecida em fatores eternos e universais, mas antes e sobretudo, em convenções aceitas e determinadas por aqueles que compõe o campo de produção e legitimação desse saber. E na medida em que os modelos de representação e narrativa histórica deixam de responder às questões e não atendem mais os anseios e necessidades da sociedade contemporânea, a disciplina deve passar por um processo de autocrítica e reflexão e reformular seus conceitos e sua função, abandonando aquilo que já não é mais útil e adotando uma postura de uma história útil para o presente e para o futuro, e não para o passado. Tal qual Nietzsche já defendia há mais de cem anos.

[...] o que há de original no pós-modernismo, portanto, não é a suspeita do valor – moral ou epistemológico – do conhecimento histórico, mas uma incorporação crítica da história na crítica à modernidade. Em sua cruzada contra a afirmação de verdades universais e atemporais – herança do Iluminismo – o pós-modernismo invoca a história para denunciar o caráter contingente de qualquer valor, de qualquer verdade, e para nos lembrar, uma vez mais, que toda representação é *historicamente construída* (VASCONCELOS, 2005: 90. Grifo do autor).

5. Considerações Finais

A história é um discurso verbal que visa descrever eventos do passado de maneira realista, compondo análises de seus objetos de forma objetiva. A estrutura que confere forma a esse discurso é, substancialmente, o texto. Assim, a história compreende um discurso textual sobre o passado. Sendo um discurso sobre o passado, e não o próprio passado. De igual modo, ela também não é o único discurso possível, mas apenas uma entre várias formas de se remeter a esse objeto pretérito que, via de regra, é acessado apenas virtualmente através de fontes, vestígios, pistas que sobreviveram ao tempo e possibilitam a elaboração de narrativas textuais sobre ele, porém, o passado jamais é reconstruído.

Então, se a história é um discurso textual sobre o passado, dentre vários discursos possíveis, uma solução para se compreender melhor a sua estrutura, o seu processo de formação e as suas implicações é explorar as categorias e formas pelas quais ele é estabelecido. O exame das escanções textuais que permanecem mais ou menos veladas no discurso narrativo da história permite uma imersão mais profunda nos rios da compreensão do que a simples análise sobre o objeto ao qual aquele texto se remete com maior ou menor grau de sucesso.

Ao perceber que a história está estritamente ligada à estrutura textual que lhe dá forma, fica mais clara e acessível a compreensão de sentidos e usos possíveis desse discurso. Quando se observa que a história está presa ao texto, fica nítida a utilização de recursos e dispositivos puramente literários para lhe dar forma e sentido. White caracterizou esses dispositivos como tropos (WHITE, 2014), e através desses tropos os historiadores corporificam o espírito de seus objetos de pesquisa que vivem apenas no passado. Sendo o processo tropológico não apenas uma descrição das fontes e preenchimento das lacunas pelo historiador, mas antes, é o modo pelo qual os historiadores *criam* suas interpretações sobre o passado, a partir da análise e crítica de suas fontes. Esse processo criativo na elaboração do discurso histórico, onde se realiza o encadeamento de fatos e argumentos, juntamente com a produção de enredo e suas inexoráveis implicações ideológicas, constitui não apenas a tropologia do discurso, mas também configura a poética da história, em que o

historiador não é apenas coadjuvante, mas protagonista de sua peça, e ainda, não é um mero comunicador de realidades passadas, mas antes o criador de um tipo específico de compreensão sobre o passado.

Como já mencionado anteriormente, cada sociedade escolhe não apenas quais elementos do passado preservar, mas também, qual passado preservar. E dizer que cada grupo escolhe seu próprio passado pode suscitar dúvidas quanto a um suposto caráter relativista da história, porém isso é facilmente esclarecido. Basta pensar no seguinte exemplo: um historiador utiliza como fonte uma série de inventários rústicos de fazendas de uma vila qualquer, do período colonial brasileiro. Nesses documentos que, digamos, sejam do século XVIII, estão apresentados tanto o aparato mobiliário e ferramental da casa, quanto também a quantidade (e, possivelmente, a origem) de pessoas escravizadas por aquele proprietário. Assim, este historiador de posse desses documentos escolhe sobre o que irá falar, podendo ele tratar de assuntos como as características estilísticas do mobiliário, ou ainda, como se dava a entrada de determinados materiais naquela região, e investigar as relações comerciais daquele povoamento. Ou, poderia este historiador, pensar sobre o comércio escravocrata e como isso influenciou na formação populacional daquele lugar, ou talvez pensar as rebeliões dos escravizados e estabelecer relação entre as revoltas e fugas com os lugares de origem dessas pessoas – que sendo oriundas da mesma cultura, teriam o mesmo idioma, o que por sua vez, facilitaria a comunicação e planejamento de ações de resistência. Enfim, esse exemplo consiste apenas de elucubrações, mas serve perfeitamente para explicitar a forma que os historiadores escolhem não apenas quais elementos do passado, mas sim, qual passado será preservado. Pois, as perguntas feitas às fontes não são inócuas nem independentes e tampouco desligadas dos interesses vigentes em seu tempo, ao contrário, são escolhas deliberadas condicionadas por intencionalidade consciente dos historiadores ou grupos dominantes, e assim, determinam qual passado irá permanecer através da narrativa historiográfica.

Os apontamentos e debates apresentados nesse trabalho a partir das reflexões propostas por Hayden White sinalizam para uma história mais consciente de si mesma e mais apta às necessidades e demandas do tempo

presente. Uma história que sirva ao presente foi a reivindicação que Nietzsche fez há mais um século, e até os dias de hoje parece haver grande dificuldade em libertar a história das amarras que prendem seu estudo a um fim em si mesmo.

Algumas décadas após o desenvolvimento da teoria dos tropos discursivos da narrativa histórica, dando continuidade às suas pesquisas, White estabeleceu uma distinção entre as perspectivas do passado compreendidas tanto pelo discurso historiográfico, quanto pela concepção comum (indivíduos não vinculados à história de moldes acadêmicos): o passado histórico e o passado prático. Ele inspirou-se nas asserções do especialista em filosofia política Michael Oakeshott para explicar essa definição dicotômica.

O passado histórico é aquele construído pelos historiadores profissionais como uma versão corrigida e organizada que forma parte de todo o passado que se considera que efetivamente ocorreu e sobre a base da evidência autenticada por outros historiadores como admissível no tribunal de apelações da história. White entende o passado histórico como uma construção de ordem teórica que só existe nos livros e nos artigos dos historiadores: está construído com um fim em si mesmo, possui pouco ou nenhum valor para entender ou explicar o presente e não provê a ninguém um guia de auxílio para as ações no presente e nem para pensar o futuro. E ainda alega que ninguém nunca viveu ou experimentou de fato esse passado histórico, porque os historiadores que o estabelecem, o veem em uma condição privilegiada do futuro, condição essa que lhes traz informações e conhecimentos que nenhum ator do passado poderia ter (WHITE, 2012: 25).

Já o passado prático se refere àquelas noções sobre o passado que todos levam em sua vida diariamente e a qual recorrem, voluntariamente e da melhor maneira que se pode, para obter informações, ideias, modelos e estratégias que ajudem a resolver todos os problemas práticos com os quais se encontram no que se considera de situação presente, desde questões pessoais até grandes problemas políticos. Este, afirma White, é o passado da memória, do sonho, do desejo, assim como também da resolução de problemas, das estratégias e das táticas para a vida (WHITE, 2012: 25).

Segundo White, a história pode dizer, a partir das evidências adequadamente processadas, o que aconteceu em determinada zona do passado histórico, mas não pode dizer como lidar com uma situação presente ou como resolver os problemas práticos atuais. Nas situações do presente, quando o juízo e a decisão são imprescindíveis, o único passado útil, destaca White retomando um conceito de Reinhart Koselleck, é “o espaço da experiência”, que compõe um arquivo de recordações, ideias, sonhos e valores aos quais se recorre como a uma tenda de antiguidades em busca de indícios para se saber de onde viemos e para que se possa entender, de alguma forma, o que se tem ou pode fazer com aqueles restos deixados que constituem um legado de relevância duvidosa para a solução dos problemas práticos atuais (WHITE, 2012: 26).

O autor ressalta o entendimento do termo “prático” a partir do prisma kantiano, como produto da excepcional consciência humana acerca da necessidade de se fazer algo. White faz menção tanto a Kant quanto a Lênin sobre a pergunta que ambos fizeram - e que também motiva a sua própria investigação intelectual: “O que fazer?”. E sobre essa indagação, cabe a lembrança de *Cem anos de solidão*, de Gabriel García Márquez, onde por duas vezes a personagem Úrsula Buendía se viu diante do questionamento resignado: “Que se há de fazer? O tempo passa”, e na segunda vez em que isso acontece ela percebe que o tempo na verdade não passava, mas caminhava de forma cíclica. Entretanto, compreendendo a história como uma “cosmogonia ocidental” (VEYNE, 1998), a qual ordena e orienta o pensamento dos homens e mulheres dentro da esteira temporal, constata-se a necessidade de que a história ofereça respostas, ou pelo menos auxílio, aos problemas presentes. Porém, tais respostas só serão encontradas em uma história voltada para o presente, e não fechada no passado.

White identifica que a literatura, e situa o romance histórico especificamente, tem muito mais contundência na elaboração do passado prático, do que os artigos e livros acadêmicos, que configuram apenas o passado histórico. Em tal discussão, obviamente surge o embate entre “ficção x fato” ou “empíria x imaginação”. Ao qual o historiador americano rebate com uma citação de Michel de Certeau que é utilizada como epígrafe de seu texto e

diz: “A ficção é o outro reprimido da história”. O autor demonstra que, na busca incessante da história em se tornar uma disciplina científica, ela além de operar a sua própria domesticação e dessublimação, também incorre na tentativa fadada ao fracasso de colocar a literatura como seu oposto, seu par antitético. A literatura está de tal forma imbricada com a história que a tentativa de dissociá-las desta maneira soa como uma busca pelo recalque, visando reprimir um de seus impulsos inerentes e fundamentais que deram forma ao que ela é hoje. A tese de que o conceito de passado prático como o recurso para a solução de problemas cotidianos obtém muito mais espaço na literatura que na própria história, devido ao modelo que foi estabelecido, encontra reverberação na afirmação de Umberto Eco que diz que “a literatura não é uma fuga da realidade, mas sim um guia para a vida”.

O conceito de passado prático, que é vivenciado tanto individual quanto coletivamente, funciona como uma resposta às considerações intempestivas de Nietzsche que reclamava uma história que respondesse aos problemas presentes. E o historiador Arthur Lima de Avila, ao examinar esses conceitos, propõe considerar o presente como o entrecruzamento de processos e temporalidades diversos em disputa e não acabados, percebendo seus elementos dinâmicos, para assim, empreender a tentativa de libertação do “fardo da história” (AVILA, 2018: 42). Ou seja, da mesma forma que é necessário compreender o passado a partir do presente, é também necessário ver o presente como história. O passado prático relaciona o passado mais ao presente que ao pretérito, sendo a narrativa histórica um constructo, um produto fabricado (CERTEAU, 1982) da relação de tensão passado-presente e visando atender necessidades e demandas de forma útil para o tensionamento presente-futuro.

Avila ainda destaca que identifica na designação de passado prático e passado histórico menos uma oposição excludente, e mais uma relação de tensão entre ambos. E aqui apresenta discordância com White, assim como Lorenz discorda e critica vários pontos da teoria proposta pelo americano, e isso, na visão de Avila, é bastante benéfico para a disciplina, justamente para mantê-la viva, além do próprio refinamento da ideia de passado prático advindo da polêmica, é necessária a discussão para tornar a disciplina mais crítica de si

mesma e buscar o desnudamento de determinados pressupostos do século XIX até hoje tomados como verdades disciplinares.

Continuando sua análise sobre os passados histórico e prático, Arthur Avila elenca algumas possibilidades e consequências para uma historiografia ancorada em uma visão prática do passado:

Em primeiro lugar, isto significa levar a sério os efeitos políticos e éticos de determinadas interpretações historiográficas e seu papel performativo na construção do tempo histórico. [...] Em segundo lugar, implica em reconhecer que, enquanto historiadores e historiadoras, não somos os “proprietários” do passado e que a história, como já colocara Certeau há três décadas, é um discurso construído e contestado coletivamente. [...] Em terceiro lugar, e isto é extremamente caro a um pensador como White, refletir sobre o passado prático envolve uma reflexão sobre o conteúdo da forma da escrita da história, principalmente no que se refere à narrativização de certos eventos históricos, ou seja, “a imposição de uma forma de estória em uma série de eventos reais” que, de um modo ou outro, lhes dá uma coerência e uma completude que são essencialmente imaginárias. Dito de outro modo, certas narrativizações do passado tentam criar uma ilusão de linearidade, de continuidade e de estabilidade como elementos fundamentais da “realidade” – mesmo que estas características sejam uma imposição ao caos do processo histórico e não sua condição inerente (AVILA, 2018: 44-45).

É importante pontuar que os conceitos de passado prático e passado histórico não destoam das teorias desenvolvidas anteriormente por Hayden White, ao contrário, demonstram a continuidade do seu pensamento reflexivo e da busca por uma história mais abrangente, plural, consciente e crítica. Assim como Avila destacou, recorrendo ao pensamento de Joan Scott - historiadora que operou um grande abalo na estrutura tradicional da história e a elevou para outro patamar - “a desestabilização das premissas fundacionais em que descansam algumas de nossas inquestionadas ou naturalizadas ‘verdades’ políticas e sociais seria, assim, uma das metas de uma historiográfica efetivamente crítica” (AVILA, 2018: 45)

Portanto, considerar a literariedade da história ao investigar e refletir sobre os discursos historiográficos, mais que uma alternativa, é uma necessidade imposta pela própria condição textual inerente à história. E se há a intenção produzir uma história consciente de si, de seu tempo e de sua própria historicidade, e também de suas propriedades, abrangências e

implicações, é fundamental pensá-la em sua estrutura enquanto texto, assim como o pertinente exame do “conteúdo da forma”. Pois, a história não funciona apenas como uma legenda de um mapa sobre o passado, descrevendo o que aconteceu e quando de maneira vazia e útil a qualquer propósito. A narrativa histórica é o próprio mapa, incluindo sua legenda, utilidade, definição e todas as suas informações, e está, desde seu nascimento, imbuída de sentidos éticos e políticos, que lhe são conferidos a partir da primeira questão que motiva a sua confecção, ou mesmo sua necessidade de existência: “Que se há de fazer? O tempo passa”. E afinal, ser historiador é isso, encontrar soluções para o tempo.

6. Referências

6.1. Fontes

WHITE, H. *Meta-História: A imaginação Histórica do século XIX*. Tradução de José Laurêncio de Melo. 2ª Ed. São Paulo: Editora da USP, 2008.

_____. *Trópicos do Discurso: Ensaio sobre a Crítica da Cultura*. Tradução de Alípio Correia de Franca Neto. 2ª ed. 1ª reimpr. São Paulo, Editora da USP, 2014.

_____. *The Content of the Form: Narrative Discourse and Historical Representation*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 1987.

_____. *El Contenido de la Forma: narrativa, discurso y representación histórica*. Traducción de Jorge Vigil Rubio. 1ª ed. Paidós, Barcelona, 1992.

_____. *A questão da narrativa na teoria contemporânea da História*. In: Revista de História. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1991.

_____. *O evento modernista*. Lugar Comum, n.5-6, 1999. p.191-219

_____. *Enredo e verdade na escrita da história*. In: MALERBA, J. (org). *A história escrita*. São Paulo: Contexto, 2006. p.191-210

_____. *El pasado práctico*. In: TOZZI, V. LAVAGNINO, N. *Hayden White - la escritura del pasado y el futuro de la historiografía*. Buenos Aires: Editorial de la Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2012. p.19-39

_____. *Como não escrevi Meta-História*. In: BENTIVOGLIO, J.; TOZZI, V. (orgs.). *Do passado histórico ao passado práctico: 40 anos de Meta-história*. Serra: Mil Fontes, 2017. p.11-22

6.2. Referências bibliográficas

AGAMBEN, G. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.

ARISTÓTELES. *Arte poética e arte retórica*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, s/d.

ANKERSMIT, F. *Historicismo, pós-modernismo e historiografia*. In: MALERBA, J. (org). *A história escrita*. São Paulo: Contexto, 2006. p.95-114

_____. *Historiografia e pós-modernismo*. Topoi: Revista de História, Mar, 2001. p.113-135.

_____. *A escrita da história: a natureza da representação histórica*. Londrina: Eduel, 2012.

AUERBACH, E. *Mimesis: a representação da realidade na literatura*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

AVILA, A. L. *Indisciplinando a historiografia: do passado histórico ao passado prático, da crise à crítica*. Revista Maracanan, Rio de Janeiro, n. 18, p. 35-49, jan./jun. 2018

BARROS, J. D'A. *História e literatura - novas relações para os novos tempos*. Contemporâneos Revista de Artes e Humanidades, nº6, mai-out 2010. p. 10.

_____. *Nietzsche e as Críticas à Filosofia da História e à Historiografia Científica do século XIX - uma análise da Primeira Parte da 2ª Consideração Intempestiva*. Sapere Aude, v.5 - n.10, p.253-278 – 2º sem. Belo Horizonte, 2014.

BARTHES, R. *O rumor da língua*. Tradução: Mario Laranjeira. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

BENTIVOGLIO, J.; TOZZI, V. (orgs.). *Do passado histórico ao passado prático: 40 anos de Meta-história*. Serra: Mil Fontes, 2017.

BOMENY, H. *Apresentação*, in: Hayden WHITE, *Teoria literária e escrita da História*. Estudos Históricos, v. 7, n. 13, 1994, p. 21-48.

BURKE, K. *A Grammar of Motives*. New York: Prentice-Hall, Inc., 1945.

BURKE, P. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2005.

_____. *A Escrita da História – Novas Perspectivas*. São Paulo, UNESP, 1992

CABRERA ACOSTA, M. Á. *Hayden White y la teoría del conocimiento histórico: una aproximación crítica*. Pasado y memoria. N. 4 (2005). ISSN 1579-3311, pp. 117-146

CALDAS, P. S. P. *Para além do giro-linguístico: uma abordagem existencialista da obra de Hayden White*. História da historiografia, n.11, p. 272-278, 2013.

CERTEAU, M. de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

_____. *História e psicanálise: entre ciência e ficção*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

CHARTIER, R. *À beira da falésia - A história entre certezas e inquietude*. Tradução Patrícia. C. Ramos Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

_____. *O mundo como representação*. In: Revista de Estudos Avançados São Paulo, n.11, 1991.

CRUZ, M. S. da. ASSIS, G. L. de. *A Teoria da Obra Histórica em Hayden White: entre a História e a Literatura*. Revista de História Comparada, volume 7, número 2, pp. 75-89 Rio de Janeiro, 2013.

DOSSE, F. *A História em Migalhas*. Tradução Dulce A. Silva Ramos. São Paulo: Ensaio, Campinas, SP: Editora Universidade Estadual de Campinas, 1992.

FICO, C. POLITO, R. *A História no Brasil (1980-1989). Elementos para uma avaliação historiográfica*. Ouro Preto: Editora UFOP. 1992.

FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

_____. *A ordem do discurso – aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 20 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

FRANZINI, F. *Mr. White chega aos trópicos: notas sobre Meta-história e recepção de Hayden White no Brasil*. In: BENTIVOGLIO, J.; TOZZI, V. (orgs.). *Do passado histórico ao passado prático: 40 anos de Meta-história*. Serra: Mil Fontes, 2017. p.329-344

FRIEDLANDER, S. (org.). *Probing the Limits of Representation, Nazism and the Final Solution*. Cambridge: Harvard University Press, 1992.

FRYE, N. *Anatomia da Crítica*. São Paulo, Cultrix, 1989.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. 1 ed, 13 reimpressão. - Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GINZBURG, C. *Mitos, emblemas e sinais – Morfologia e História*. Tradução: Frederico Carotti. 2 ed, 4 reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras. 2011.

_____. *O fio e os rastros. Verdadeiro, falso, fictício*. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOMBRICH, E. H. *Arte e ilusão: um estudo da psicologia da representação pictórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HARLAN, D. *A história intelectual e o retorno da literatura*. In: RAGO, M.; GIMENES, R. A. de O. (orgs.). *Narrar o passado, repensar a história*. Campinas, SP: Unicamp, 2000, p. 17-62.

HARTOG, F. *Regimes de Historicidade – Presentismo e experiências no tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. Trad. Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

HUTCHEON, L. *A poética do pós-modernismo – história, teoria, ficção*. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

IGGERS, G. *Desafios do século XXI à historiografia*. In: *História da Historiografia*. Ouro Preto. n. 04, 2010, p. 105-124.

JAMESON, F. *O romance histórico ainda é possível?* In: *Novos estudos*. CEBRAP, São Paulo, n77, p.185-203, mar.2007.

_____. *O Pós-modernismo e a Sociedade de Consumo*. In: *Novos Estudos*. CEBRAP, São Paulo n.º12, pp. 16-26, jun. 1985.

JENKINS, K. *¿Por qué la historia? Ética y Posmodernidad*. Ciudad de México: FCE, 2006.

JIMENEZ, M. *O que é estética?* Tradução de Fulvia M. L. Moretto. São Leopoldo: Unisinos, 1999.

KANT, I. *Crítica da faculdade do juízo*. Tradução de Valério Rohden e Antônio Marques. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

KOSELLECK, R. *Crítica e crise*. Rio de Janeiro: UERJ/Contraponto, 1999.

KRAMER, L. S. *Literatura, crítica e imaginação histórica: o desafio literário de Hayden White e Dominick LaCapra*. In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. Trad. Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

LaCAPRA, D. *Rethinking Intellectual History and Reading Texts*. In: LaCAPRA, D.; KAPLAN, S. L. (orgs.). *Modern European Intellectual History*. Ithaca; London: Cornell University Press, 1982. pp. 47-85.

_____. *Rethinking Intellectual History: texts, contexts, language*. Ithaca; London: Cornell University Press, 1994.

_____. *Historia y memoria después de Auschwitz*. - 1a ed. - Buenos Aires: Prometeo Libros, 2009.

LIMA, L. C. *A aguarrás do tempo – estudos sobre a narrativa*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

_____. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. *O controle do imaginário & A afirmação do romance*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LUKÁCS, G. *O romance histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011.

LORENZ, C. *É preciso três para dançar um tango: estabelecendo uma linha entre os passados “prático” e “histórico”*. In: BENTIVOGLIO, J.; TOZZI, V. (orgs.). *Do passado histórico ao passado prático: 40 anos de Meta-história*. Serra: Mil Fontes, 2017. p. 43-72

LYOTARD, J.F. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1998.

MAINENTE, R. A. GAGLIARDO V. C. *O estatuto da história e seu papel social: um resgate do debate epistemológico a partir da década de 1970*. *Revista Ars Historica*, v. 1, n. 1, jan.-jun. pp. 68-79, 2010, p. 68.

MALERBA, J. (org). *A história escrita*. São Paulo: Contexto, 2006.

MANZONI, A. *Sobre o romance histórico*. Tradução, introdução e notas de Tiago Tresoldi. Porto Alegre: Tiago Tresoldi Editore, 2012.

MIGNOLO, W. *Lógica das diferenças e política das semelhanças: da literatura que parece história ou antropologia e vice-versa*. In: CHIAPPINI, L.; AGUIAR, F. W. (Org.) *Literatura e história na América Latina*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

NIETZSCHE, F. *Segunda Consideração Intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

NARITA, F. Z. *Notas sobre o problema da “representância” em Paul Ricoeur*. In Revista Espaço Acadêmico, Maringá, ano XI, nº125, pp.122-132, outubro de 2011.

NORA, P. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História N° 10. São Paulo: PUC-SP, 1993.

PAUL, H. *Hayden White: The Historical Imagination*. Cambridge: Polity Press, 2011.

RAGO, M.; GIMENES, R. A. de O. (orgs.). *Narrar o passado, repensar a história*. Campinas, SP: UNICAMP, 2000.

RANCIÈRE, J. *Os nomes da história*. São Paulo: Ed. Unesp, 2014.

_____. *Se é preciso concluir que a história é ficção. Dos modos de ficção*. In: _____. *A partilha do sensível: estética e política*. 2. ed. São Paulo: EXO experimental org.; Editora 34, 2009.

REIS, J. C. *História e Verdade - posições*. Síntese - Revista de Filosofia, volume 27, número 89, Belo Horizonte, 2000.

REVEL, J. *História e Historiografia: exercícios críticos*. Curitiba: Editora da UFPR, 2010.

RICOEUR, P. *Tempo e Narrativa*. Tomo I. Campinas: Papius, 1994.

_____. *Tempo e Narrativa*. Tomo II. Campinas: Papius, 1995.

_____. *Tempo e Narrativa*. Tomo III. Campinas: Papius, 1997.

_____. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

ROSA DA SILVA, E. *Antimemórias: um gênero narrativo?* Revista Remate de Males, n26, p. 109-117, jan-jun, 2006.

SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo. Cultrix. 2008.

SCOTT, J. *História das mulheres*. In: BURKE, P.(Org.) *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: Unesp. 1992.

SEVCENKO, N. *A Corrida para o Século XXI: no Loop da Montanha Russa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, R. O. *História das Ideias: abordagens sobre um domínio historiográfico*. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS Vol. 7 Nº 13, Julho de 2015. p.6-26

STONE, L. *O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história*. In: Revista de História. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1991.

VAINFAS, R. *História Cultural e Historiografia Brasileira*. In: História: Questões & Debates, Curitiba, n. 50, p. 217-235, jan./jun. 2009. Editora UFPR.

VASCONCELOS, J. A. *Quem tem medo de teoria? A ameaça pós-moderna na historiografia americana*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2005.

VEYNE, P. *Como se escreve a história*. Brasília: Editora UNB, 1998.

WEINHARDT, M. *Considerações sobre o romance histórico*. Revista Letras, n.43, p. 11-23, Curitiba: Editora da UFPR 1994.

6.3. Dissertações sobre Hayden White

MARQUEZ, R. O. *Teoria da História: Hayden White e seus críticos*. Dissertação. Mestrado em História. Universidade de Brasília. Brasília, 2008.

MEDEIROS, A. P. *Pós-modernidade e historiografia: Um estudo sobre Hayden White*. Dissertação. Mestrado em História. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006.

MELLO, R. M. de. *Da utilidade e desvantagem da história para Hayden White*. Dissertação. Mestrado em História. Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

PEREIRA, A. C. B. *Que objetividade para a Ciência da História?: o índio brasileiro e a revolução francesa à luz da teoria da história, de Rüsen a Hayden White*. Mestrado em História. Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

RIZZO, M. A. P. *A história de meta-história: um estudo sobre a teoria da história de Hayden White*. Dissertação. Mestrado em História. Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2009.

TELLES, M. V. de M. *Simultaneidade e retrospectiva: o debate sobre a narrativa na filosofia da história anglo-saxônica (1942-1973)*. Dissertação. Mestrado em História. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.